

EDITORIAL



Apresentamos ao público o nº 2, do vol. 28, **ano 47** da ACTA SEMIOTICA ET LINGVISTICA que é o primeiro de fluxo contínuo deste ano de dois mil e vinte três e, para o qual, foram aprovados oito artigos, duas traduções e uma entrevista



A **entrevistada** foi a Profa Dra Neusa Inês Philippsen da Universidade do Estado do Mato Grosso- UNEMAT e, atualmente, coordenadora do GT *Estudos linguísticos da Amazônia brasileira- ELIAB*, da ANPPOLL. A Professora coordena ainda o projeto *Diversidade e variação linguística* que dialoga com outras universidades, no Brasil e no exterior, entre as quais: a Universidade Federal da Fronteira Sul –UFFS, a Universidade de Augsburg (UNIA,) e Universidade de Kiel –CAU. O projeto publicou este ano o livro *Novas perspectivas da diversidade linguística do Mato Grosso* (2023).

Realizaram-se **traduções** dos artigos indicados a seguir, publicados na Acta Semiotica et Lingvistica, Vol 48, nº 1 (abril de 2023): *A reconstrução em psicanálise: quais os princípios e autores?*, escrito por Hélène Tessier da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia de Saint Paul, em Ottava no Canadá, e, ainda, *Heinrich Schenker: uma consciência semiótica* de Nicolas Meeùs, da Sorbonne Université- IreMus

Dos treze **artigos** submetidos, oito foram escolhidos para compor esse número e trataram da semiótica e da lingüística, inclusive adentrando no ensino da língua portuguesa e, ainda, no bilingüismo do Sudeste do Brasil. No primeiro artigo, são apresentadas estratégias de ensino que objetivam a promoção das competências de leitura, interpretação e escrita de estudantes do 8º Ano do Ensino Fundamental por meio do gênero textual *miniconto*. Santos, em seu artigo, analisa os procedimentos semióticos de tematização e figurativização, presentes no romance moçambicano de Paulina Chisiane. Com o suporte metodológico da semiótica, o trabalho a seguir procura esclarecer como a língua *pomerana* se mantém viva nas linhas geográficas do município de Domingos Martins, no Espírito Santo, apesar da forte perseguição que sofreu durante e, posteriormente, a segunda guerra mundial. Em *Delineando o percurso da manipulação*, os autores procuram contribuir para a expansão dos conteúdos teóricos da semiótica greimasiana, esboçando um esquema do percurso da manipulação, ao tempo em que detalham suas etapas. Analisando a *crônica de Raquel de Queirós*, o artigo que se segue busca compreender como as projeções enunciativas contribuem para os efeitos de verdade e de cumplicidade. *A semiótica discursiva aplicada à análise documentária* objetiva estudar teorias da semiótica discursiva com o intuito de aplicar à análise e tratamento de documentos. Com base em Zilbberg, o artigo seguinte faz uma análise tensiva do conto machadiano, destacando as subjetividades ali presentes. Para concluir, o último artigo faz uma análise semiótica do livro-imagem *Onda* de Suzy Lee, considerando o percurso da significação, proposto por Greimas.

Maria de Fátima Barbosa de Mesquita Batista

Editora Gerente

Thiago Barbosa Soares

Organizador

O MINICONTO NA PROMOÇÃO DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA SOB A ÓTICA DA SOCIOLINGUÍSTICA EDUCACIONAL

THE MINI-TALE IN THE PROMOTION OF PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING UNDER THE EDUCATIONAL SOCIOLINGUISTICS PERSPECTIVE

LE MINICONTO DANS LA PROMOTION DE L'ENSEIGNEMENT DE LA LANGUE PORTUGAISE DU POINT DE VUE DE LA SOCIOLINGUISTIQUE ÉDUCATIVE

Eloa dos SANTOS

Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat / Campus de Sinop
eloatnn@gmail.com

Meri Cristiane Magalhães ROCHA

Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat / Campus de Sinop
mericris.com@gmail.com

Neusa Inês PHILIPPSEN

Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat / Campus de Sinop
neusa.philippsen@unemat.br

Sumário. Introdução; O ensino de Língua Portuguesa à luz da Sociolinguística; O ensino de Língua Portuguesa por meio dos gêneros discursivos; O miniconto e o ensino de Língua Portuguesa; Procedimentos metodológicos; Resultados e discussão; Considerações finais; Referências.

Resumo: O presente artigo situa-se no campo dos estudos lingüísticos, tem como objetivo discorrer sobre o desenvolvimento de uma Sequência Didática – SD, pautada nos pressupostos teóricos de Dolz, Noverraz & Schneuwly (2004), cujo procedimento metodológico inspirou a organização das atividades propostas na referida SD. As estratégias de ensino apresentadas objetivam a promoção das competências de leitura, interpretação e escrita de estudantes do 8º Ano do Ensino Fundamental por meio do gênero textual miniconto. Nesse trabalho, refletimos sobre a necessidade e relevância do ensino de Língua Portuguesa por meio dos gêneros discursivos, nos quais os aspectos gramaticais se materializam, partindo do pressuposto de que o estudante utilizará dos recursos linguístico-discursivos necessários à produção escrita autoral se exposto a um trabalho sistemático e sistematizado de leitura e escrita de diferentes gêneros, ainda que essa proposta esteja centrada no miniconto. Essa pesquisa é do tipo qualitativa, cujo método é a pesquisa-ação e está pautada na visão bakhtiniana de linguagem, de gênero discursivo e dialogismo e de um ensino de gramática voltado aos conceitos provenientes da Sociolinguística Educacional ancorados em Bortoni-Ricardo (2022). Como resultado, observou-se a participação efetiva dos alunos na produção colaborativa de conhecimento, os quais demonstraram interesse pelas atividades desenvolvidas nessa proposta, configurando, assim, práticas de letramentos na escola. A

escolha do gênero textual foi um fator de grande relevância nos quesitos apreciação e envolvimento dos atores sociais na SD.

Palavras-chave: Sociolinguística Educacional. Ensino de Língua Portuguesa. Sequência Didática. Minicontos.

Abstract: This article is located in the field of linguistic studies, aims to discuss the development of a Didactic Sequence - DS, based on the theoretical assumptions of Dolz, Noverraz & Schneuwly (2004), whose methodological procedure inspired the organization of activities, proposed in the mentioned DS. The teaching strategies presented aim to promote the reading, interpretive and writing skills of students in the 8th year of Elementary School through the textual genre mini-tale. In this work, we reflect on the need and relevance of teaching Portuguese through discursive genres, in which grammatical aspects materialize, based on the assumption that the student will use the linguistic-discursive resources necessary for authorial written production if exposed to a systematic and systematized work of reading and writing of different genres, even if this proposal is centered on the short story. This qualitative research, whose method is action research, is based on Bakhtin's vision of language, discursive genre and dialogism, and grammar teaching focused on concepts from Educational Sociolinguistics based in Bortoni-Ricardo (2022). As a result, the effective participation of students in the collaborative production of knowledge was observed, who showed interest in the activities developed in this proposal, thus configuring literacy practices at school. The choice of textual genre was a factor of great relevance in terms of appreciation and involvement of social actors in DS.

Keywords: Educational Sociolinguistics. Portuguese Language Teaching. Didactic Sequence. Mini-tales.

Résumé : Cet article se situe dans le champ des études linguistiques, vise à discuter de l'élaboration d'une Séquence Didactique - SD, basée sur les hypothèses théoriques de Dolz, Noverraz & Schneuwly (2004), dont la démarche méthodologique a inspiré l'organisation des propositions d'activités en le SD susmentionné. Les stratégies pédagogiques présentées visent à favoriser les habiletés de lecture, d'interprétation et d'écriture des élèves de 8e année du primaire par le biais du mini-conte de genre textuel. Dans ce travail, nous réfléchissons sur la nécessité et la pertinence d'enseigner le portugais à travers des genres discursifs, dans lesquels les aspects grammaticaux se matérialisent, en partant du principe que l'étudiant utilisera les ressources linguistiques-discursives nécessaires à la production écrite d'auteur s'il est exposé à une approche systématique et systématisée. travail de lecture et d'écriture de genres différents, même si cette proposition est centrée sur la nouvelle. Cette recherche est de type qualitatif, dont la méthode est la recherche-action et s'appuie sur la vision bakhtinienne du langage, du genre discursif et du dialogisme et sur un enseignement de la grammaire axé sur des concepts issus de la sociolinguistique éducative ancrés dans Bortoni-Ricardo (2022). En conséquence, on a observé la participation effective des élèves à la production collaborative de connaissances, qui ont manifesté de l'intérêt pour les activités développées dans cette proposition, configurant ainsi les pratiques de littératie à l'école.

Le choix du genre textuel a été un facteur de grande pertinence en termes d’appréciation et d’implication des acteurs sociaux dans DS.

Mots clés : Sociolinguistique de l’éducation. Enseignement de la langue portugaise. Suite à l’enseignement. Minitales.

1. Introdução

A leitura e a escrita desempenham um papel fundamental na formação escolar. Assim sendo, nos propusemos a desenvolver esta pesquisa tendo o gênero discursivo miniconto como objeto de ensino. Objetivamos, com esse estudo, discorrer de forma expositiva e reflexiva sobre o desenvolvimento de uma Sequência Didática – SD, pautada nos pressupostos teóricos de Dolz, Noverraz & Schneuwly (2004), cujo procedimento metodológico inspirou a organização das atividades propostas na referida proposição. As estratégias de ensino apresentadas objetivam a promoção das competências leitora, interpretativa e de escrita de estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental em aulas de Língua Portuguesa – LP, por meio do gênero textual miniconto.

Essa pesquisa situa-se no campo dos estudos sociolinguísticos aportados em Bortoni-Ricardo (2022) e trata-se de uma pesquisa qualitativa que tem como método a pesquisa-ação, para a qual nos embasamos em pressupostos teóricos postulados por Bakhtin (2006) e Travaglia (2018), cujas publicações vêm dando sustentação teórica ao desenvolvimento de atividades que visam promover o ensino de LP concernentes à concepção sociointeracional na formação escolar dos nossos estudantes.

Os fatores que motivaram o desenvolvimento dessa pesquisa estão relacionados à escassez de material teórico que caracterize o gênero e dê subsídios para trabalhá-lo em sala de aula; e o fato de o material didático utilizado na rede pública estadual de Mato Grosso (material estruturado¹) não apresentar o miniconto acompanhado de propostas ou sugestões de atividades que possam contribuir, significativamente, com o desenvolvimento da leitura, da interpretação e da produção escrita dos estudantes.

Nessa ação educativa, além das proposições de leitura e escrita de minicontos, foram propostas e desenvolvidas atividades epilinguísticas, para que fosse feito o exercício de reflexão sobre os minicontos lidos e escritos, verificando sua adequação às normas ortográficas. Tais atividades serão descritas com maiores detalhes no tópico “Resultados e Discussão” desse artigo.

1 Em 2022, o livro didático que era escolhido pelos professores e usado como um norte em sala de aula foi substituído pelo Material Estruturado que consiste em um apostilado bimestral que abrange a maioria dos componentes curriculares, os quais “devem” ser trabalhado na íntegra pelo professor com vistoria da coordenação pedagógica escolar e Diretoria Regional de Ensino – DRE, no intuito de desenvolver habilidades que são cobradas, bimestralmente, por meio de avaliações externas aplicadas pela Secretaria de Estado de Educação – Seduc/MT.

2. O Ensino de Língua Portuguesa à Luz da Sociolinguística

A aprendizagem da língua de um falante de língua portuguesa no Brasil passa pela responsabilidade de diferentes atores e se dá em diferentes contextos. Inicia-se com a família e/ou com outras pessoas com quem esse indivíduo convive, somam-se os professores pedagogos na Educação Infantil e Ensino Fundamental I e incluem-se os professores com formação em Letras, geralmente, no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio.

Trataremos aqui, mais especificamente, do ensino da LP enquanto componente curricular partindo da premissa de que quando o estudante é exposto a um trabalho sistemático e sistematizado de leitura, interpretação e escrita de diferentes gêneros, ele aprenderá a utilizar os recursos linguísticos e discursivos necessários à leitura e às produções oral e escrita.

Primeiramente, trazemos as palavras de Bortoni-Ricardo que contribuem na compreensão da Sociolinguística Educacional:

No caso específico do Brasil, venho denominando Sociolinguística Educacional todos os esforços de promover a competência linguística e comunicativa de crianças que não são expostas às variedades de prestígio da língua materna em sua família e que as vão aprender na escola, seguindo a orientação da Sociolinguística Educacional (2022, p. 07).

Contudo, lembramos que o ensino da língua, desde seu início e por muito tempo, centrou-se no ensino de sua estrutura, com extensos exercícios de memorização, valorizando apenas a norma-padrão como “correta”, valendo destacar que é recente, na história da LP, a inserção de estudos sobre variedade e variação linguística nos livros didáticos.

Esse processo teve início no Brasil com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs em 1997 e 1998. Até então, o ensino de Língua Portuguesa era restrito ao estudo das regras gramaticais da gramática normativa, na busca de um ideal de língua homogênea, com o intuito de que todos se adaptassem a um só modo de utilização da língua. Esse ideal de língua é mencionado em uma *live*, intitulada **Variação e Ensino de Língua Materna**², por Carlos Alberto Faraco, apontando para o fracasso do projeto da norma-padrão lusitana. O autor reflete nesse sentido indicando o fracasso desse ideal de língua defendido pelos chamados puristas, pois o uso da língua que prevalece no Brasil é a sua constituição de regras variáveis categóricas, que atuam em todos os níveis linguísticos: fonético, fonológico, morfológico, sintático, lexical e discursivo.

Trazemos, nesse diálogo sobre a língua no contexto escolar, a contribuição de Callou (2011, p. 13):

Há muito se discute, tanto nos meios acadêmicos quanto nos meios de comunicação, a questão da norma e, ligada a ela, a questão do empobrecimento

2. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Ka0eEeGHA_4. Aos 44min57seg. Acesso em 20 de set. 2022.

do ensino e da aprendizagem de nossa língua. É verdade que essa crise não diz respeito apenas à língua portuguesa nem está restrita ao nosso país. Na França, nos Estados Unidos, na América Latina aponta-se essa mesma insatisfação, em todas as áreas de conhecimento e em todos os níveis de escolaridade, e resultados de exames vestibulares e de outros concursos são frequentemente citados para exemplificar a desestruturação do ensino.

Ao nos depararmos com a grande dificuldade que os alunos demonstram ao ler, interpretar e escrever textos, buscamos, em diferentes planos de aulas, seja por meio de sequências didáticas ou outras metodologias ativas, atividades que vislumbrem o trabalho no qual a variação linguística possa ser considerada, porque ela efetivamente ocorre em diferentes modalidades da língua com diferentes graus de monitoramento e com falantes completamente diferentes. Nesse sentido:

Quando a dependência contextual é mais limitada, os falantes sentem necessidade de recorrer a um vocabulário específico e a operadores lógicos, buscando clareza. Esse é o caso de textos mais complexos, desenvolvidos sem apoio contextual no ambiente em que se encontram falantes e ouvintes. Gêneros discursivos mais conhecidos são expressos com um vocabulário também mais conhecido. O mesmo se aplica ao grau de complexidade do tema. Quando o falante tem familiaridade com determinada tarefa comunicativa, ela vai exigir dele menos pressão comunicativa. O contrário também é verdadeiro. Comparem-se, por exemplo, a defesa de uma tese de doutorado ou uma aula de física quântica com uma conversa casual (BORTONI-RICARDO, 2022, p. 06).

Porém, ao considerarmos a realidade da maioria das salas de aula, e, a partir de análises realizadas no material estruturado utilizado em MT, cuja discussão se apresenta de maneira insuficiente e com conceitos questionáveis, podemos constatar que ainda estamos distantes de um trabalho que efetivamente considere os fenômenos da língua em uso como preconizam os sociolinguistas.

2.1. O ensino de Língua Portuguesa por meio dos gêneros discursivos

O ensino da Língua Portuguesa proposto pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018) visa à ampliação das possibilidades de participação dos sujeitos em aprendizagem nas práticas de atividades humanas, de forma a favorecer o desenvolvimento das capacidades de leitura, produção e tratamento das linguagens. Consonante a essa afirmação, no Documento de Referência Curricular - DRC/MT (2018, p. 21), temos a seguinte redação:

A BNCC apresenta a possibilidade do ensino de Língua Portuguesa na perspectiva dos campos de atuação, considerando que nos anos finais do ensino fundamental o adolescente interage e vivencia mais situações comunicativas, mesmo na unidade escolar, com a mudança dos componentes curriculares, tornando-o mais autônomo e protagonista de suas práticas de linguagem, e dessa forma amplia o seu contato com uma demanda bem maior de gêneros discursivos.

O objetivo em torno da ampliação do contato dos estudantes da Educação Básica com os gêneros discursivos e o trabalho com os gêneros textuais tem tido lugar de destaque nos documentos que orientam o currículo escolar desde os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1998), e são pujantes nas orientações de trabalho com a língua na BNCC (2018).

Para especificar a abordagem de gênero tratada aqui, trazemos as contribuições de Travaglia (2018, p. 1-2):

O dizer é tipificante. Seja falando/ouvindo ou escrevendo/lendo, nada é dito sem ser por meio de textos e cada texto é de uma categoria, que sempre será adequada interação em uma situação social também típica. Ou seja, os textos se adequam a diferentes situações de interação comunicativa, em que determinadas ações sociais tipificadas acontecem e os textos também são tipificados, constituindo classes típicas de texto. Sendo assim, todos os recursos da língua funcionam em textos de uma dada categoria e esse funcionamento pode ou não ser dependente dessa categoria.

No Minicurso Tipologia Textual, organizado pela Semana de Letras da UFOP³, Luiz Carlos Travaglia defende o ensino centrado nos gêneros, apresentando-os como ferramentas de ação da linguagem. Afirma que devemos ensinar o aluno a usar os gêneros porque os gêneros têm toda uma constituição linguística, estrutural, de conteúdo, de função etc. que servem como caracterização de milhares de gêneros. Lima (2020, p. 3) também contribui para essa definição, afirmando que “Os gêneros são artefatos simbólicos historicamente constituídos e que funcionam como instrumentos mediadores das atividades humanas”.

Diante do que propõem as orientações oficiais e os pesquisadores da área para que o ensino de Língua Portuguesa se centre nos gêneros, ainda temos a questão de ‘com quais trabalhar’, considerando que são muitos os gêneros existentes. Nesse momento, conforme Travaglia (2018, p. 49), “é preciso critérios para decidir que gêneros terão tratamento prioritário e mais aprofundado na escola.” E acrescenta:

Pode-se organizar o trabalho em sala de aula, usando gêneros diversos que tenham um mesmo tipo como necessário e dominante, pois todos eles estarão desenvolvendo habilidades linguístico-discursivas básicas que depois o aluno vai usar para compor qualquer gênero que venha a ter necessidade de produzir, mas também de compreender em sua vida profissional ou não. (TRAVAGLIA, 2018, p. 54).

Para o autor, dentre os milhares de gêneros que circulam em nossa sociedade, primeiramente deveríamos ensinar aos alunos àqueles com maior probabilidade de uso. Outro critério que ele menciona é o trabalho com gêneros que busquem desenvolver as cinco competências comunicativas

3 Minicurso Tipologia Textual organizado pela UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto, disponibilizado no dia 9 de abril de 2021 no *YouTube* (<https://www.youtube.com/watch?v=13wHz5Zi5JY>), referência retirada das 2h14min às 2h20min do vídeo.

básicas: de narrar, dissertar, injungir, descrever e argumentar. Esse conhecimento dará condições para o aluno usar uma grande variedade de gêneros.

Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) observam que, para se inserir sujeitos em processo de aprendizagem de uma língua em uma situação real de uso, tornam-se necessárias que as concepções sociointeracional de língua e de gêneros textuais estejam presentes no currículo escolar, assim o ensino da oralidade e da escrita estará contemplado.

Nesse sentido, para atender ao que os documentos de referência curriculares propõem, e, considerando a literatura disponível em torno do trabalho com os gêneros para o ensino da língua, desenvolvemos a presente proposta didática de ensino tendo o miniconto como o principal gênero a ser trabalhado.

Assim sendo, a referida sequência didática centra-se no miniconto, gênero da esfera literária, e parte do desenvolvimento das competências leitoras para então seguir para o desenvolvimento da oralidade e da produção escrita, pois, de acordo com o DRC (2018), para o desenvolvimento de leituras significativas, o professor deve proporcionar condições para que o estudante entre em contato com textos que lhe permitam o estabelecimento de relações e sentidos, tanto no texto quanto em sua própria vida.

Para concluir este tópico, trazemos a contribuição de Bakhtin (2006), quando afirma que, no ato da leitura, o leitor utiliza estratégias para a compreensão do texto, e essas estratégias podem se vislumbrar fundamentadas em seu conhecimento linguístico e na sua experiência sociocultural. Em relação aos gêneros discursivos, o autor ressalta que todas as atividades humanas estão relacionadas à utilização da língua, dessarte, é compreensível que tenhamos uma variedade grande de gêneros, especialmente porque “A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou outra esfera da atividade humana” (BAKHTIN, 2006, p. 279), defendendo o texto como um conjunto de sentidos.

Dessa forma, compreende-se que o leitor não entende apenas o sentido expresso no texto, mas também lhe atribui sentidos de acordo com suas vivências, o que nos remete à Concepção Dialógica de Linguagem defendida pelo Círculo de Bakhtin e renomeada por Geraldí (1984), como “linguagem como forma de interação”, quando se promove uma dialogicidade entre leitor/autor/texto na atribuição de sentidos.

2.2. O miniconto e o ensino de Língua Portuguesa

“O efeito único do microconto é como um raio de sol que se refrata em todas as cores do arco-íris”.

Rauer Ribeiro Rodrigues

Os minicontos impressos ou digitais, de acordo com Bueno (2021, p. 29), “são interessantes objetos de leitura a serem trabalhados em salas de aula”, pois exigem do aluno-leitor “tanto capacidades de réplica ativa como capacidades de compreensão”.

Para Rojo (2009, p. 108), “as múltiplas exigências que o mundo contemporâneo apresenta à escola vão multiplicar enormemente as práticas e textos que nela devem circular e ser abordados”, assim, defende-se que os minicontos, seja no formato impresso como foram trazidos no material didático da do 8º Ano, seja no formato digital veiculados em diversas plataformas e redes sociais, trata-se de um gênero novo que pode e deve fazer parte dos planejamentos educacionais, sendo oportuna sua utilização nas salas de aula.

Para conceituar esse gênero textual, a pesquisadora Martins (2011, p. 275) afirma serem “textos concisos que possuem intensa significação e narratividade, e que fogem do convencional”. A autora acrescenta ainda que esse gênero mantém um “diálogo ininterrupto com o contemporâneo e as inovações tecnológicas (MARTINS, 2011, p. 275)”.

O gênero miniconto, por ser contemporâneo, pode apresentar-se como um aliado nas aulas de leitura, por meio do qual possamos desenvolver a imaginação e expandir o horizonte dos jovens leitores, trabalhando com poucas palavras e produzindo muito.

O miniconto pode constituir uma forte ferramenta de motivação para os alunos no que se refere à produção, à interpretação e à leitura crítica de textos, com potencial para reduzir as fronteiras existentes entre os adolescentes e os gêneros literários tradicionalmente estudados e produzidos na escola.

Nesse sentido, procurou-se a assimilação dos alunos sobre o gênero textual miniconto e, ao analisarem que é possível produzir uma narrativa com começo, meio e fim, conservando as características do conto em espaço tão limitado, os alunos foram também percebendo sinais de intertextualidade e compreendendo o seu importante papel nos minicontos.

Os estudantes envolvidos nessa pesquisa entenderam que, com moderação de linguagem, o autor consegue narrar uma história que desafie os leitores a completarem e compreenderem o que não está escrito, procurando construir os elementos da narrativa, inferindo significados e interpretações a partir do que está explícito e implícito nas narrativas curtas às quais tiveram acesso no decorrer do desenvolvimento prático da presente sequência didática.

É importante destacar que essa busca ampliou suas visões, chamando a atenção dos alunos para detalhes importantes da construção das narrativas, e isso permite apreciar ainda mais as

histórias. Sob esse enfoque, Kleiman (1989, p. 13) enfatiza a importância da intertextualidade, ao registrar que “sem o engajamento do conhecimento prévio do leitor não haverá compreensão”.

Na perspectiva do miniconto, uma narrativa é bem construída em um texto que se mostra econômico na quantidade de palavras. Nesse sentido, Calvino (1990, p. 64) destaca que: “De minha parte, gostaria de organizar uma coleção de histórias de uma só frase, ou de uma linha apenas, se possível.” A esse respeito, e destacando a preocupação de fazer chegar à escola textos que despertem o interesse dos leitores contemporâneos, Marcelo Spalding lembra que “É preciso [...] olhar um pouco para a contemporaneidade e alguns de seus pensadores, ainda que para tanto tenhamos de lidar com os polêmicos termos pós-modernismo e pós-modernidade” (2008, p. 47).

O mesmo autor afirma ainda que “A ideia de provocar efeitos artísticos mediante a utilização de um número limitado de elementos é talvez uma das mais frutíferas em trânsito na modernidade, numa clara reação à prolixidade e à redundância identificáveis em períodos anteriores” (2008, p. 17).

De acordo com Bauman (2001), com o tempo escasso e instantâneo, o progresso precisa ser consumido e usufruído com rapidez, já que o momento exige, antes mesmo que outro progresso surja e se faça perceber. Bauman (2001, p. 158) também registra que, “Numa vida guiada pelo preceito de flexibilidade, as estratégias e planos de vida só podem ser de curto prazo”.

Assim, o miniconto, como possibilidade de veiculação, tanto do mundo literário quanto do cultural, questionando e refletindo saberes estabelecidos, é uma verdade que conjuga tempo e espaço captados em seus padrões mínimos, mas que podem ser amplificados pelo trabalho artístico, pois, ainda de acordo com o mesmo autor (2001, p. 165), “Nada deveria ser deixado em seu curso caprichoso e imprevisível, [...] nada deveria ser mantido em sua forma presente, se essa forma pudesse ser aperfeiçoada e tornada mais útil e eficaz”.

O miniconto conceitua-se, então, como o resultado literário da brevidade de expressão que os tempos modernos nos postulam.

3. Procedimentos metodológicos

O presente estudo trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativa que, segundo Esteban (2010), é fruto de um envolvimento sistemático que busca a compreensão profunda dos fenômenos educativos e sociais, bem como a transformação de práticas e cenários socioeducativos, que envolvem a tomada de decisões e a organização de conhecimentos. O método utilizado se deu regido pelos conceitos que caracterizam a pesquisa-ação, sendo os participantes, nessa perspectiva, considerados por Thiollent (1986), como atores sociais.

Teoricamente, esse trabalho se fundamenta a partir das concepções de sequência didática de Dolz, Noverraz & Schneuwly (2004), das visões bakhtinianas de linguagem, de gênero discursivo e dialogismo; dos estudos de caracterização de gênero e da abordagem sociocognitiva de leitura e de escrita. Para conduzir esse estudo, realizou-se, primeiramente, um levantamento

bibliográfico sobre a sequência didática, o gênero discursivo, as concepções de leitura, interpretação e produção textual, o gênero discursivo miniconto e sobre o ensino da língua materna à luz da Sociolinguística Educacional.

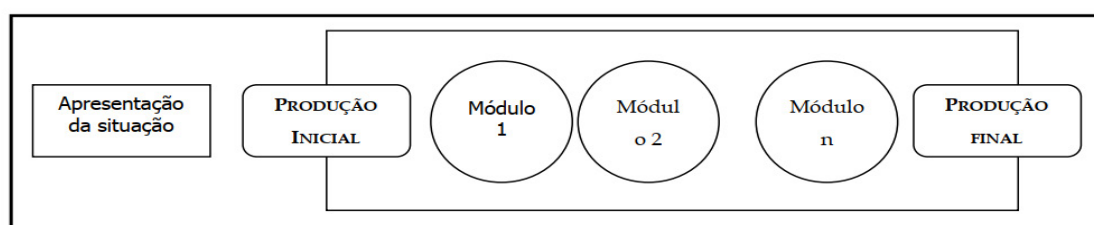
Fruto de reflexões sobre as ações pedagógicas em sala de aula ao longo das disciplinas ministradas no mestrado profissional PROFLETRAS, pensamos numa SD que pudesse atender às necessidades educativas de nossos estudantes do Ensino Fundamental II e que, ao mesmo tempo, contemplasse conteúdos trazidos no material didático com os quais trabalhamos em sala. Assim, optamos por desenvolver uma proposta visando a contribuir com a promoção das habilidades leitoras, interpretativas e escritoras dos atores sociais por meio do gênero miniconto.

Assim, ancoradas pelos pressupostos teóricos de Dolz, Noverraz & Schneuwly (2004), como mencionado anteriormente, desenvolvemos uma SD na disciplina de Língua Portuguesa, com estudantes do 8º Ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual Rui Barbosa, no município de Alta Floresta – MT. A proposta didática foi desenvolvida ao longo de 16 (dezesesseis) aulas, com duração de 55 (cinquenta e cinco) minutos cada, o que equivale à carga horária de 4 (quatro) semanas de aulas de LP. Para elucidar a SD que vem sendo suscitada, passa-se à apresentação do passo a passo que compõe a referida ação educativa.

4. Resultados e discussão

Uma Sequência Didática, para Joaquim Dolz, Michèle Noverraz & Bernard Schneuwly (2004, p. 02), “é um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito”. Assim, para estruturar nossa proposição didática em torno do gênero miniconto, tomamos como base o esquema da sequência didática apresentado pelos autores supracitados como um procedimento metodológico para se trabalhar com diversos gêneros textuais, destacando que uma SD objetiva “ajudar o aluno a dominar melhor um gênero de texto, permitindo-lhe, assim, escrever ou falar de uma maneira mais adequada numa dada situação de comunicação (2004, p. 03)”.

Figura 1 – Esquema da sequência didática



Esquema da sequência didática

Fonte: Dolz, Noverraz & Schneuwly (2004, p. 03).

Considerando o procedimento apresentado pelos autores, buscamos, num primeiro momento, verificar as características do gênero miniconto, a partir de seus aspectos sociocomunicativos, composicionais e dialógicos, para em seguida organizar uma sequência de atividades que atendessem as necessidades educativas dos estudantes envolvidos na pesquisa.

4.1. Apresentação da situação

No primeiro momento, foi realizada uma abordagem sobre o gênero miniconto, quando buscamos averiguar o conhecimento prévio dos alunos sobre o assunto e, assim, explorar e incentivar a participação deles oralmente.

A aula teve início com a professora explicando aos alunos que juntos iriam ler minicontos, o que os ajudaria a compreender a construção de sentidos de pequenos textos. Para isso, começariam fazendo uma atividade para ativar e verificar o conhecimento que eles já tinham sobre o assunto.

Em seguida, foram apresentados minicontos e foi feita uma sondagem sobre o nível de conhecimento que eles tinham sobre a estrutura da narrativa. Foi indagado sobre o que eles já sabiam sobre minicontos, momento em que eles confessaram que nunca haviam ouvido falar sobre o gênero. A professora explicou que se tratam de narrativas breves em que a palavra é usada com brevidade e que, assim como o conto, organizam-se em torno de um único conflito. Foram informados que, devido à brevidade do texto, ao lerem um miniconto, seriam desafiados a decifrar seus sentidos, na tentativa de completar aquilo que não está explícito na narrativa.

4.2. Produção inicial

Após a apresentação da situação, os alunos realizaram um primeiro texto escrito, que deveria corresponder ao gênero trabalhado, trata-se da produção inicial. No momento dessa produção, optou-se pela produção escrita, dessa forma, os alunos revelaram as representações que tinham referentes ao tema nessa primeira produção textual. No momento da produção inicial, os alunos tentam elaborar um primeiro texto na modalidade escrita e, assim, revelam para si mesmos e para o professor as representações que têm desta atividade.

4.3. Módulo I

Dinâmica para incentivar a leitura e a escrita e para que os alunos interagissem e conhecessem mais sobre o tema minicontos, assim como, compreendessem a estrutura desse gênero.

4.3.1. Conteúdo

Para o incentivo à leitura e para que houvesse engajamento dos estudantes em relação à atividade, foi proposta a brincadeira do telefone sem fio, quando os alunos foram organizados em pequenos círculos, um aluno começou dizendo uma frase no ouvido do outro, que a anotava em

um pedaço de papel sem que ninguém mais tivesse acesso à sua escrita e, em seguida, acrescentava outra frase no ouvido do colega e, assim sucessivamente, até que a história foi sendo criada. Quando todos do pequeno círculo já haviam participado, a equipe juntou suas anotações e criou uma única história, retirando ou acrescentando elementos àquela narrativa. Ao final, a história criada por cada pequeno grupo, a partir da dinâmica, foi lida para toda a turma.

4.3.2. Objetivo da atividade

Desenvolver com os alunos atividades que propiciem ao aluno o estímulo do pensamento, a formulação de ideias concisas e a produção escrita.

4.4. Módulo II

Relembrando a função dos sinais de pontuação e verificando a importância da presença da pontuação nos minicontos.

4.4.1. Conteúdo:

Na aula seguinte, foi feita a distribuição de minicontos impressos em tiras de papel para cada aluno, que, individualmente e silenciosamente, realizaram a leitura do texto. Em seguida, foi feita uma leitura coletiva e compartilhada e realizada a troca de impressões, interpretações e apreciações dos textos lidos. Ainda nesse dia, foram realizadas atividades do material estruturado referentes ao objeto em estudo. Além dos minicontos disponíveis no material didático Maxi (2019, p. 8 - 26) e **Ah, É?**, de Dalton Trevisan (1994), também trabalhamos com os minicontos **Dureza**, de Sandra Guedes; **Estimação**, de Sandra Guedes; **Pedido**, de Miriane Willers, **Minicontos de Fadas**, de Denise Accurso.

No momento em que as professoras realizaram a leitura, a avaliação e a correção da produção inicial, foi constatada a necessidade de relembrar a função dos sinais de pontuação. Assim, considerando o que propõem Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), enquanto atividade epilinguística, os alunos foram lembrados de que a pontuação é um recurso utilizado em textos escritos como a entonação, a pausa, as expressões faciais e corporais são recursos utilizados no texto oral.

Dando sequência nesse conteúdo, as professoras foram juntamente com a turma, realizando a verificação da presença de sinais de pontuação nos minicontos lidos. Logo em seguida, a turma foi dividida em 7 (sete) grupos e distribuiu-se um pequeno cartaz para cada grupo, solicitando-se que fizessem uma pesquisa que complementasse as informações contidas no cartaz. Na aula seguinte, realizaram a exposição oral das pesquisas feitas e expuseram os cartazes na sala de aula. Os sinais selecionados foram aqueles cujos usos são frequentes no gênero em estudo e que, de acordo com as produções dos alunos, apresentaram-se como uma fragilidade na turma. Foram eles: vírgula, ponto final, dois pontos, ponto de interrogação, ponto de exclamação, reticências e travessão.

Logo após a apresentação das pesquisas, as professoras distribuíram tiras de papel contendo frases que ficam ambíguas ou passam mensagens diferentes do que se pretendia, caso os sinais de pontuação não sejam usados adequadamente. Foi solicitado aos alunos que observassem se havia algum sinal de pontuação que é predominante nos minicontos lidos. Depois, foram realizadas novas leituras dos minicontos em voz alta, e as professoras solicitaram aos alunos que observassem a contribuição dos sinais de pontuação para a compreensão da mensagem emitida na leitura dos colegas e em suas próprias leituras.

4.4.2. Objetivo da atividade

Lembrar aos estudantes que a pontuação é um recurso utilizado em textos escritos como a entonação, a pausa, as expressões faciais e corporais são recursos utilizados em textos orais. Exposição de cartazes sobre os sinais de pontuação.

4.5. Módulo III

Produção de minicontos de forma conceituada e contextualizada com tema livre. O aluno deveria conhecer as técnicas para elaborar ou criar conteúdo. Estas técnicas diferem muito em função do gênero. Análise reflexiva das produções e leitura coletiva.

4.5.1. Conteúdo:

Foi proposta nova atividade, na qual os alunos produziram minicontos considerando todas as características do gênero discutidas ao longo das aulas. Foi solicitado que fizessem uma revisão textual nos próprios textos, lembrando-os das explanações em torno das atividades epilinguísticas que se deram ao longo do ano letivo, como as que trataram dos sinais de pontuação, por exemplo. Podemos afirmar que a produção escrita foi realizada com bastante seriedade pelos alunos. Alguns deles chegaram a produzir e entregar 10 (dez) textos cada um.

4.5.2. Objetivo da atividade

Realizar atividades para exercitar a escrita e ampliar os conhecimentos sobre o sistema de escrita, compartilhando experiências, refletindo sobre a produção narrativa e discutindo sobre a grafia das palavras.

4.5.3. Produção final

A sequência foi finalizada com a produção final, que deu ao aluno a possibilidade de pôr em prática as noções e instrumentos elaborados nos módulos. As atividades finais de socialização se darão no próximo ano letivo com exposição de alguns minicontos em murais da escola, bem como a produção de um livro que poderá ser intitulado “Coletânea de minicontos”, composto

pelas produções resultantes dessa SD. Para a culminância da SD, será organizado um momento de participação da família na escola para que prestigiem as produções dos minicontos escritos pelos estudantes.

Depois da última produção textual, para praticar a oralidade, foi sugerida a socialização dos textos em uma roda de leitura dos minicontos produzidos. Nesse momento, os estudantes puderam fazer uma avaliação dos estudos em torno do tema, sinalizando quais haviam sido os momentos de maior dificuldade, motivação e importância do trabalho com os minicontos.

A avaliação por parte dos estudantes foi positiva, pois os estudantes afirmaram que, apesar de terem achado difícil os momentos de produção escrita, a forma como as aulas foram conduzidas possibilitou que conseguissem desenvolver suas produções escritas. Apontaram como ponto de destaque os momentos de leitura em voz alta, sendo do *blog*⁴ **Minicontos de Fadas** de Denise Accurso, os quais apresentaram releituras sobre os personagens principais dos contos de fadas, avaliados pelos alunos como os melhores, dentre os textos que lhes foram apresentados.

As práticas educativas que trabalham em prol do desenvolvimento das habilidades de leitura, interpretação e escrita ainda encontram-se em observação, pois se referem a questões que, dificilmente, apresentam resultados imediatos nessa fase educacional, porém, ao realizarmos um estudo comparativo entre os primeiros minicontos produzidos e a última atividade de produção escrita, foi possível apontar para avanços significativos tanto no que se refere a convenções gráficas quanto em relação à adequação do texto ao gênero solicitado. Essa melhora foi ainda mais acentuada quando realizamos o processo de reescrita, apresentando-o em sua versão final.

Nesse contexto, atribuímos êxito, também, às atividades epilinguísticas, pois, ao passo que o estudante revisa sua produção escrita para observar a importância da pontuação, concomitantemente, reflete sobre o sentido da produção e realiza uma revisão das convenções gráficas, no entanto, Bortoni-Ricardo (2013, p. 55) afirma que “o domínio da ortografia é lento e requer muito contato com a modalidade escrita da língua. Dominar bem as regras de ortografia é um trabalho para toda a trajetória escolar, e, quem sabe, para toda a vida do indivíduo”.

Reconhecemos, assim, que a proficiência escrita é um processo que não se dá de maneira rápida e está associada à prática. Dificilmente presenciaremos resultados significativos em um curto período tempo.

Outro aspecto que se faz necessário destacar, refere-se às variedades da LP. Ainda que não tenham sido apresentadas em nossa SD enquanto conteúdo ou objeto de estudo, foram suscitadas importantes discussões em torno das variedades linguísticas encontradas nos textos apresentados pelas professoras e, posteriormente, observadas em alguns textos produzidos pelos alunos. Isso foi observável, principalmente, em minicontos que apresentam diálogos – geralmente sucintos, em detrimento das características do gênero – com uma linguagem que se aproxima da oralidade, denotando momentos em que os personagens se encontram em situações comunicativas

4 Disponível em: <https://www.editorametamorfose.com.br/textos/8281/minicontos-de-fadas>. Acesso em 17 de out. 2022.

diversas, inclusive naquelas que sugerem o uso da linguagem informal, em um nível de menor monitoramento da língua. Em relação aos níveis de monitoramento, isto é, a um contínuo de monitoramento da língua, buscamos suporte teórico em Bortoni-Ricardo (2005):

Já se observou que as variedades linguísticas no Brasil não são compartimentadas. Caracterizam-se por uma relativa permeabilidade e fluidez que se pode representar com um continuum horizontal, em que as variedades se distribuem sem fronteiras definidas. [...] A esse **continuum**, que representa a variação diatópica (rural x urbana) e social, deve-se, por razões didáticas, acrescentar outro, que represente variações funcionais, estilísticas, que se interseccionam com aquelas. A escolha de um determinado grau de formalidade na fala depende basicamente do papel social que o falante desempenha a cada ato de interação verbal. [...] Em qualquer circunstância, porém, há pelo menos três fatores determinantes dessa seleção: os participantes da interação, o tópico da conversa e o local onde ela se processa. O falante ajusta sua linguagem, variando de um estilo informal a um estilo cerimonioso a fim de se acomodar aos tipos específicos de situações (p. 24).

Nesse sentido, foi possível conduzirmos a discussão de forma que, juntamente com os estudantes e, a partir dos textos em estudo, pudéssemos refletir sobre o uso da língua e observarmos as variedades encontradas como sinônimas de diferenças, avaliando a adequação ou inadequação dos vocabulários em cada situação comunicativa apresentada.

Por fim, levando em conta que a fala, a leitura, a interpretação e a escrita podem ser trabalhadas concomitantemente, já que uma atividade possibilita a outra, os alunos tiveram a oportunidade de ouvir, ler, contemplar, comentar, pesquisar e produzir minicontos com a finalidade de despertar o interesse e a participação nas atividades em sala, relacionando e edificando sentidos segundo suas vivências.

5. Considerações finais

Primando pela necessidade de envolver os estudantes em atividades pedagógicas que vislumbrem o trabalho de leitura, interpretação e escrita, tendo um gênero textual em sua centralidade, dispusemo-nos a realizar essa SD sob a ótica da Sociolinguística Educacional. Ao avaliarmos os resultados, ainda que parciais, da referida proposta didática, podemos concluir que a escolha do gênero textual foi acertada, apresentando-se como um fator de grande relevância para que o objetivo de apreciação e envolvimento dos atores sociais na SD fosse satisfatório.

O procedimento “sequência didática”, proposto por Dolz, Noverraz & Schneuwly (2004), apresenta-se como sugestão de metodologia totalmente adaptável, e isso imputa afirmar que, independentemente de a escola possuir muitos ou poucos recursos pedagógicos, é possível pensar uma SD que atenda às necessidades educacionais de estudantes de LP no que se refere ao ensino de língua materna. Atentas a isso, procuramos pensar em uma SD que estivesse centrada no envolvimento dos adolescentes nas atividades escolares concernentes ao seu desenvolvimento

escolar e que, além disso, não exigisse recursos pedagógicos de difícil obtenção, apresentando-se como uma proposta que pudesse ser ajustada de acordo com a necessidade e com a estrutura física da escola.

Ao suscitarmos a discussão sobre as variedades da língua, uma vez que ela é viva e passível de mudanças, sem desvalorizarmos a norma-padrão, refletimos sobre a recomendação de Bortoni-Ricardo (2005), no sentido de que sigamos conhecendo nossa língua materna. Assim, podemos nos denominar políglotas em nossa própria língua e seguir incentivando nossos estudantes a terem a liberdade de utilizar a língua em suas diversas possibilidades de uso.

Dessa forma, o presente artigo pode se apresentar como uma possibilidade de estudos posteriores para que outros professores tenham interesse em utilizar o gênero em suas aulas e que se despertem mais leitores e escritores desses pequenos textos tão ricos em conteúdos e significados.

Assim, concluímos que essa sequência contribuiu para a divulgação e conhecimento do gênero miniconto em atividades de leitura e escrita, podendo inspirar novas práticas pedagógicas no ensino de Língua Portuguesa por meio dos elementos teóricos e metodológicos aqui apresentados, servindo de apoio a professores que desejem inserir o miniconto em sua prática em sala de aula.

6. Referências

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. *In: Estética da Criação Verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio**. Trad. Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. Brasília: MEC, 2018.

BUENO, Matheus Felipe Xavier. **Minicontos e minicontos digitais: potencialidades dos gêneros para o desenvolvimento dos letramentos e multiletramentos**. Matheus

Felipe Xavier Bueno; Orientadora: Roxane Helena Rodrigues Rojo. Campinas, SP: Unicamp/ Publicações - IEL, 2021.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris; OLIVEIRA, Tatiana de. Corrigir ou não variantes não padrão na fala do aluno? *In: RICARDO, Stella Maris Bortoni-Ricardo, MACHADO, Veruska Ribeiro (org). Os doze trabalhos de Hércules: do oral para o escrito*. São Paulo: Parábola, 2013.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris; SILVA, Kleber Aparecido da. Sociolinguística educacional: uma entrevista com Stella Maris Bortoni-Ricardo. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 22, n. 1, p. 219-231, jan./abr. 2022.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, Bernard. O oral como texto: como construir um objeto de ensino. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

ESTEBAN, Maria Paz Sandin. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GERALDI, João Wanderley. Concepções de linguagem e ensino de português. *In:*

GERALDI, J. W. (Org.). **O texto na sala de aula: leitura e produção**. Cascavel: Assoeste, 1984. p. 41-49.

KLEIMAN, Angela B. **Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna**. Signo. Santa Cruz do Sul, v. 32 n 53, p. 1-25, dez, 2007.

MARTINS, Waleska Rodrigues de M. O. Intensidade, brevidade e coalescência: das vertentes do conto, o microconto. In: CAMPOS, Luciene Lemos de. (Org.). Dossiê: O microconto. **Revista Carandá**, Corumbá, MS, CPAN/UFMS, n.4, p. 274-298, Novembro, 2011.

MAXI: **Ensino Fundamental 2: Português: 6^o ao 9^o ano: cadernos 1 a 4: professor/obra coletiva: responsável: Thais Ginicolo Cabral**. 1 ed. – São Paulo: Maxiprint, 2019.

RODRIGUES, Rauer Ribeiro; SOUZA, Fabrina Martinez. Uma introdução historiográfica ao estudo do microconto brasileiro. In: CAMPOS, Luciene Lemos de. (Org.). Dossiê: O microconto. **Revista Carandá**, Corumbá, MS, CPAN/UFMS, n. 4, p. 253-273, novembro, 2011.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. **Multiletramentos na escola**. Roxane Rojo, Eduardo Moura [orgs.]. - São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SPALDING, Marcelo. **Os Cem Menores Contos Brasileiros do Século e a reinvenção do miniconto na literatura brasileira contemporânea**. Dissertação de Mestrado em Literatura Brasileira, Portuguesa e Luso-africanas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipologia textual e ensino de língua Textual. **Domínios de Linguagem**, Uberlândia, vol. 12, n. 3, p. p. 1336-1400, jul. - set. 2018.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Outras Fontes

ACCURSO, Denise. **Minicontos de fadas**. 2019. Disponível em <https://www.editorametamorfose.com.br/textos/autor/10739/>. Acesso em 05 de out. 2022.

FARACO, Carlos Alberto. **Variação e Ensino de Língua Materna**. #05 - Temporada 2, 2022. *Podcast* apresentado no Canal Parafraseando. 1 vídeo (50min39seg). Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Ka0eEeGHA_4. Acesso em 20 de set. 2022.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Minicurso Tipologia Textual**. Minicurso organizado pela UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto, 2021. 1 vídeo (2h30min37seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l3wHz5Zi5JY>. Acesso em: 10 de jun. 2022.

SIGNIFICAÇÕES CULTURAIS: TEMATIZAÇÃO E FIGURATIVIZAÇÃO EM VENTOS DO APOCALIPSE, DE PAULINA CHIZIANE

CULTURAL MEANINGS: THEMATIZATION AND FIGURATIVIZATION IN VENTOS DO APOCALIPSE, BY PAULINA CHIZIANE

SIGNIFICATIONS CULTURELLES: THÉMATISATION ET FIGURATIVISION DANS LES VENTS D'APOCALYPSE, PAR PAULINA CHIZIANE

Waldelange Silva dos Santos

Secretaria do Estado de Pernambuco/SEDUC-PE

waldelange@hotmail.com

Sumário. Significações Culturais em Ventos do Apocalipse; Significação Temático – Figurativo na narrativa africana; O marido Cruel; Mata, que amanhã faremos outro; Tematiza A ambição de Massupai; ; Maxwela Ku hanya! U ta sala u psi vona (Nasceste tarde! Verás o que eu não vi); A siku ni siki li ni psa lona (Cada dia tem sua história); Conclusão; Referências Bibliográficas.

Resumo. O presente trabalho constitui uma análise temático-figurativo do romance moçambicano Ventos do Apocalipse, de Paulina Chiziane. Partimos da hipótese de que, no texto em voga, a narrativa contística funciona como inscrição da tradição oral moçambicana e, para tanto, a presença de figura e temas se instauram como fortes marcações textuais em narrativas desta natureza. É sabido, ainda, que tais característica inserem a obra Ventos do Apocalipse como liame genealógico transcultural com uma estética plural, cuja representação cultural a perfaz cosmopolita radicando, assim, a escrita de Paulina Chiziane. Desse modo, este estudo tem como objetivo principal analisar os procedimentos discursivos de tematização e figurativização instaurados no compósito textual. Ancorados nos estudos da Semiótica das Culturas (considerando seus aspectos culturais, interculturais e transculturais), a presente proposta irá verificar as proximidades e distanciamentos culturais da figuras e dos temas, bem como seus modos de representação dentro da obra. A escolha da obra justifica-se, ainda, considerando toda a complexidade estrutural, bem como as relações polissistêmicas culturais na qual deflui a inscrição da narrativa literária enquanto popular.

Palavras-chave: Semiótica das Culturas, Ventos do Apocalipse, Tematização, Figurativização.

Abstract: The present work constitutes a thematic-figurative analysis of the Mozambican novel Ventos do Apocalipse, by Paulina Chiziane. Based on the hypothesis that in the text in vogue, the short story works as an inscription of the Mozambican oral tradition and, therefore, the presence of figures and themes are established as strong textual markings in narratives of this nature. It is also known that such characteristics insert the work Ventos do Apocalipse as a transcultural genealogical link with a plural aesthetic, whose cultural representation makes it cosmopolitan, thus rooting the writing of Paulina Chiziane. Thus, this study's main objective is to analyze the discursive procedures of thematization and figurativeness introduced in the textual composite. Anchored in studies of the Semiotics of Cultures (considering their cultural, intercultural and transcultural aspects), this proposal

will verify the cultural proximities and distances of figures and themes, as well as their modes of representation within the work. The choice of the work is also justified considering all the structural complexity, as well as the polysystemic cultural relations in which the inscription of the literary narrative flows as popular.

Keywords: Semiotics of Cultures, Winds of the Apocalypse, Thematization, Figurativization.

Résumé : Le présent travail constitue une analyse thématique-figurative du roman mozambicain *Ventos do Apocalipse*, de Paulina Chiziane. Partant de l’hypothèse que dans le texte en vogue, la nouvelle fonctionne comme une inscription de la tradition orale mozambicaine et, par conséquent, la présence de figures et de thèmes s’établit comme des marques textuelles fortes dans les récits de cette nature. On sait également que de telles caractéristiques insèrent l’œuvre *Ventos do Apocalipse* comme un lien généalogique transculturel avec une esthétique plurielle, dont la représentation culturelle la rend cosmopolite, enracinant ainsi l’écriture de Paulina Chiziane. Ainsi, l’objectif principal de cette étude est d’analyser les procédures discursives de thématisation et de figurativité introduites dans le composite textuel. Ancrée dans les études de la Sémiotique des Cultures (considérant leurs aspects culturels, interculturels et transculturels), cette proposition vérifiera les proximités et distances culturelles des figures et des thèmes, ainsi que leurs modes de représentation au sein de l’œuvre. Le choix de l’œuvre est également justifié compte tenu de toute la complexité structurelle, ainsi que des relations culturelles polysystémiques dans lesquelles l’inscription du récit littéraire coule comme populaire.

Mots clés: Sémiotique des Cultures, Vents de l’Apocalypse, Thématisation, Figurativisation.

1. Significações culturais em “*Ventos do Apocalipse*”.

No Prólogo da obra *Ventos do Apocalipse* (1999), tem-se uma pequena história inaugural, na qual o Destino descreve o rito da tradição moçambicana de contar histórias. Apresentada no início da obra, o texto se propõe a introduzir na narrativa romanesca o tradicional “*KARINGANA WA KARINGANA*”, cuja tradução é “Era uma vez...”, tão utilizado no início das chamadas narrativas de Trancoso ocidentais sejam elas orais ou não.

É sabido que a tradição africana vive da palavra. São as palavras cantadas que ensinam, são as palavras contadas que criam os valores e motivam para o trabalho, para a luta ou para a festa. São palavras vivas na boca dos velhos contadores de histórias, recriando o mundo à medida da imaginação e da arte. Uma herança viva da ancestralidade.

Através das histórias, mostram-se a sabedoria e o conhecimento por gerações. A narração oral da história foi aspecto essencial para que se conservasse a tradição dos mitos e das lendas das culturas tribais e nativas. Os contadores de história, também chamados de *griots*, criam um vínculo, uma ponte entre os ensinamentos tradicionais e o momento presente, mantendo a herança da identidade que serve de suporte às manifestações culturais, étnicas e religiosas.

Desde muito tempo, na África, todas as comunidades e culturas tribais tinham seus contadores de histórias - homens, especialmente, embora também houvesse mulheres. Os requisitos principais para ser um contador era dedicar-se a conhecer as histórias de sua comunidade, dos seus ancestrais, da mitologia, da cosmologia e, naturalmente, ter dons espirituais e de oratória aceito pelos anciões. O contador de história na África, não só tem que tornar o ato de contar histórias um hábito de diversão, como também, através delas, ensinar as crianças e os jovens a aplicarem os ensinamentos dessas histórias em sua própria vida e a perpetuarem as tradições da oralidade.

1.1. A significação Temático-figurativa na narrativa africana

De grande importância para um texto, os temas e as figuras são sinais e símbolos culturais criados para expressar ideias, valores e produtos culturais. As figuras foram utilizadas para exercerem atração mais ampla e de maior potência cultural, além de nos remeterem ao(s) tema(s) presente(s) no discurso. Também chamado de iconização, a figurativização do texto poderá determinar se ele é, predominantemente, figurativo ou predominantemente temático. No texto em análise, tem-se a figura do *griot*, ou contador de histórias que remete à temática da sabedoria, uma vez que cabe ao *griot* a passagem dos ensinamentos de um povo às crianças, mediante as histórias contadas. Pode-se afirmar que esta figura assumirá o papel de informação cultural, pois sua função no texto é carregada de simbolismo quando combinada com outras figuras.

Outro tema ali presente é a morte, figurativizada “...nos corpos cansados debaixo da figueira enlutada que derrama lágrimas pelos filhos abortados” (CHIZIANE, 1999, p. 15). A importância da árvore (representada pela figueira) será mais detalhadamente explanada, uma vez que está associada aos aspectos étnicos e culturais deste povo. No decorrer do texto, a temática da morte está ainda figurativizada em “*A vida germinou, floriu e chegamos ao fim do ciclo*” (CHIZIANE, 1999, p. 15). O “fim do ciclo” se refere à morte, a qual é sempre abordada, de forma natural para o povo moçambicano, pelo aspecto cíclico.

Outra figura responsável pelos efeitos de sentidos geradores de tema é a vida que, assim como a morte, se fazem presentes sob as mais diversas formas, porém duplamente presentes. Tal figura nos remete a “...*todos os filhos e netos que não-de nascer*” (CHIZIANE, 1999, p. 15), ou seja, o futuro nascimento de crianças configura a vida, a qual se faz presente também em “...deliciar-nos-emos com o contador de histórias, dando tempo para que os papás se amem e nos brindem com um novo irmãozinho na próxima estação” (CHIZIANE, 1999, p. 15). A chegada de uma criança é a representatividade da vida em toda sua plenitude, assim como o germinar: “*A vida germinou, floriu...*” (CHIZIANE, 1999, p. 15).

1.2. O Marido Cruel.

Em *A literatura e a vida social* (Literatura e Sociedade), Antônio Candido, refletindo sobre como certos fatores externos ao texto podem ser relevantes para sua compreensão, afirma

que “... sem este dado externo, relativo à situação concreta de execução, sua carga semântica vê-se comprometida” (CHIZIANE, 2000, p. 28).

Pode-se pensar que Candido (2000) chama a atenção para a situação concreta de produção e recepção do texto, entendendo, assim, a literatura (em seu sentido amplo) como uma forma de comunicação. Os sentidos do texto não estão nele contidos, mas se produzem na relação com o receptor dependendo, de igual modo, de recursos por ele mobilizados. Os sentidos do texto acabam de depender, portanto, de seu “uso”. Vargas Llosa segue sua reflexão sobre o dado escondido, tratando dos limites ou equívocos da representação realista e sugere que “...a expectativa de que a ficção corresponda à realidade, retratando de forma objetiva, a possibilidade de que tudo seja dito” (LLOSA, 2006, p. 159).

O texto *O Marido Cruel* é a história fundante do Prólogo do Romance Ventos do Apocalipse. Seu contexto gira em torno de um marido que, em meio à calamitosa situação de guerra, fome e miséria total, encontra alimento e o nega à esposa e aos filhos, os quais “*definham*” dia após dia. Para contextualizar a micro história dentro da história Moçambicana, é preciso que se remeta ao período colonial vivido por Moçambique quando vários problemas assolaram o país, como moléstias e a fome. Grande parte das características demográficas da população só podem ser, devidamente compreendidas, se situadas no contexto mais amplo das transformações sociais, econômicas e culturais ali ocorridas, tanto no período pré-colonial quanto nas duas décadas que se seguiram à independência, em 1975.

Um componente importante resultante desse processo são as migrações, notadamente os movimentos externos e internos da população, causados pelo conflito armado que durou cerca de uma década e meia depois das eleições gerais em 1994. É sabido que estes movimentos migratórios são fenômenos histórico-estruturais e que marcaram fortemente o desenvolvimento da população moçambicana.

O conflito armado mais recente gerou fluxos migratórios bem delimitados e, sem dúvida, com intensas implicações para o processo de urbanização, para o Estado e para o ritmo de crescimento da população, dentre outros aspectos demográficos. Estima-se que grande parte da população tenha sido forçada a se deslocar das suas áreas de moradias.

Nos anos de 1990, a seca e a guerra provocam a fome em larga escala, dizimando grandes contingentes populacionais. A desesperança, a fome, a insegurança, a morte e a dor são elementos do cotidiano do moçambicano. Neste ano a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) abandonou a referência ao socialismo e adotou a economia de mercado, além de legalizar os partidos políticos. As negociações com a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) foram iniciadas e a paz foi assinada em 1992, pondo fim a uma era de aproximadamente vinte e sete anos de guerra contra os colonizadores e entre si mesmo.

Na sociedade em que vivemos, a morte e o medo fazem parte do cotidiano das pessoas. Tudo é feito para se aumentar os anos de vida, embora, nesta mesma sociedade, reine uma cultura de morte: o aumento da indústria bélica, o tráfico de drogas, a violência desenfreada

e o desrespeito ecológico. Na cultura africana, por seu turno, as concepções de vida e morte têm interpretações distintas daquelas da cultura ocidental.

Em África, o morrer com idade avançada e ter um funeral digno, com muita festa, são sinônimos de uma boa morte. Para os povos Iorubá, Fon, Bantu, assim como para outras nações africanas, a morte em si não é o fim, mas um momento de vivo contentamento, pois é o momento de encontro da pessoa com seus ancestrais. Diferentes culturas e sociedades possuem concepções próprias do tempo, dos fatos acontecidos, do transcurso da vida e da morte. As sociedades de cultura mítica têm uma noção de tempo circular, acreditando que a vida é uma eterna repetição do que já aconteceu num passado remoto narrado pelo mito. Logo, as noções de tempo ligada à noção de vida e morte diferem das noções de tempo no Ocidente.

Os termos vida e morte são trazidos para a análise, por sua vez, pois permeiam todo o texto *O Marido Cruel*, ressignificado pela sobrevivência. Os temas morte e vida aparecem na narrativa iniciados pelo narrador, rememorando a vida como algo que, em alguma época, fluirá normalmente. Remete para um aspecto sublime da vida. Mas logo em seguida, deixa claro para o leitor que foi a partir das “infâmias das novas gerações [que] os deuses começaram a vingarse...” (CHIZIANE, 1999, p. 16). A autora aqui ironiza, nos temas pressupostos, a triste situação que assolara Mangana, “terra de paraíso”, de modo que “As pessoas caíam como cajus maduros” (CHIZIANE, 1999, p. 16). E que só “Depois de muito sofrimento as chuvas voltaram a cair e os campos ficaram verdes de novo” (Chiziane, 1999, p. 17).

Em Mangana, a chuva é ícone de vida. Quando chove, há vida. E com a chegada da chuva, tem-se vida, novamente. Assim, tendo condenado a atitude criminoso do marido, a mulher diz em voz alta: “– *Homem que mata jamais merecerá o meu perdão*” (CHIZIANE, 1999, p. 18). O ato de matar apontado pela mulher trata-se do fato de o marido negar a comida à esposa e aos filhos, tendo ele encontrado alimento e comido sozinho “*enquanto todos definhavam*”.

“Há muitas gerações passadas, os homens obedeciam às leis da tribo, os reis tinham poderes sobre as nuvens, o negro dialogava com os deuses da chuva, e Mananga era terra de paraíso. O verde dos campos era exagerado, e as águas desprendiam-se por todas as ravinas” (Chiziane, 1999, p. 16).

1.3. Mata, que amanhã faremos outro

O termo “Infanticídio” significa “morte de criança” nos primeiros anos de vida. Ao longo da história este termo foi caracterizado pela morte induzida, permitida ou praticada, pelos mais variados motivos sociais e culturais. Pode-se observar, por exemplo, o caso da África, onde a prática está ligada a sobrevivência não sendo, portanto, um fato isolado e/ou uma experiência atual. Dentre as várias áreas que se permite abordar o assunto, a antropologia é a que mais possui formas de analisar práticas e costumes de um determinado povo. E, para isso, se vale de duas correntes teóricas que avaliam o fato.

A primeira corrente é denominada “relativismo cultural”, a qual foi desenvolvida, inicialmente, por Franz Boas, o qual defende que cada cultura pesa e julga a si mesma, portanto a prática do infanticídio não poderia ser considerada certa ou errada, mas sim aceita ou rejeitada socialmente. E, novamente, podem-se citar aqui os casos de infanticídios em África que, culturalmente falando, ainda carrega o sangue de inúmeras crianças mortas ao longo dos anos, em especial nos seus períodos de guerra.

A segunda corrente se ilumina pela defesa da fundamentação da universalização ética e pressupõe que o homem, a sociedade e a cultura pertencem a algo maior: à sociedade humana. Esta sociedade humana é detentora de valores universais, como a dignidade e a busca pela continuidade da vida.

Logo, no caso da África, fica difícil adotar determinado posicionamento e/ou corrente mais correta, pois as razões para as causas de infanticídios são as mais diversas, desde os mais conhecidos, a questionáveis rituais e à sobrevivência. O alto índice de infanticídio em toda a África é algo, realmente, gritante e nos faz questionar o porquê de ainda encontrarmos casos, nos dias atuais, do elevado número de mortes de crianças. O permanente estado de fome e miséria ainda funciona como um acalentador, mas não se pode negar que o alto índice de morte de crianças é elevado.

Uma investigação recente, cujo título era “*Diferenças de gênero no homicídio de recém-nascidos, bebês e crianças menores de 5 anos na África do Sul,*” foi publicado no final de abril na revista PLOS Medicine, revelou que:

“[...] o abandono e a morte de crianças na África é um fenômeno recorrente, e não composto por atos isolados”.. Dentre as crianças mortas em 2009, “[...]74,4% tinham menos de 1 ano, e mais de metade eram recém-nascidos (menos de 27 dias de vida). Entre estes últimos, 84,9% foram abandonados na rua, e só seis conseguiram superar a primeira semana de vida”.

O texto em análise, cujo título é “*Mata, que amanhã faremos outro*” é um ditado popular que acabou se naturalizando em Moçambique. Neste, há a narrativa de uma atitude comportamental que, dada à situação de guerra e luta pela sobrevivência, se tornou comum naquele lugar. Trata-se da morte de crianças pelas suas mães, a “pedido” de seus pais que, para não serem descobertos pelos soldados do exército de guerra, “solicitavam” às esposas que matassem seus próprios filhos, pois depois fariam outros.

“*Este é o ditado do velho império de Gaza, que se tornou célebre, sobrevivendo a muitos sóis e muitas luas e, como o grão, semeado de boca em boca, até nossos dias*” (CHIZIANE, 1999, p. 18). Pode-se notar, nesta passagem textual, a incidência de algumas referências temáticas. Aqui, a autora assume, plenamente, a circunstância histórica como tema, em toda sua singularidade. Não há como abstrair da leitura o fato de que Chiziane faz alusão ao horror e às implicações calamitosas que o povo moçambicano passou no período histórico da guerra civil em Moçambique

em 1976. É a partir desse cenário recortado por guerras que a vida e a morte estavam em pauta do dia a dia que Paulina Chiziane constrói o seu texto.

Ainda sobre os temas, temos: “*Com gestos desesperados, a mulher puxava a ponta da capulana, sufocando a crença que se batia até a paragem respiratória*” (CHIZIANE, 1999, p. 19). A indiferença perante a morte das crianças, apenas descreve o comportamento dos maridos quando solicitavam que as esposas matassem as crianças, uma vez que a história é narrada sem que o narrador apresente seu ponto de vista. Tal posicionamento postula o que preceitua a narrativa oral, de que é necessário conhecer os valores culturais locais para saber se o que está sendo contado configura uma atitude positiva ou negativa.

A zona antrópica que prevalece é a de distanciamento. A morte, por sua vez, desempenha papel de objeto transacional, pois era algo que o povo de Mananga não queria alcançar. Assim, “... *As populações em bando fugiam para cá e para lá, procurando refúgio no interior da savana*” (CHIZIANE, 1999, p. 18).

1.4. A ambição de Massupai

O terceiro texto que constitui a parte introdutória da obra *Ventos do Apocalipse* (1999), de Paulina Chiziane é intitulado *A ambição de Massupai*. O construto trata-se de uma bela mulher, negra e ambiciosa que, para conseguir ser a única esposa do general do exército de Muzila, trai sua tribo e mata seus filhos, a pedido do general, terminando louca e sozinha. O general de Muzila também planejara a traição para conquistar as terras do Save até o Limpop, isto é, do rio Limpopo, o segundo maior rio da África austral, o qual serve de fronteira entre a África do Sul, o Botswana e o Zimbábwe.

O Estado de Gaza era conhecido como império de Gaza e englobou toda a costa dos rios Zambeze e Maputo, cuja capital era a província de Gaza. Fundada por Manicusse, entre os anos de 1821 e 1858, causou grande revolta na sociedade, o que culminou em imigrações para territórios vizinhos (MARGARIDO, 1980). Em 1862, Mossurize passa a ser a capital de Gaza, devido à instabilidades entre as regiões, além da fome e de epidemias, resultantes da guerra civil. Nesse período, “[...] *a capital de Gaza passa para Mossurize, onde Gungunhana, filho de Muzila sobe ao poder*” (MARGARIDO, 1980, p.147). Logo, em 1889 a capital de Gaza passa a ser Manjacaze, cuja estrutura era administrada pelo rei com o apoio da rainha, da família real, dos governadores provinciais, dos conselheiros e dos comandantes militares.

Adentrando no universo dos procedimentos de tematização e figurativização, verifica-se que os acontecimentos narrados possibilitam a emergência de temas, a partir de seus conteúdos. O tema *beleza* é figurativizado no texto através dos lexemas que expressam a qualidade da chope Massupai. Observem-se os termos e expressões qualitativos que caracterizam a beleza:

...a negra **sereia** das terras chopes (CHIZIANE, 1999, p. 20).

A sua beleza resplandecia como **diamante** à luz do dia (CHIZIANE, 1999, p. 20).

Ela era **a mais bela** entre as cativas; e ainda **mais bela** que as nobres ngunis esposas dos guerreiros (CHIZIANE, 1999, p. 20).

Os grandes disputaram posse do **corpo mais soberbo que os deuses moldaram** sobre a terra...” (CHIZIANE, 1999, p. 20).

Na sua vida nunca possuía **mulher tão perfeita...** (CHIZIANE, 1999, p. 20).

Depois faremos outro filho que terão a **tua beleza** e a minha valentia (Chiziane, 1999, p. 21).

Massupai regressou à sua aldeia natal, vendeu a **sua beleza** aos guerreiros chopes, e os homens **hipnotizados** (com a beleza de Massupai) ... (CHIZIANE, 1999, p. 21).

Imbricado ao tema *beleza*, emerge o tema *ambição*. Observe-se o contexto das figuras que testemunham este tema:

Massupai vendeu cara a sua beleza, e **entregou-se ao general, que era o homem mais poderoso de todos os homens** (CHIZIANE, 1999, p. 20).

Massupai passou a vestir **capulanas vermelhas e missangas de luxo**, trajes reservados só a primeira-dama (CHIZIANE, 1999, p. 20).

A **ambição** de Massupai progredia sem limites e a loucura do homem aumentava (CHIZIANE, 1999, p. 20).

Com a minha valentia, **conquistarei** territórios, **dominarei** todas as tribos... (CHIZIANE, 1999, p. 21).

Serei rei de todos os reis e **proclamar-te-ei** mãe de todas as mães (CHIZIANE, 1999, p. 21).

Movidos pela ideia da ambição, Massupai e o General acabam por revelar o tema *morte*, resultante dos seus planos para derrubar o rei Muzila e, assim, tornar-se rei. A figurativização encontra sentido nos lexemas *silenciando*, *enfeitizar*, *aniquilar* e *sangue*.

Elas odeiam e, a qualquer dia, acabarão por **enfeitizar-me** (CHIZIANE, 1999, p. 20).

Escuta o meu plano: **silenciando** os teus filhos, seremos mais livres para o amor (CHIZIANE, 1999, p. 20).

Podes ajudar-me a **aniquilá**-los (CHIZIANE, 1999, p. 21).

Os **sangues** dos chopos regou todas as savanas... (CHIZIANE 1999, p. 21).

Que seja **silenciado** ao pôr do Sol à vista de toda a gente. (CHIZIANE, 1999, p. 20).

Outro tema que emerge é o da *loucura*, figurativizado pelo próprio lexema *louca*. Observe-se:

Sem a inteligência e a beleza dessa **louca**, os poderosos chopos... (CHIZIANE 1999, p. 22).

Massupai **enlouqueceu** e começou a revolver as sepulturas com as mãos... (CHIZIANE, 1999, p. 22).

1.5. 1.5. Maxwela ku hanya! U ta sala u psi vona (Nasceste tarde! Verás o que eu não vi)

A parte primeira (I) da obra em análise, é iniciada pelo provérbio tsonga “Maxwela ku hanya! U ta sala u psi vona”, que quer dizer “Nasceste tarde! Verás o que eu não vi!”. Consoante já mencionado aqui no estudo, é muito comum os provérbios e ditados populares darem início aos textos, muitas vezes sem título, como é o caso deste. Essa parte da obra trata, de forma cruel e mísera, o terrível estado de fome e seca que assolara Mananga, obrigando os nativos da região a recorrerem a antigos rituais utilizados pelos seus antepassados para fazer chover, como o *Mbelele*.

O *Mbelele* é uma cerimônia antiga destinada aos espíritos para fazer chover. Diante da escassez nefasta de chuva e, conseqüentemente, fome, pois se tratando de aldeias rurais cuja base econômica local deriva da terra, a chuva se fazia indispensável para o sustento e manutenção local. Sendo assim, o texto trata de um antigo régulo, o Sianga, que em meio a tamanha miséria se vê obrigado a resgatar e reavivar o rito ancestral — o *Mbelele* — na tentativa de que os deuses da chuva ouçam o clamor do povo que o venera e faça chover.

Responsáveis pelos níveis de concretização do sentido do texto, o número de figuras e de temas poderá determinar se o texto é, predominantemente, figurativo ou temático. No que tange à figurativização e à tematização, poder-se-ia dizer que na narrativa em análise, as figuras se sobrepõem aos temas, uma vez que neste há a predominância de elementos concretos, como a menção da ausência da comida, a presença da fome, a realização do lobolo para possível obtenção de alimento e a organização do *mbelele*. Entretanto, os temas apontados são figurativizados por elementos pontuais, com nomes especificamente próprios e representados por pessoais reais. São eles: Sianga, Wusheni e Minosse.

Quanto à tematização, é sabido que para as figuras terem sentido, elas precisam ser concretizadas em um ou mais temas. No texto em análise, nota-se uma variedade de traços

semânticos concretos que remetem sempre a um tema subjacente, que é a fome devastadoras das terras de Mananga. Se contextualizadas, as figuras que permeiam todo o compósito textual fazem parte de um mesmo campo semântico remetendo, assim, ao tema supracitado.

O tema *fome* é figurativizado no texto através dos lexemas que expressam a ausência de comida, no entanto, é predominante o uso explícito do próprio vocábulo. Observem-se as expressões qualitativas em que a fome se caracteriza:

Minosse wê, foi a fome que te ensurdeceu? (CHIZIANE, 1999, p.27).

Prepara-me algo para matar a fome, rápido? (CHIZIANE, 1999, p.27).

Oh, Sianga, pai de Manuna, chegou o tempo de comer as crostas da nossa lepra. Foi ontem mesmo que engolimos os últimos grãos de milho, juro (CHIZIANE, 1999, p.27).

Pedi-te comida, mãe de Manuna, não te pedi lamentos. Vamos, traz-me algo para enganar as tripas e aquecer o estômago, minha cabra” (CHIZIANE, 1999, p.27).

Se comemos os frutos dessas árvores, por que não podemos comer também as folhas? (CHIZIANE, 1999, p.28).

Os ratos mastigam qualquer coisa em qualquer lugar e vão engordando à custa de nosso sofrimento, porque é que não roem também a desgraça da gente? (CHIZIANE, 1999, p.28).

Em vez de estares aí a tratar-me como um diabo velho e feio devias mas é dar-me de comer (CHIZIANE, 1999, p.29).

Quem escapa da fome não escapa da guerra; quem escapa da guerra é ameaçado peça fome (CHIZIANE, 1999, p.58).

_ Ide! E quando a fome apertar mais, arrancai os vossos pentelhos um a um, e alimentai os vossos filhos (CHIZIANE, 1999, p.61).

1.6. *A siku ni siko li ni psa lona* (Cada dia tem sua história)

Após a independência de Moçambique em 1975, o trânsito das populações dentro das fronteiras internas intensificou-se, devido à guerra civil que prosseguiu com diversos impactos populacionais. Os impactos eram desde mudanças climáticas a mudanças ambientais, transformando, assim, a paisagem local Um conflito armado de dezesseis anos impactou, fortemente, a área rural de Moçambique, que era assolada principalmente pela seca, além de diversas consequências socioeconômicas e culturais.

A imperfeição rural, arrolada à pobreza, doenças calamitosas, fome brutal e à guerra desembocaram nos processos migratórios dentro e fora das aldeias. Consoante OGOT (2010),

os pressupostos causais do processo migratório em Moçambique englobando vários segmentos da sociedade – indivíduos, famílias inteiras e os grupos de aldeões – são complexos. Ademais as causas da migração, no continente africano, destacam-se como principal grupo de migrante, os refugiados. Estes são indivíduos, ou famílias inteiras, que fogem da área de conflito, da fome e da seca e que veem as cidades e as vilas moçambicanas como atrativas, pois oferecem melhor infraestrutura socioeconômica e cultural.

Sendo assim, a II parte textual aborda esse processo migratório de famílias inteiras (e dilaceradas) em busca de um lugar promissor. Um local em que não haja guerra (ou pelo menos estejam protegidos dela), em que haja paz e alimento para matar a fome que castiga, tão brutalmente, o povo de Mananga. A narrativa conduz a trajetória de um povo desapossado de tudo, porém que ainda preserva a esperança de uma vida promissora.

A narrativa de *A siku ni siko li ni psa lona*, que quer dizer “Cada dia tem a sua história”, centra-se, justamente, partida do povo de Mananga, que é chamado, na tessitura textual, de Monte, o lugar da promessa. O lugar que, ao longo da marcha, é descrito pelo povo como cheio de vida, sem dores nem lágrimas. Um lugar onde as pessoas possam viver como um pouco mais de dignidade humana, algo já esquecido por muito e desconhecido por outros.

Adentrando no universo dos procedimentos de figurativização e tematização, verifica-se que os acontecimentos narrados possibilitam a emergência de temas a partir de conteúdos que se inter-relacionam. O tema *morte* é um dos temas mais recorrentes em toda a narrativa, permeando-a da presença do próprio lexema, ou do verbo dele derivado, que figurativiza todo o texto mediante suas flexões. Vejam as citações abaixo:

Meu Deus, sempre sonhei **morrer** na esteira ao lado da família. Achas que eu também vou **morrer**, meu rapaz? (CHIZIANE, 1999, p.156).

Não se deve pensar assim, avó. Só se **morre** quando chega a hora (CHIZIANE, 1999, p.156).

Mas a criança vai chorar, e se o invasor estiver por perto saberá que estamos aqui [...].**Morrerão** todos por causa de um filho que é meu (CHIZIANE, 1999, p.159).

Ergue os olhos para o céu suplicando a misericórdia divina, ele ainda é demasiado jovem para **morrer** (CHIZIANE, 1999, p.16).

Esta não **morreu** agora, a poça de sangue se tornou pedra (CHIZIANE, 1999, p.169).

O tema *migração*, por sua vez, é o tema que apresenta a maior variedade de figuras presentes no texto. Por se tratar da parte II da obra **Ventos do Apocalipse**, a qual descreve a saída do povo de Mananga em peregrinação para a aldeia do Monte, os lexemas: *viajantes; marcha;*

caminhada e partida, seguidos de suas derivações e flexões verbais, figurativizam e reafirmam o tema supracitado. Vejam-se, a seguir, os exemplos extraídos do texto:

Os **viajantes** permanecem calados, vão-se conformando à medida que percorrem maiores distâncias (CHIZIANE, 1999, p.151).

A **partida** tem sabor de areia solta, a poeira seca, o Sol é demasiado forte e o calor destila (CHIZIANE, 1999, p.148).

Na **marcha**, o zurro do burro, o mugir da vaca, o ladrar do cão, o cacarejo da franga no cesto de quem transporta e o silêncio dos homens tornam a **procissão** ainda mais estranha (CHIZIANE, 1999, p.148).

Quando o Sol se põe, sentem que já **caminharam** muito, mas não sabem que distância fizeram... (CHIZIANE, 1999, p.149).

Caminham apenas para o prolongamento da miséria, **caminhamos** todos... (CHIZIANE, 1999, p.157).

A **marcha** prossegue, mas há um grupo que ficou atrás (CHIZIANE, 1999, p.163).

A **viagem** para o Monte é feita aos ziguezagues com o coração em permanente sobressalto.... (CHIZIANE, 1999, p.165).

A noite chega e os homens preparam-se para a **partida**... (CHIZIANE, 1999, p.175).

No décimo quinto dia, os **viajantes** não **marcham**, arrastam-se (CHIZIANE, 1999, p.180).

Os **viajantes** tentam repousar, o estômago está alerta, não adormece, incomoda (CHIZIANE, 1999, p.178).

Na **viagem** fantasma, a velha Minosse via à frente e nem os homens fortes conseguem seguir os passos dela. **Caminha** leve como uma pena (CHIZIANE, 1999, p.155).

Dentro desse contexto fraticida, as figuras *guerra, helicóptero, bombas, soldados e aeronave* imbricam e validam a temática da *guerra*, caracterizadora do período pós independência de Moçambique, nos anos 80. Tal conflito tornou-se excepcionalmente brutal e deixou consequências extremamente negativas e dramáticas para o país. Na década de 90, milhões de pessoas já tinham morrido e muito abandonado os campos ou saídos do território. Tais fatos influenciaram explicitamente a escrita da moçambicana, que reativa o tema da *guerra*, mediante as figuras supracitadas, as quais podem ser verificadas a seguir:

_Os **helicópteros** que passaram aqui lançaram mais **fogo** que todos os dragões juntos, eu vi (CHIZIANE, 1999, p.161).

O primeiro **helicóptero** fez um voo rasante [...] Lançou **rajadas de bombas** que caíram certas sobre os homens que se abrigavam. Os **soldados** movimentaram-se... (CHIZIANE, 1999, p.164).

Os rebeldes fogem em debandada. O quarto **helicóptero persegue e elimina** um a um (CHIZIANE, 1999, p.164).

Pouco olhos observaram a agonia da **aeronave** incendiando-se ao longe. [...] **Soldados** e população foram transformados em postas (CHIZIANE, 1999, p.164).

Os males da **guerra** ainda não atingiram a elegância moral dos seus habitantes (CHIZIANE, 1999, p.187).

_Deus existe sim [...]Deus é um refugiado de **guerra**. Se chega a ponto de ser **refugiado de guerra** é um Deus fraco (CHIZIANE, 1999, p.189).

A **guerra** deve tê-la traumatizado a fundo (CHIZIANE, 1999, p.237).

2. Conclusão

Ventos do Apocalipse é uma obra literária que reflete a situação de Moçambique após a independência e, na qual, um moçambicano mais se reconhece. Não podemos dizer que se trata de uma obra perfeita, mas serviu de fundação e modelo ao romance moçambicano contemporâneo, escrito a partir da ótica de uma mulher que surge, justamente, quando o espaço literário era preenchido por vozes masculinas.

Ela incluiu, em sua narrativa, temas como poligamia, rituais, convenções sociais e a condição da mulher em África. O cotidiano e a realidade local foram a principal fonte de inspiração de Paulina. As temáticas e as figuras discursivizadas, além de proferirem uma recuperação simbólica, são uma forma de afirmação de uma cultura que foi subjugada. Nesse sentido, é importante pontuar que os temas, bem como as figuras trabalhadas pela autora, têm significações culturais muito bem arroladas. Logo, prezar esse domínio é uma maneira de respeitar e reconhecer subsídios importantes para a reelaboração de uma cultura nacional.

O texto analisado apresenta a guerra como monstruosa e tem como consequência tem um dos temas mais recorrentes de toda a narrativa que é a diáspora: populações inteiras são afastadas de suas aldeias em busca de um lugar de promessa, dando origem a uma imbricação de gêneros, religião, cultura e língua que caracteriza, fortemente, a existência de um cosmopolitismo cultural, significativamente evidentes por sua tematização e figurativização.

3. Referências Bibliográficas

BATISTA, Maria de Fátima Barbosa de Mesquita. O Gênero Literário de Expressão Popular. In ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de; SANTOS, Neide Medeiros; ANDRADE, Ana Izabel de Souza Leão (Orgs.). **Valores Literários de Ontem e de Hoje**. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2015. p.p. 245-258.

BATISTA, Maria de Fátima Barbosa de Mesquita.. Os Discursos Etnoliterários: o Fazer Intersubjetivo e a Produção do Saber. **Acta Semiótica et Linguística**, v.18, nº 2, 2013. p.p. 158-171.

BATISTA, Maria de Fátima Barbosa de Mesquita. Zonas antrópicas de identidade, proximidade e distanciamento culturais em textos populares correntes na região Amazônica In: **Acta semiótica et linguística**, vol.14, ano 33 nº 1, 2009. p.p. 246 – 257.

BATISTA, Maria de Fátima Barbosa de Mesquita.; RASTIER, François (Orgs.). **Semiótica e cultura: dos discursos aos universos construídos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2015.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CHIZIANE, Paulina. **Ventos do Apocalipse**. (1995). Lisboa: Editorial Caminho, 1999.

CHIZIANE, Paulina. Entrevista. In: CHABAL, Patrick. **Vozes Moçambicanas. Literatura e Nacionalidade**. Lisboa; Veja, 1994, p. 292-301.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2006.

LLOSA, Vargas Mario. **Cartas a um jovem escritor**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MARGARIDO, Alfredo. **Estudo sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa**. Lisboa: A regra do Jogo, 1980.

O BILINGUISMO NA PERSPECTIVA DA PRESERVAÇÃO DA LÍNGUA POMERANA EM DOMINGOS MARTINS-ES

BILINGUALISM FROM THE PERSPECTIVE OF THE POMERAN LANGUAGE IN DOMINDOS MARTINS - ES

LE BILINGUISME DANS LA PERSPECTIVE DE LA PRÉSERVATION DE LA LANGUE POMÉRIENNE À DOMINGOS MARTINS-ES

Sthefan Bravin PONCHE

Universidade Federal do Tocantins
UFT/Campus Porto Nacional

Thiago Barbosa SOARES

Universidade Federal do Tocantins
UFT/ CNPq/Campus Porto Nacional

Sumário. Considerações iniciais; A origem e a história; A língua, a norma e a guerra. Considerações finais.

Resumo. Este trabalho se propõe a estudar como a preservação da Língua Pomerana acontece(u) no município de Domingos Martins-ES. Assim como apontar de que forma a Língua é uma importantíssima identidade de preservação cultural de um povo, por meio de estratagemas históricos, jurídicos, sociais e educacionais em que se vive o bilinguismo. Perfazendo inicialmente uma argumentação por alusão histórica, isto é, iniciando o decurso pelo processo de migração das primeiras famílias pomeranas ao município martinense ainda no século XIX, perpassando o aparato legislativo inicial até se chegar à Lei Municipal nº 2.356 de 2011, a qual normatiza a preservação da Língua Pomerana atualmente; norteando, assim, a pesquisa para o viés da salvaguarda dessa Língua no âmbito social e como se estabelece hoje no seio escolar. Ademais, o trabalho se envereda, com a brevidade necessária, a espreitar minimamente a formulação tecnológica do primeiro dicionário enciclopédico Pomerano-Português criado no Brasil.

Palavras-chave: Língua Pomerana. Preservação Cultural. Bilinguismo Municipal.

Abstract. This paper aims to study how the preservation of the Pomeranian Language happen(s) in the municipality of Domingos Martins-ES. As well as pointing out how Language is a very important identity of cultural preservation of a people, through historical, legal, social and educational stratagems in which bilingualism is lived. Initially making an argument by historical allusion, that is, starting the course by the process of migration of the first pomeranian families to the municipality martinense still in the nineteenth century, going through the initial legislative apparatus until reaching the Law No. 2,356 of 2011, which regulates the preservation of the Pomeranian language today; guiding, thus, the research towards the safeguarding of this Language in the social scope and how it is established today within the school. Moreover, the work is, as quickly as necessary,

to peek at the technological formulation of the first Pomeranian-Portuguese encyclopedic dictionary created in Brazil.

Keywords: Pomeranian language. Cultural Preservation. Municipal Bilingualism.

Résumé. Ce travail propose d'étudier comment la préservation de la langue poméranienne se produit(u) dans la municipalité de Domingos Martins-ES. En plus de souligner comment la langue est une identité très importante pour la préservation culturelle d'un peuple, à travers les stratagèmes historiques, juridiques, sociaux et éducatifs dans lesquels le bilinguisme est vécu. Faire initialement un argument par allusion historique, c'est-à-dire commencer le processus de migration des premières familles poméranienes vers la municipalité de Martinense encore au XIXe siècle, en passant par l'appareil législatif initial jusqu'à arriver à la loi municipale n° 2.356 de 2011, qui régleme la préservation de la langue poméranienne aujourd'hui; orientant ainsi la recherche vers la sauvegarde de cette langue dans la sphère sociale et son implantation aujourd'hui au sein de l'école. En outre, l'ouvrage entreprend, avec la brièveté nécessaire, d'examiner la formulation technologique du premier dictionnaire encyclopédique poméranien-portugais créé au Brésil.

Mots-clés : langue poméranienne. Préservation culturelle. Bilinguisme de la ville.

1. Considerações iniciais

Este trabalho compromete-se, através do suporte metodológico bibliográfico e documental, a esclarecer de modo pontual como a língua pomerana se mantém viva nas linhas geográficas do município de Domingos Martins no Estado do Espírito Santo. Demonstrando quem foi esse povo; quando chegaram ao Estado e, por conseguinte, ao Município; de onde vieram; quais suas proposições; e como preservaram suas tradições, especialmente o seu idioma em meio a uma aculturação patente nos dias atuais com a facilidade de informações que se consomem na sociedade moderna. O trabalho prima, também, em percorrer o aparato legislativo a fim de revelar como a língua pomerana se alicerça para a sobrevivência cultural no âmbito municipal; isso, sem esquecer, como o ensino dessa língua se estabelece socialmente. Cabe ressaltar, ainda, que por meio de um sobrevoo falaremos a respeito do desenvolvimento tecnológico do primeiro dicionário enciclopédico Pomerano-Português, o qual foi determinante na preservação cultural de um povo.

Domingos Martins, localizado na região montanhosa do Estado do Espírito Santo, é um dos municípios capixabas que preserva a cultura pomerana, entre outras formas, por meio do idioma europeu no contexto bilinguista do município.

Antes mesmo de adentrarmos na pontualidade do objeto em questão, cabe-nos algumas considerações. “No Brasil, nós tivemos 400 anos de escravidão e, por isso, temos a marca dos escravos em todas as partes de nossa sociedade” (SANTOS et al., 1992, p. 15). Isso remete o pensamento que não foi apenas a imigração europeia que compôs a identidade cultural desse município. Os negros africanos e os índios botocudos com suas identidades culturais já se encontravam na região antes mesmo dos imigrantes europeus (SANTOS et al., 1992). Esses,

quando nos referimos ao Município em estudo, restringem-se à imigração pomerana, alemã e italiana. E dentre os aspectos a serem considerados pelos imigrantes europeus para a escolha da região, o clima tropical de altitude foi um deles, devido à similaridade climática ao país de origem, com temperaturas amenas durante grande parte do ano. “Além dos pomeranos, alemães e italianos, o Estado do Espírito Santo recebeu em seus portos outros imigrantes europeus; sendo eles poloneses, holandeses, luxemburgueses, belgas, suíços e austríacos” (JORNAL A GAZETA, 1999, p. 10); que vinham em busca dos mesmos objetivos que os primeiros.

2. A origem e a história

É imprescindível o entendimento da origem desse povo que encontrou em solo espírito-santense a razão para iniciar novos caminhos de prosperidades em meio às adversidades impostas pelo contexto histórico na Europa desde o século XIII até a saída do porto de Hamburgo na primeira metade do século XIX, uma vez que:

Os pomeranos vieram da região pomerana que ficava situada entre o norte da Alemanha Ocidental e a Polônia. Ela fazia parte da Alemanha desde 1200. Durante o feudalismo, estava vinculada ao Império Prussiano, mas, a partir de 1945, dois terços da Pomerânia foram anexados à Polônia e a outra parte ficou na Alemanha. **Eles se distinguem mais do alemão pelo dialeto**, que tem mais semelhança com o inglês do que com o alto alemão (SANTOS et al., 1992, p. 39, grifo nosso).

Cabem aqui duas colocações antes de seguirmos pelo viés histórico. A primeira é que o caminhar na rica historicidade desse povo se limitará aos séculos XIX e seguintes, pois é o ponto nevrálgico de nossas proposituras. E a segunda é que uma das características de distinção do povo pomerano para o alemão, de maior territorialidade, que já nos foi apresentada neste recorte, é o dialeto.

O povo pomerano enfrentou, historicamente, desafios que marcaram a Alemanha no século XIX, tal como descrito por Melo e Souza (2015, p. 59) quando apresentam que “O motivo desse povo em vir ao Brasil, poderia ser pelas dificuldades enfrentadas na Alemanha, devido aos altos impostos cobrados pelo Estado e à escassez de terras, ou ainda, o excesso de população [...]”, isso nos indica que os pomeranos trazem, em sua origem, marcas laborais que permanecem até hoje, que é ser um povo ligado à agricultura; e, para tal, necessitava de terras cultiváveis. Em Domingos Martins isso se releva na produção de hortifrutigranjeiros.

As guerras napoleônicas também foram determinantes para a migração de muitos povos, entre eles os alemães e os italianos, pois “Por volta de 1846, a Europa ainda vivia as últimas consequências das guerras napoleônicas: a miséria, a fome, o desemprego, o alto índice demográfico [...]” (SANTOS, 1992, p. 17) favoreciam a mudança do feudalismo para o capitalismo e a unificação nacional da Alemanha e da Itália. Acreditar que o país das terras férteis daria as

condições ideais para a subsistência era, de longe, menos doloroso que enfrentar as constantes guerras e massacres em território europeu.

Mas havia também o aspecto do embranquecimento da população brasileira, a qual vinha sendo composta por escravos africanos e por índios durante quatro séculos. Isso não se restringia apenas ao preconceito racial, mas também à exploração capitalista de mão-de-obra barata, visto que a pressão internacional para a abolição da escravidão era incisiva:

Vários foram os fatores que motivaram o Governo Brasileiro a incentivar a imigração. De forma resumida, estes eram os seguintes: havia a necessidade de preencher o espaço geográfico de enormes áreas desabitadas e também de regiões de litígio em fronteiras com outros países; tinha que ser feito algo por causa da forte pressão internacional para a abolição da escravatura; **havia a preocupação de “branquear” a população brasileira** (RÖLKE, 2016, p. 141, grifo nosso).

O próprio imperador Dom Pedro I era plenamente favorável à migração dos brancos para dinamizar os fatores retromencionados quando declarou: “é necessário apoiar o desenvolvimento da agricultura, é absolutamente necessário facilitar a travessia e fomentar o aliciamento de bons colonos que aumentem o número de braços, dos quais necessitamos” (RÖLKE, 2016, p.144, grifo do autor).

Mas o governo brasileiro foi extremamente negligente com os imigrantes. Principalmente quanto às demarcações de áreas que seriam utilizadas nos assentamentos dos colonos, em que os índios botocudos resistiam bravamente para não serem expulsos das terras; além de assistência médica e logística para a exploração das áreas de mata fechada. Fome, frio e sede levaram muitos pomeranos ao suicídio, pois o desfacelamento familiar era uma realidade assombrosa nas condições em que eles eram colocados quando chegavam ao Brasil. Muitas famílias ficavam em barracões improvisados e sem condições mínimas de saneamento até serem levados por índios às terras prometidas pelo Estado; os homens a pé, as mulheres e as crianças de barco pelos rios numa odisséia sem precedentes (JORNAL A GAZETA, fascículo 7, 1999).

Ante esse quadro desidioso do Estado, os imigrantes alemães fundaram a Igreja Luterana a qual teve que personificar o papel do Governo por muito tempo. Isso sem falar na resistência ao catolicismo, uma vez que grande parte dos imigrantes alemães eram luteranos. A Igreja Luterana de Campinho, encontra-se na sede do município de Domingos Martins. Ela foi criada em 20 de maio de 1866.

A Igreja Luterana foi a base de sustentação e união dos pomeranos. Ocupava, por assim dizer, o lugar do governo. Além de servir de escola, prestava assistência médica e social, colaborava diretamente com seus membros. [...]

Conservavam os dialetos do seu país. Os cânticos nas igrejas, todo o cerimonial, eram realizados na língua alemã. [...]

A relação com a terra, o conhecimento agrícola, a disposição pelo trabalho e, principalmente, o espírito comunitário foram os fatores de sobrevivência e depois pelo desenvolvimento da comunidade pomerana. Enfretaram desafios sem conta, mas transformaram áreas da mata virgem em terras férteis e produtivas (JORNAL A GAZETA, fascículo 7, 1999, p.8).

E assim a cultura pomerana foi sendo preservada com o apoio da Igreja Luterana. Mesmo com o progresso para o interior do Estado do Espírito Santo e o contato com outros povos, a comunidade pomerana ia preservando sua cultura por meio da arquitetura, dos festejos de casamento – bastante peculiares – entre os próprios pomeranos em que, diferente do casamento católico, os noivos com poucos meses antes dormem juntos, sendo desprezada a lua-de-mel católica. Há de se considerar ainda as danças típicas alemãs e pomeranas.

Importante ressaltar uma particularidade, para não dizer mais um desafio quanto à preservação da identidade linguística materna, porque:

Oriundos de tradições e costumes próprios, e falantes da língua materna, os pomeranos, distantes da extinta terra natal, a Pomerânia, tiveram que acatar o novo idioma, o alemão, dentro dos princípios da Igreja Luterana, como única opção religiosa no Brasil. Houve uma espécie de catequização dos pomeranos também em relação à língua portuguesa, obrigando-os, a se expressar e compreender um idioma para eles desconhecido.

Nas igrejas luteranas, nos rituais religiosos, os cultos com hinários e bíblias em versão alemã, forçavam de certa forma o aprendizado desse idioma, ocasião em que buscavam conforto espiritual para aliviar as tensões produzidas na nova terra. Havia uma necessidade do pomerano tornar-se quase trilingue ao se defrontar com a realidade brasileira, permeando entre a **língua materna** pomerana, a alemã e a portuguesa. Vale considerar que os pomeranos não eram o único povo a compor a diversidade étnica e cultural do Brasil. Havia os nativos indígenas e os escravos também com suas próprias culturas, compondo um mosaico étnico-cultural (MELO; SOUZA, 2015, p. 89, grifo nosso).

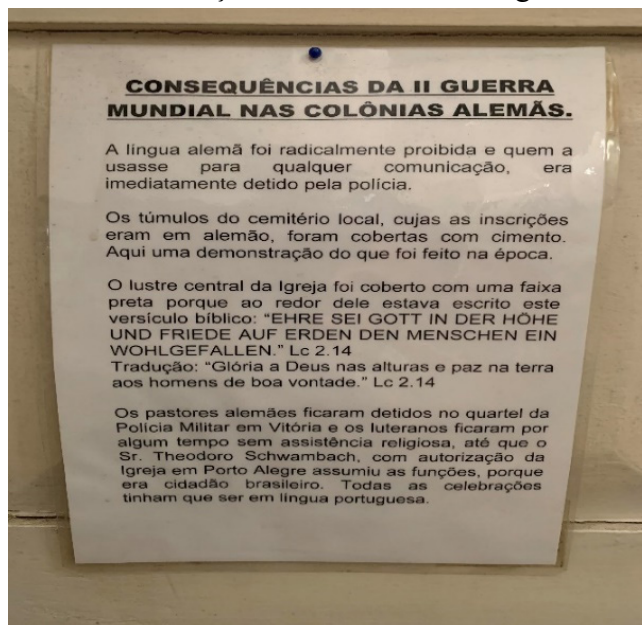
Segundo Possenti (1996) a língua materna não coincide, necessariamente, com a língua de unidade nacional, como a língua portuguesa, no caso do Brasil e, diante de tal pressuposto, de acordo com Soares (2018), “A língua materna, nessa perspectiva, é aquela a que os falantes têm acesso em seu ambiente familiar, social, ou seja, a variedade linguística a que foram expostos desde seu nascimento” (SOARES, 2018, p. 187).

A preservação cultural desse povo, principalmente da língua materna, mesmo repleta de desafios, manteve-se sem intercorrências drásticas até a II Guerra Mundial, quando o governo brasileiro decretou que nenhuma outra língua poderia ser falada no Brasil que não fosse a língua portuguesa. Momento em que os imigrantes sofreram forte discriminação, pois o Brasil compunha as forças contrárias aos alemães durante a guerra. Muitos imigrantes alemães e pomeranos tiveram suas bibliotecas pessoais perdidas, inclusive bíblias eram enterradas para não serem descobertas

pelos milicianos brasileiros, aspecto que enfraqueceu a transmissão dos valores pomeranos às novas gerações no seio familiar no período da II Guerra Mundial.

Documento no Museu do Colono que mudou, substancialmente, a conduta linguística no município enquanto Brasil e Alemanha eram inimigos na II Grande Guerra Mundial.

IMAGEM 1 – Proibição Cultural em Domingos Martins-ES



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura (2019) - Museu do Colono – Domingos Martins-ES.

Outra imagem que assevera a proibição das línguas Alemã, Italiana e Japonesa no período da Era Vargas advém do acervo de Edilberto Luiz Hammes, vide:

IMAGEM 2 – Proibição Cultural no Sul do Brasil



Fonte: Foto do acervo de Edilberto Luiz Hammes. Publicado em "Folha Pomerana", nº 231, 2018 em 17 de março de 2018. (Disponível em: < <https://jornalggm.com.br/historia/e-proibido-falar-italiano-alemao-e-japones/> > ,

Acesso em: 19 dez. 2019).

3. A Língua, a norma e a guerra

Em meio ao contexto histórico de exceção imposto pela II Grande Batalha Mundial, aflora, neste ponto, um questionamento no âmbito jurídico: qual Constituição brasileira declara a Língua Portuguesa como idioma oficial da República Federativa do Brasil? O pensamento tende a nos levar à Constituição de 1946, até pelo contexto histórico apresentado. Ou até mesmo a Constituição de 1967. Entretanto, foi com a Constituição Cidadã em 1988, em seu artigo 13, que houve a oficialização constitucional do português como língua nacional deste país. “Art. 13. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil” (BRASIL, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 19 dez. 2019 (grifo nosso). Ou seja, o governo brasileiro, tendo decretado que apenas a língua portuguesa seria falada no território durante a II Guerra, somente quase meio século depois foi que os legisladores tipificaram a língua portuguesa como oficial no Brasil. Ademais, em 2010, o Decreto Federal 7.387 de 9 de dezembro, traz o inventário de diversidade linguística para a nação brasileira, de um quilate imensurável, uma vez que:

Art. 1º Fica instituído o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, sob gestão do Ministério da Cultura, **como instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.**

Parágrafo único. O Inventário Nacional da Diversidade Linguística será dotado de sistema informatizado de documentação e informação gerenciado, mantido e atualizado pelo Ministério da Cultura, de acordo com as regras por ele disciplinadas.

Art. 2º **As línguas inventariadas deverão ter relevância para a memória, a história e a identidade dos grupos que compõem a sociedade brasileira.** [...] (BRASIL, 2010, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7387.htm.. Acesso em: 19 dez. 2019. grifo nosso)

Isto é, o aparato legislativo viabilizou ainda mais o prestígio necessário à composição identitária das culturas que compuseram ao longo da história o desenvolvimento nacional e o multiculturalismo brasileiro. E para o contexto da preservação da cultura pomerana foi substancial.

A Constituição do Estado do Espírito Santo também releva a preocupação da preservação da Língua Pomerana e Alemã no contexto cultural do Estado:

Art. 182. Constituem patrimônio cultural do Estado do Espírito Santo os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade capixaba, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

[...]

VI - a Língua Pomerana;

VII - a Língua Alemã.

· Incisos VI e VII incluídos pela EC n.º 64/11.

(ESPÍRITO SANTO, 1989, Disponível em:< http://www.al.es.gov.br/appdata/anexos_internet/downloads/c_est.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2019. grifo nosso).

Mas é em âmbito municipal, por meio da Lei nº 2.356, de 10 de outubro de 2011, que se observam os estratagemas de obrigatoriedade da preservação do idioma pomerano, vide:

[...] O PREFEITO MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS, Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal de Domingos Martins, usando das atribuições que lhe confere a [Lei Orgânica do Município](#), aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A língua Portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

Parágrafo Único. Fica co-oficializada a Língua Pomerana no Município de Domingos Martins.

Art. 2º A co-oficialização da língua Pomerana obriga o município a:

I - Manter os atendimentos ao público, nos órgãos da administração municipal, na língua oficial e na língua co-oficializada;

II- produzir a documentação pública, bem como campanhas publicitárias institucionais na língua oficial e na língua co-oficial;

III- incentivar e apoiar o aprendizado e o uso da língua co-oficial nas escolas que atendam aos descendentes dos povos tradicionais e nos meios de comunicação.

Art. 3º São válidos e eficazes, todos os atos da administração pública, editados na língua Pomerana.

Art. 4º O uso da língua Pomerana não será motivo de discriminação, no exercício dos direitos de cidadania, assegurados pela Constituição Federal.[...]

(DOMINGOS MARTINS, 2011, Disponível em:<<http://legislacaocompilada.com.br/domingosmartins/Arquivo/Documents/legislacao/html/L23562011.html>>. Acesso em: 26 dez. 2019. grifo nosso).

A legislação municipal foi bastante feliz ao garantir a co-oficialização da língua pomerana por meio de soluções práticas supramencionadas; em especial, na acessibilidade comunicativa nas repartições públicas e, pontualmente, a obrigatoriedade do ensino da língua pomerana nas escolas que atendem as comunidades alemãs dentro de sua competência constitucional. A educação da língua nas escolas municipais é o segundo ponto de apoio aos descendentes dos imigrantes da pomerânia, pois o primeiro continua sendo o seio familiar.

Neste ínterim, a justificativa para essa preservação identitária nos termos legais em que fora descrita direciona às ideias de Colombat, Fournier e Puech (2017, p.164-165) quando “[...] O interesse de dispor de uma língua regulamentada no espaço do reinado é certamente ligado a questões de prestígio. Trata-se de construir e idealizar um emblema do poder e da nação. [...]”; e esse prestígio sobreveio, talvez, das diversas tentativas de se banir a cultura de um povo importantíssimo na formação da cultura capixaba, mas se manteve perene e inabalável.

Sylvian Auroux complementa, de maneira singular, que a instrumentalização da língua é inexorável, para que não haja o *linguicídio*:

[...] Assim como as estradas, os canais, as estradas de ferro e os campos de pouso modificaram nossas paisagens e nossos modos de transporte, a gramatização modificou profundamente a ecologia da comunicação e o estado do patrimônio linguístico da humanidade. É claro, entre outras coisas, que as línguas, pouco ou menos “não-instrumentalizadas”, foram por isso mesmo mais expostas ao que se convém chamar *lingüicídio*, quer seja ele voluntário ou não (AUROUX, 1992, p. 70, grifo do autor [sic]).

Ou seja, instrumentalizar uma língua é dar seguridade existencial à cultura de um povo. É pavimentar vias e, por conseguinte, modificar paisagens existenciais, muitas vezes, estáticas e sem o alicerce necessário para não se exterminar a identidade linguística de uma comunidade, o que na Era Vargas foi abruptamente tentado contra as línguas Alemã e Pomerana e felizmente infrutífero no município de Domingos Martins.

Com a publicação do primeiro Dicionário Enciclopédico Pomerano-Português no Brasil em 2006, a pedra angular dessa instrumentalização se consolidava definitivamente, pois:

Pretendeu-se fazer um dicionário médio, mas com informação de ordem gramatical, etnográfica, histórica, geográfica e etimológica, e atento não só à língua que compõe o registro cotidiano, como também à língua que encontramos na arte verbal, incluindo trechos dos mais variados gêneros de fala pomerana, como narrativas, provérbios ou ditos, piadas, brincadeiras infanto-juvenis e cantos, atento também aos falares jocosos, gíriescos e depreciativos (TRESSMANN, 2006, p.III).

Com a finalidade de se preservar não apenas os verbetes propriamente ditos, mas também parte da cultura pomerana no Espírito Santo, o dicionário pomerano deu a musculatura que faltava para impulsionar a preservação cultural da Língua Pomerana não só no Município de Domingos Martins, mas em todos os outros que receberam pomeranos e que, muitas vezes, eram confundidos com os alemães propriamente ditos. Em outras palavras, seria o mesmo considerar imigrantes coreanos, chineses e japoneses pelas características físicas e menosprezar a identidade linguística de cada um, considerando que todos seriam japoneses refugiados do massacre causado

pela bombas atômicas durante a II Guerra, por exemplo. Para tanto cabe ressaltar, então, qual a serventia desse instrumento tecnológico para a realidade social em questão, porque:

Os dicionários – no sentido em que os entendemos hoje – não faziam parte da tradição lingüística inicial. Para nós, com efeito, uma gramática dá procedimentos gerais para engedrar/decompor enunciados, enquanto o dicionário fornece os *itens* que se trata de arranjar/interpretar segundo este procedimento (AUROUX, 1992, p. 71, grifo do autor [sic]).

Conforme elucidado anteriormente, o dicionário de Tressmann teve a valoração descrita por Auroux, mas também a preocupação de ir além na funcionalidade social devida as diversas tentativas de lingüicídio que a história apresentou. A obra traz, por fim, em seu bojo, a essência de aspectos gramaticais para melhor aproveitamento e resgate de termos que poderiam ter se perdido ao longo da trágica história aqui revelada.

4. Considerações finais

Vislumbra-se, assim, que a preservação da língua pomerana em solo espírito-santense como identidade cultural de um povo, especificamente em Domingos Martins, a partir do século XIX, no contexto bilinguista ora delineado, teve a instituição família como sustentáculo mestre na preservação das tradições pomeranas, uma vez que as famílias foram praticamente obrigadas a aprender duas outras línguas no intuito de preservar a língua materna. Pois em caso de resistência ao idioma português imposto pelo Estado, em especial no período da II Guerra Mundial, os imigrantes pagariam com a restrição de liberdade; isso se não considerarmos que eles já estavam presos a uma terra estranha e a outro idioma que não o deles. Ainda sem considerar que o risco de morte era iminente por causa dos conflitos territoriais contra os povos nativos e doenças tropicais que aqui havia.

O segundo sustentáculo da cultura pomerana nessa trajetória histórica teve cunho religioso; a Igreja Luterana foi determinante na preservação do idioma Alemão e Pomerano, assim como na assistência logística em que o Estado se fazia negligente. A catequização do idioma português como foi aplicado pela igreja católica aos índios, aos negros e aos outros imigrantes não foi tão frutífera com os alemães e os pomeranos, por ter a igreja luterana mantido os valores culturais presentes em suas celebrações.

A União, o Estado e o próprio Município, já no século XXI, por meio de tipificação legal, pontualmente a Lei Municipal nº 2.356 de 2011, produziram garantias incisivas de preservação do idioma Pomerano nas repartições públicas e no ensino da língua pomerana nas escolas de competência do Município.

É defeso não aludir também o suporte tecnológico deixado por Tressmann por meio da criação do primeiro Dicionário Pomerano do Brasil em solo espírito-santense, o qual contribuiu, exponencialmente, com o resgate não apenas de vocábulos e definições, mas principalmente com

sintagmas originais do bojo europeu, dando, assim, a originalidade que a cultura pomerana fazia jus por ter se mantido viva de maneira aguerrida até hoje.

Por fim, o bilinguismo existente hoje no município martinense adveio de uma batalha – aqui no seu sentido mais primitivo, o qual foi de derramamento de sangue inevitável – de resiliência a fim de se vencer o linguicídio de uma cultura tão importante para o crescimento do Estado do Espírito Santo.

5. Referências

- AUROUX, Sylvain. **A Revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Unicamp, 1992.
- A SAGADO ESPÍRITO SANTO – Das Caravelas ao Século XXI. **Jornal A GAZETA**, Vitória(ES), 21 de outubro de 1999, 7º Fascículo, encarte do jornal.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 19 dez. 2019.
- _____. Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010. **Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências**. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7387.htm> Acesso em: 19 dez. 2019.
- COLOMBAT, B.; FOURNIER, J.M.; PUECH, C. **Uma história das ideias linguísticas**. Tradução: Jacqueline Léon e Marli Quadros Leite. São Paulo: Contexto, 2017.
- DOMINGOS MARTINS. Lei Municipal nº 2.356, de 10 de outubro de 2011. **Dispõe sobre a co-oficialização da língua pomerana no município de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo**. Poder Legislativo, Domingos Martins, ES, 2011. Disponível em: < <http://legislacaocompilada.com.br/domingosmartins/Arquivo/Documents/legislacao/html/L23562011.html> > Acesso em: 19 dez. 2019.
- ESPÍRITO SANTO.[Constituição (1989)]. **Constituição do Estado do Espírito Santo de 1989**. Espírito Santo, Vitória: Assembleia Legislativa, [2012]. Disponível em: < http://www.al.es.gov.br/appdata/anexos_internet/downloads/c_est.pdf > Acesso em: 26 dez. 2019.
- MELO, Sandra Márcia de; SOUZA, Marcos Teixeira de (Orgs.). **Pomeranos no Brasil: olhares, vozes e história de um povo**. Rio de Janeiro/RJ: 1ª Edição, Letras e Versos, 2015.
- NASSIF, Lourdes. **É PROIBIDO FALAR italiano, alemão e japonês**. *Jornal de Todos os Brasis*. 20 mar. 2018. Disponível em: < <https://jornalgggn.com.br/historia/e-proibido-falar-italiano-alemao-e-japones/>>, Acesso em: 19 dez. 2019.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. São Paulo: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil, 1996.

RÖLKE, Helmar. **Raízes da imigração alemã: história e cultura alemã no Estado do Espírito Santo**. Vitória – ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

SANTOS, Ezequiel Sampaio dos et al. **História e Geografia e Organização Social e Política do Município de Domingos Martins**. Vitória: Brasília Editora LTDA, 1992.

SOARES, Thiago Barbosa. **Percurso Linguístico: conceitos, críticas e apontamentos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

TRESSMANN, Ismael. **Dicionário enciclopédico pomerano: português**. Santa Maria do Jetibá: Gráfica e Encadernadora Sodré LTDA, 2006.

DELINEANDO O PERCURSO DA MANIPULAÇÃO

DESIGNING THE PATH OF MANIPULATION

DÉCRIRE LE CHEMIN DE LA MANIPULATION

Demócrito do Oliveira Lins

Universidade de São Paulo (USP)

democritooliveira@cchl.uespi.br

Waldir Beividas

Universidade de São Paulo (USP)

waldirbeividas@usp.br

Sumário: Introdução; Manipulação; O querer do manipulador: preliminares à manipulação; Percurso da manipulação; O fazer persuasivo; Simulação, por parte do Dm1, da competência modal do Dm2, sobre o fazer pretendido; O contrato fiduciário e a instauração dos valores; Persuasão: a performance (execução) do Dm1; Fazer interpretativo; O fazer pretendido; Considerações Finais; Referências Bibliográficas.

Resumo: Sob a perspectiva da Semiótica Greimasiana, o presente trabalho pretende contribuir com a teoria, esboçando um esquema do percurso da manipulação e detalhando suas etapas. A partir dos trabalhos de Barros (2002 e 2005) e Greimas (2014 [1980]) e Greimas e Courtés (2008) cremos que o itinerário manipulatório se institui quando o destinador-manipulador propõe (idealiza) um programa narrativo que pretende que o destinatário-manipulado realize. Esta relação intersubjetiva é mediada, inicialmente, pelo *querer*. Logo, o manipulador idealiza a competência modal do destinatário-manipulado sobre o fazer pretendido, estabelece o contrato fiduciário e os valores nele inscritos e executa a persuasão (*fazer-saber*) constituindo, assim, seu fazer persuasivo (*fazer-crer*); finalmente, o destinatário-manipulado interpreta (*crer*) o fazer persuasivo do destinador-manipulador por meio de seu fazer interpretativo, instância *ad quem* do percurso da manipulação.

Palavras-chave: Semiótica Greimasiana. Percurso da Manipulação. Esquema.

Abstract: From the perspective of Greimasian Semiotics, the present work intends to contribute to the theory by designing a scheme of the path of the manipulation and detailing its stages. Based on the works of Barros (2002 and 2005) and Greimas (2014 [1980]) and Greimas and Courtés (2008) we believe that the manipulative itinerary is instituted when the sender-manipulator proposes (idealizes) a narrative program that intends that the recipient - manipulated perform. This intersubjective relationship is mediated, initially, by wanting. Therefore, the manipulator idealizes the modal competence of the recipient-manipulated on the intended action, establishes the fiduciary contract and the values inscribed therein and executes the persuasion (make-know), thus constituting his persuasive action (make-believe); finally, the recipient-manipulator interprets (believes) the persuasive action of

the addresser-manipulator through his/her interpretive action, an instance ad quem of the course of manipulation.

Keywords: Greimasian semiotics. Path of Manipulation. Scheme.

Résumé: Du point de vue de la sémiotique greimasienne, le présent travail entend contribuer à la théorie, en esquissant un schéma du déroulement de la manipulation et en détaillant ses étapes. En nous appuyant sur les travaux de Barros (2002 et 2005) et Greimas (2014 [1980]) et de Greimas et Courtés (2008), nous pensons que l'itinéraire manipulateur est institué lorsque l'émetteur-manipulateur propose (idéalise) un programme narratif qui entend que le destinataire -manipulé réaliser. Cette relation intersubjective est initialement médiatisée par le vouloir. Par conséquent, le manipulateur idéalise la compétence modale du destinataire manipulé sur l'action envisagée, établit le contrat fiduciaire et les valeurs qui y sont inscrites, et exécute la persuasion (faire savoir), constituant ainsi son acte de persuasion (faire croire) ; enfin, le destinataire-manipulé interprète (croit) le faire persuasif de l'émetteur-manipulateur à travers son faire interprétatif, instance ad quem du déroulement de la manipulation.

Mots clés : Sémiotique greimasienne. Chemin de manipulation. Schème.

1. Introdução

Toda comunicação é uma forma de manipulação. (BARROS, 2003, p. 197)

As atividades humanas, de forma global, são concebidas como transcorrendo em dois eixos principais: o eixo da produção, que corresponde à ação do homem sobre as coisas, por meio da qual transforma a natureza; e o eixo da comunicação, que abrange a ação do homem sobre outros homens, criando relações intersubjetivas (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 81). Embora reconheçamos a indissociabilidade e a frequente concomitância de ambos os eixos como uma operação *ad hoc*, priorizaremos, neste trabalho, o eixo da comunicação.

Uma aproximação apressada do conceito de comunicação poderia fazer-nos concebê-la como um simples *fazer-saber*, ou seja, um fazer cujo objeto-valor a ser conjugado ao destinatário é um saber. Seria uma transferência do objeto-saber, um ato cognitivo, um fazer cognitivo que corresponde a uma transformação a modificar a relação de um sujeito com um objeto-saber (seja uma disjunção ou uma conjunção). Nesse ponto de vista, a transmissão em si deste objeto de saber pode ser qualificada como simples, pelo menos numa primeira abordagem: tratar-se-á, nesse caso, do fazer informativo, definido pela ausência de toda modalização, em estado (teoricamente) puro, que, levando em conta o esquema da comunicação, aparecerá seja como fazer emissivo, seja como fazer receptivo. (*Ibid.*, p. 65 e 203).

No entanto, regularmente, para não dizer sempre, a transferência do saber é modalizada do ponto de vista veridictório, isto é, considerando o eixo destinador/destinatário, ter-se-á, respectivamente, o fazer persuasivo e o fazer interpretativo, que acionam uma relação fiduciária

intersubjetiva. (*Ibid.*, p. 65) Opõe-se, de um lado, o fazer emissivo (“não-modalizado”) ao fazer persuasivo (modalizado veridictoriamente) e, do outro lado, o fazer receptivo (“não-modalizado”) ao fazer interpretativo (modalizado veridictoriamente). Desse modo, “a comunicação é mais um fazer-criar e um fazer-fazer do que um fazer-saber, como se imagina um pouco apressadamente”. (*Ibid.*, p. 83)

De fato, se a comunicação não é uma simples transferência de saber, mas um empreendimento de persuasão e de interpretação situado no interior de uma estrutura polêmico-contratual, ela está fundada na relação fiduciária dominada pelas instâncias mais explícitas do fazer-criar e do criar, em que a confiança nos homens e em seu dizer conta certamente mais que as frases “bem feitas” ou que a verdade concebida como uma referência exterior. (GREIMAS, 2014 [1980], p.27-28).

Ora, “se a linguagem é comunicação, é também produção de sentido, de significação. Não se reduz à mera transmissão de um saber sobre o eixo ‘eu/tu’, como poderia afirmar certo funcionalismo” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 80). Apresentar-se-iam, portanto, duas dimensões da linguagem (ou da comunicação): uma dimensão informativa (*fazer-saber*) e uma dimensão manipulatória (*fazer-fazer* ou *fazer-criar*). É exatamente o percurso de execução desta última que pretendemos evidenciar neste trabalho.

2. Manipulação

Do ponto de vista semiótico, a manipulação se diferencia da operação (enquanto *fazer-ser*, ou seja, uma performance) pelo tipo de enunciado descritivo que forma parte de sua estrutura modal. Ao passo que a operação é um *fazer-ser* (que poderia ser associada ao eixo de produção de que se tratou), a manipulação é um *fazer-fazer*.

Ao contrário da operação (enquanto ação do homem sobre as coisas), a **manipulação** caracteriza-se como uma **ação** do homem sobre outros homens, **visando** a fazê-los executar um programa dado: no primeiro caso, trata-se de um “fazer-ser”, no segundo, de um “fazer-fazer” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 300, grifo nosso)

Em primeiro lugar, a manipulação é “uma **ação** do homem sobre outros homens” (*Ibid.* p. 300, grifo nosso); sendo uma ação, portanto, é um fazer, que possui suas especificidades; não é qualquer fazer, embora boa parte de seu percurso coincida com o da ação. Em segundo lugar, a manipulação é “uma ação do **homem** sobre outros **homens**” (*Ibid.* p. 300, grifo nosso). Faz-se importante reconhecer que, do ponto de vista lógico, poderíamos inferir que o fazer manipulatório pressupõe o fazer operatório, isto é, sendo o fazer (operatório) um *fazer-ser*, poderíamos considerar o fazer manipulatório como um *fazer-ser fazer-ser*. Estamos, portanto, diante de dois fazeres, duas performances, que poderão ser analisadas separadamente. Estes dois fazeres pressupõem

dois sujeitos de fazer, cada um com sua competência modal; cada um desses fazeres, mais do que enunciados simples, são, na verdade, sintagmas, percursos narrativos de seus respectivos sujeitos, ou seja, na estrutura *fazer-fazer*, o enunciado modalizado se trata de:

um sintagma, denominado percurso narrativo do sujeito, que se decompõe em uma performance (o “fazer-ser” desse outro sujeito) e em uma competência (logicamente pressuposta por todo fazer, e que comporta uma carga modal autônoma). Quanto ao enunciado modalizador, seu fazer não visa um outro fazer, pelo menos diretamente, mas ao estabelecimento do percurso narrativo do segundo sujeito e, em primeiro lugar, de sua competência; em suma, trata-se, para o sujeito modalizador, de “fazer qualquer coisa” de tal forma que o sujeito modalizado se institua, após esse “fazer”, como um sujeito competente. (*Ibid.*, 2008, p. 201)

Nesse sentido, em uma primeira abordagem, a manipulação pode ser considerada como um percurso narrativo formado por um programa complexo e de base (PN¹ (manipular)), que pressupõe dois programas de uso (em relação ao PN manipular): fazer persuasivo (PN (persuadir)) e o fazer interpretativo (PN (interpretar)). Cada um destes torna-se, por sua vez, programas narrativos, que podem ser simples ou complexos. Como veremos, o fazer persuasivo é uma das formas do fazer cognitivo, mas que exige uma **execução**, isto é, uma performance situada na dimensão pragmática; por outro lado, o fazer interpretativo é eminentemente um fazer cognitivo.

Em terceiro lugar, sendo a manipulação um fazer-fazer, estamos diante de uma relação entre fazeres, mediada pelo querer. O verbo **visar**, em sua acepção de “ter em vista”, é sinônimo de querer; deste modo, ao considerar que a manipulação é “uma ação do homem sobre outros homens, **visando** a fazê-los executar um programa dado” (*Ibid.*, p. 300, grifo nosso), podemos inferir que se trata do querer de S₁ que modaliza o fazer S₂, ou mais especificamente, um S₁ que quer que o S₂ faça algo. Greimas e Courtés (2008, p. 301) sintetizam bem todo este percurso manipulatório:

Situada sintagmaticamente entre o querer do destinador e a realização efetiva, pelo destinatário-sujeito, do programa narrativo (proposto pelo manipulador), a manipulação joga com a persuasão, articulando assim o fazer persuasivo do destinador e o fazer interpretativo do destinatário. (*Ibid.* 2008, p. 301)

1. PN é a abreviação de *programa narrativo*.

Esta breve citação de Greimas, nos possibilita produzir, inicialmente, o seguinte esquema:

Tabela 1: Esquema provisório do percurso da manipulação

Querer do destinador: Preliminar à manipulação	Manipulação		Ação
	Fazer persuasivo	Fazer interpretativo	Realização efetiva, pelo Dm ₂ , do programa narrativo proposto pelo Dm ₁

Fonte: elaboração própria.

Esquadrinhemos um pouco mais de perto este percurso:

3. O *querer* do manipulador: preliminares à manipulação.

A instância *a quo* do percurso da manipulação parece ser a proposição de realização de um programa narrativo pelo destinador-manipulador (doravante Dm₁) ao destinatário-manipulado (doravante Dm₂). Esta relação intersubjetiva é mediada, inicialmente, pelo *querer*. O S₁ (ou Dm₁) quer (*querer*) que o S₂ (ou Dm₂) faça (*fazer*) algo (o programa narrativo proposto pelo Dm₁).

Diferentemente do *poder* e do *dever*, por exemplo, o *querer* parece possuir uma espécie de propriedade relacional intersubjetiva: é possível que o Dm₁ queira (*querer*) que o Dm₂ faça (*fazer*) algo; mas, parece não ser possível que o Dm₁ possa (*poder*) que o Dm₂ faça (*fazer*) algo; nem que o Dm₁ deva (*dever*) que o Dm₂ (*fazer*) faça algo.

A idealização do programa narrativo pelo Dm₁ se dá pelo *querer*, mas também poderá dar-se pelo *não-querer*. De modo similar ao proposto pela terceira lei newtoniana (da Física), cremos também que, no âmbito semiótico, toda ação (fazer do Dm₁) pode provocar uma reação (fazer do Dm₂). Havendo-se identificado uma relação (possivelmente consecutiva) entre uma ação do Dm₁ (ação) e uma ação do Dm₂ (reação), parece-nos possível imaginar a possibilidade de que o Dm₁ não haja querido que o Dm₂ reagisse. O Dm₂ poderá reagir à ação do Dm₁ mesmo que este não quisesse que aquele reagisse. Do ponto de vista do manipulador, estaríamos diante de uma espécie de manipulação involuntária.

4. Percurso da manipulação

Antes de mais nada, esclarecemos nossa preferência pela designação **percurso da manipulação** à percurso do Dm₁ (como alguns sugerem) devido a que esta parece considerar apenas um dos dois principais papéis do percurso (embora sejamos conscientes de que não seja assim); por outro lado, a denominação **percurso da manipulação** engloba ambos os papéis, o Dm₁ e o Dm₂.

Como já expressei, a proposição de realização de um programa narrativo pelo Dm_1 ao Dm_2 inaugura a manipulação propriamente dita. Em seu fazer persuasivo, o Dm_1 instaura (pelo *saber* ou pelo *crer*) a competência modal do Dm_2 sobre o fazer pretendido, estabelece um contrato fiduciário em que inscreve os valores da troca e realiza a persuasão, ou seja, o *fazer persuasivo* propriamente dito, cujo objetivo, no final das contas, será tornar *performável*, o fazer proposto *não-performável*. Finalmente, o Dm_2 interpreta o fazer persuasivo do Dm_1 ; o *fazer interpretativo* do Dm_2 é a instância *ad quem* do percurso da manipulação.

4.1. O fazer persuasivo

Antes de tudo, recordemos que, ao considerar duas as dimensões da narratividade, a dimensão pragmática e a dimensão cognitiva, distinguem-se dois tipos de fazer: o *fazer pragmático* e o *fazer cognitivo*. A diferença entre ambos os fazeres residirá na natureza somática e gestual de seu significante e na natureza dos investimentos semânticos que recebem os objetos pelo fazer (os objetos do fazer pragmático são valores descritivos, culturais, ou seja, não modais) (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 203).

O *fazer persuasivo* é considerado uma das formas do fazer cognitivo, que se relaciona à instância da enunciação, “pode ser considerado como uma expansão suscetível de produzir programas - narrativos modais cada vez mais complexos - da modalidade dita factitiva.” (*Ibid.*, 2008, p. 368). A factitividade pode visar tanto o ser do sujeito a modalizar quanto seu fazer eventual; dessa forma, o fazer persuasivo é concebido sob esses dois aspectos.

Lembremos que a modalidade factitiva se define como um *fazer-fazer*, ou seja, uma estrutura modal constituída de dois enunciados em relação hipotácica, que têm predicados idênticos, mas sujeitos diferentes. Cada um destes *fazeres* que compõem a estrutura modal factitiva não são enunciados simples, mas sintagmas que condensam percursos narrativos (como já expressei): o primeiro *fazer* (fazer modalizador) corresponde ao percurso do Dm_1 , enquanto que o segundo *fazer* (fazer modalizado) coincide com o percurso do Dm_2 . Nessa perspectiva, o fazer *persuasivo* circunscreve-se no percurso do Dm_1 , enquanto que o fazer *interpretativo* predomina no percurso do Dm_2 .

Por um lado, visando o ser do sujeito a modalizar, o fazer persuasivo relaciona-se ao *fazer-crer* e, neste caso, é interpretado como um fazer cognitivo que pretende levar o Dm_2 a atribuir ao processo semiótico ou a qualquer um de seus segmentos – que só pode ser por ele recebido como uma manifestação – o estatuto da imanência, isto é, a fazê-lo inferir do fenomenal o numenal. (*Ibid.*, 2008, p. 368). “O destinador propõe um contrato e exerce a persuasão para convencer o destinatário a aceitá-lo. O fazer-persuasivo ou fazer-crer do destinador tem como contrapartida o fazer-interpretativo ou o crer do destinatário, de que decorre a aceitação ou a recusa do contrato.” (BARROS, 2005, p. 30). Por outro lado, visando o fazer eventualmente realizado pelo Dm_2 , o fazer persuasivo relaciona-se ao *fazer-fazer* e, neste caso, é interpretado como persuasão que procura provocar o fazer do outro, além de inscrever seus programas modais

no quadro das estruturas da manipulação. Em ambos os casos, a persuasão manipuladora “só pode montar seus procedimentos e seus simulacros como estruturas de manifestação, destinadas a afetar o enunciatário no seu ser, isto é, na sua imanência” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 368).

A distinção que se tem feito entre o *fazer-fazer* e o *fazer-criar*, embora em alguns casos seja eficaz do ponto de vista operatório, nem sempre nos parece necessária. Ora, sendo o *criar* um ato cognitivo, trata-se, portanto, de uma ação, de um *fazer*. Deste modo, pode-se dispensar a diferenciação acima e assumir o *fazer-criar* como um *fazer-fazer* em que o fazer modalizado é um fazer cognitivo (o *criar*).

A instância *a quo* do fazer persuasivo (e, conseqüentemente, do percurso da manipulação) parece ser a proposição, por parte do Dm_1 , do fazer pretendido (a ser realizado ou não pelo Dm_2). Este fazer pretendido, ou programa narrativo proposto pelo manipulador, trata-se, na verdade, de uma *performance*; ou seja, o Dm_1 instaura (pelo *saber* ou pelo *criar*) uma *performance* que ele quer que seu Dm_2 execute. Como toda *performance* pressupõe a competência, esta é sabida ou crida pelo Dm_1 paralelamente à construção da *performance* proposta. É um momento crucial do percurso manipulatório, uma vez que as estratégias de manipulação dependerão da estrutura modal (sabida/crida pelo Dm_1) da *performance* (proposta pelo Dm_1) a ser realizada (ou não) pelo Dm_2 .

4.1.1. Simulação, por parte do Dm_1 , da competência modal do Dm_2 sobre o fazer pretendido

Ao simular a estrutura modal da *performance* a ser realizada (ou não) pelo Dm_2 , o Dm_1 poderá estar modalizado pelo *saber* ou pelo *criar*. No primeiro caso, o Dm_1 , modalizado veridictoriamente, conhece (sabe) a estrutura modal da competência do Dm_2 , isto é, *sabe* se o Dm_2 quer ou não quer, deve ou não deve, pode ou não pode, sabe ou não sabe fazer a *performance* pretendida. No segundo caso, o Dm_1 , modalizado epistemicamente, simula, a partir de sua crença, a estrutura modal da competência do Dm_2 , isto é, *crê* que o Dm_2 quer ou não quer, deve ou não deve, pode ou não pode, sabe ou não sabe fazer a *performance* pretendida.

Seja pelo *saber-ser* (verdadeiro) ou pelo *criar-ser* (certeza) interessa-nos, neste momento, o estatuto deste *ser*, enunciado modalizado, e que diz respeito à estrutura modal relativa à competência da *performance* a ser realizada (ou não) pelo Dm_2 . Desta forma, teríamos as seguintes possibilidades de organização de tal estrutura modal:

Quadro 2: Possibilidades de estrutura modal da competência do sujeito do *fazer* proposto pelo Dm_1

Possibilidade	Estrutura que modaliza o <i>fazer</i> proposto pelo Dm_1 .				Categoria do <i>fazer</i>
1	Não-quer	Não-dever	Poder	Saber	Não-performável
2	Não-quer	Não-dever	Não-poder	Saber	Não-performável
3	Não-quer	Não-dever	Poder	Não-saber	Não-performável
4	Não-quer	Não-dever	Não-poder	Não-saber	Não-performável
5	Não-quer	Dever	Não-poder	Saber	Não-performável
6	Não-quer	Dever	Não-poder	Não-saber	Não-performável
7	Não-quer	Dever	Poder	Não-saber	Não-performável
8	Quer	Não-dever	Não-poder	Saber	Não-performável
9	Quer	Não-dever	Poder	Não-saber	Não-performável
10	Quer	Não-dever	Não-poder	Não-saber	Não-performável
11	Quer	Dever	Não-poder	Saber	Não-performável
12	Quer	Dever	Não-poder	Não-saber	Não-performável
13	Quer	Dever	Poder	Não-saber	Não-performável

Fonte: elaboração própria.

Consideremos, agora, as possibilidades de atos performáveis²:

Quadro 3: Possibilidades de estrutura modal do sujeito de *fazer performante*

Possibilidade	Estrutura modal do sujeito de <i>fazer performante</i>				Categoria do <i>fazer</i>
1	Querer	Dever	Poder	Saber	Performável
2	Quer	Não-dever	Poder	Saber	Performável
3	Não-quer	Dever	Poder	Saber	Performável

Fonte: elaboração própria.

A tipologia esboçada pela semiótica até o momento parece haver considerado apenas a possibilidade 1 do quadro 2. Para as quatro categorias propostas (*tentação*, *intimidação*, *sedução* e *provocação*) parece que, ao idealizar a competência modal do Dm_2 , o Dm_1 sabe/crê que aquele já está competencializado pelo *poder* e pelo *saber*. O Dm_2 passa, então, a “*querer* ou a *dever-fazer*. O *querer-fazer* caracteriza a sedução e a tentação, o *dever-fazer*, a provocação e a intimidação.” (BARROS, 2002, p. 38). Com o quadro 2, podemos vislumbrar pelo menos outras 13 possibilidades de “formas de manipulação”. No entanto, considerando o objetivo do *fazer* persuasivo (tornar *performável* o *fazer* proposto *não-performável*), poderíamos reduzir tais

2. Estamos denominando *performável* o ato que pode ser realizado, isto é, ato cuja realização é possível.

possibilidades a duas grandes formas de manipulação: manipulação virtualizante e manipulação atualizante. Distinguir-se-iam, assim, dois fazeres persuasivos e dois tipos de manipulador:

Na operação de manipulação propriamente dita, distinguem-se dois fazeres possíveis e dois tipos de manipulador. Há o manipulador que instaura o sujeito virtual, levando-o a querer ou a dever-fazer, e o que faz o sujeito atual, pela atribuição do saber e do poder-fazer. A maior parte dos discursos pertence ao primeiro grupo, como o discurso da propaganda, o didático, o político ou o texto literário. No segundo grupo, encontram-se os discursos programadores, como a receita de cozinha e os folhetos de explicação de uso de uma máquina, em que o enunciador não se preocupa em transmitir ao enunciatário as modalidades do querer ou do dever-fazer, e contenta-se em lhe comunicar o saber ou o poder-fazer, sem dúvida por reconhecer o enunciatário como um sujeito virtual, previamente modalizado. (BARROS, 2002, p. 95).

Resumindo, competencializado pelo *querer*, o Dm_1 idealiza um fazer (*não-performável*) a ser realizado (ou não) pelo Dm_2 ; logo simula sua competência (pelo *saber* ou pelo *crer*), que, logicamente, deverá ser a de um fazer *não-performável* (ver Quadro 2). O próximo passo é o estabelecimento de um contrato em que se instauram os valores a ser intercambiados.

4.1.2. O contrato fiduciário e a instauração dos valores

“A manipulação tem a estrutura contratual da comunicação”. (BARROS 2002, p. 38). O Dm_1 estabelece um contrato fiduciário que põe em jogo seu fazer persuasivo cujo objeto do fazer é a veridicção (ou seja, o dizer-verdadeiro); em outras palavras “a produção da verdade corresponde ao exercício de um fazer cognitivo particular, de um *fazer parecer verdadeiro* que se pode chamar, sem nenhuma nuance pejorativa, de fazer persuasivo.” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 531). O conceito de contrato deve ser aproximado do de troca:

uma simples operação de troca de dois objetos-valor não é apenas uma atividade pragmática, mas se situa, no essencial, na dimensão cognitiva: para que a troca, possa efetuar-se, é preciso que as duas partes sejam asseguradas do “valor” do valor do objeto a ser recebido em contrapartida, por outras palavras, que um contrato fiduciário (muitas vezes precedido de um fazer persuasivo e de um fazer interpretativo dos dois sujeitos) seja estabelecido previamente à operação pragmática propriamente dita. (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 101).

O fazer persuasivo poderá corresponder a um programa narrativo simples ou um programa narrativo complexo. Este programa poderá ser considerado o próprio objeto (de saber) ou poderá instaurar objeto(s) que, por sua vez, será(ão) axiológico(s), (sancionado(s)) e logo doado(s) ao Dm_2 .

Com o estabelecimento do contrato, o Dm_1 tenciona fazer com que o Dm_2 creia ser verdadeiro o objeto doado. É exatamente o Dm_1 a fonte dos valores, é quem estabelece os valores

desejáveis ao Dm_2 ou o valor dos valores (BARROS, 2002, p. 36-37). Para tal, o Dm_1 não se baseia tanto em seu sistema axiológico propriamente dito, mas em um universo axiológico construído e que ele sabe/crê ser o do Dm_2 . Deste modo, a ideação do simulacro de verdade, incumbência primordial do enunciador, está igualmente conexa tanto a seu próprio universo axiológico quanto ao do enunciatário e, precipuamente, à representação que o enunciador faz deste último universo (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 531), de modo que esse *fazer parecer verdadeiro* não visa mais à adequação ao referente, mas à adesão da parte do destinatário a quem se dirige e por quem procura ser interpretado como verdadeiro, ou seja, a construção deste simulacro da verdade é fortemente subordinada não exatamente pelo universo axiológico do destinatário, “mas pela representação que dele fizer o destinador, artífice de toda manipulação e responsável pelo sucesso ou fracasso de seu discurso.” (GREIMAS, 2014 [1980], p. 122).

Deste modo, na *tentação*, por exemplo, o Dm_1 instaura e depois doa um objeto-valor que ele sabe/crê que será *desejável* para o Dm_2 . O valor (ideológico) *desejável* será identificado ou não a partir do fazer interpretativo do Dm_2 .

Simulada a competência modal do Dm_2 sobre o fazer pretendido, estabelecido o contrato fiduciário e os valores nele inscritos, o passo seguinte é a persuasão, ou seja, a realização do *fazer persuasivo* propriamente dito, cujo objetivo, no final das contas, será tornar *performável* o fazer proposto *não-performável*. Além de *fazer-criar*, o Dm_1 deve *fazer-saber* ao Dm_2 sua persuasão, ou seja, o fazer persuasivo (*lato sensu*) exige uma *performance* do Dm_1 . “O fazer persuasivo define-se como um fazer-criar e, secundariamente, como um fazer-saber” (BARROS, 2002, p. 37).

4.1.3. Persuasão: a performance (execução) do Dm_1 .

A persuasão, entendida como ato de persuadir, pode ser concebida como um programa narrativo de base do fazer persuasivo, ou melhor, é a *performance* do Dm_1 .

Ao esboçar uma tipologia da manipulação considerou-se dois critérios de classificação: o da competência do Dm_1 para o fazer persuasivo e o da alteração modal operada na competência do Dm_2 .

De acordo com o primeiro critério, “o destinador-manipulador persuade pelo *saber*, provocando e seduzindo, ou pelo *poder*, tentando e intimidando.” (BARROS, 2002, p. 38) Ora, sendo *saber* e o *poder* enunciados modais, há de se interrogar qual seria o enunciado descritivo sobre o qual incidem. Se este for o *fazer* do Dm_1 , poderia se perguntar qual deles, qual dos fazeres, uma vez que o fazer persuasivo pode comportar vários programas narrativos.

Conforme o segundo critério, pressupõe-se uma “transformação da competência modal do sujeito manipulado, que passa a *querer* ou a *dever-fazer*. O *querer-fazer* caracteriza a sedução e a tentação, o *dever-fazer*, a provocação e a intimidação.” (BARROS, 2002, p. 38). O inconveniente deste critério reside na pressuposição que se impõe, ou seja, nada garante que, depois do fazer persuasivo executado, a competência modal do Dm_2 seja alterada. Parece-nos evidente que a

execução da alteração na competência modal do Dm_2 dependerá de sua decisão, de seu *fazer interpretativo*, da relação de seu sistema ideológico com o do Dm_1 , entre outras questões.

Observemos ainda que, enquanto ao primeiro critério, na proposta tipológica mencionada, considerou-se para a persuasão em sua globalidade, somente atos de linguagem, provavelmente, porque “o ato de linguagem pode ser considerado como um ‘fazer-fazer’, ou seja, como uma manipulação” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 44). Tal é a importância dos atos de linguagem que, para os autores (2008), ao serem interpretados como performances modais de ordem cognitiva, eles poderiam se constituir o objeto de uma semiótica da manipulação.

os sujeitos que participam da comunicação [...] estão dotados de uma competência modal para que os atos de linguagem que eles produzem como performances possam ser interpretados como performances modais de ordem cognitiva, capazes de constituir o objeto de uma semiótica da manipulação. (*Ibid.*, 2008, p. 44)

Amentemos que Searle (1979) propôs cinco grandes categorias de atos de linguagem: 1. os representativos (que revelam a crença do enunciador quanto à verdade de uma proposição; por exemplo, afirmar, asseverar, dizer, etc.); 2. os diretivos (que tencionam levar o destinatário a fazer algo; por exemplo: ordenar, pedir, mandar, etc.); 3. os comissivos (que comprometem o manipulador com uma ação futura; por exemplo: prometer, garantir); 4. os expressivos (expressam sentimentos: desculpar, agradecer, dar boas-vindas); e 5. os declarativos (produzem uma situação externa nova: batizar, demitir, condenar).

Enquanto aos primeiros, os atos representativos de Searle, observamos como eles constituem o programa narrativo de base (a persuasão) do fazer persuasivo, tanto na *sedução* quanto a *provocação*. Em ambos os casos, o Dm_1 faz-saber ao Dm_2 uma sanção, que incide sobre o objeto da troca, que é o próprio *saber* (objeto cognitivo). Na *sedução*, este objeto é sancionado positivamente (pelo Dm_1); na *provocação*, o objeto é sancionado negativamente (pelo Dm_1). Na dimensão cognitiva, o Dm_1 fará então com que o Dm_2 “saiba o que pensa de sua competência modal sob forma de juízos positivos ou negativos” (*Ibid.*, 2008, p. 301). Em outras palavras, a provocação convoca um “juízo negativo: ‘Tu és incapaz de’...” (*Ibid.*, 2008, p. 301), enquanto que a sedução “manifesta um juízo positivo” (*Ibid.*, 2008, p. 301). Parece-nos inevitável convocar o conceito de sanção, neste momento de nossa reflexão.

A **sanção pragmática** é um juízo epistêmico, proferido pelo Destinator-julgador sobre a conformidade dos comportamentos e, mais precisamente, do programa narrativo do sujeito “performante” em relação ao sistema axiológico (de justiça, de “boas maneiras”, de estética, etc.), implícito ou explícito, pelo menos tal como foi atualizado no contrato inicial. [...] Enquanto juízo sobre o fazer, a sanção pragmática opõe-se à **sanção cognitiva**, que é um juízo epistêmico sobre o ser do sujeito e, mais genericamente, sobre os enunciados de estado que ele sobredetermina, graças às modalidades veridictórias e epistêmicas” (*Ibid.*, 2008, p. 426-427)

Se, tanto a *sanção pragmática* (sobre o fazer) quanto a *sanção cognitiva* (sobre o ser) são juízo epistêmicos, nos salta aos olhos a presença de atos sancionantes tanto na *provocação* quanto na *sedução*. Na *provocação*, por exemplo, o Dm_1 sanciona negativamente a competência do Dm_2 . Para Greimas (2014 [1980], p. 224, grifo nosso) o desafio (designado por ele como um tipo de *provocação*) se apresenta “como uma espécie de condensação do esquema narrativo, com a diferença de que *o reconhecimento é antecipado e invertido*, isto é, como uma **sanção** que tem por objeto a competência e não a performance do sujeito, e que é injusta e imperiosamente negativa”. Seria algo do tipo: Dm_1 sabe/crê que o Dm_2 não quer fazer; ou, Dm_1 sabe/crê que o Dm_2 não deve fazer; ou, Dm_1 sabe/crê que o Dm_2 não pode fazer; ou, Dm_1 sabe/crê que o Dm_2 não sabe fazer. O simples fato de evidenciar o juízo epistêmico de que o Dm_2 possui uma competência negativa pode provocar a consumação de uma manipulação. O Dm_2 é “convidado a executar um determinado programa (PN) e ao mesmo tempo advertido de sua insuficiência modal (de seu ‘não poder fazer’) para efetuar-lo.” (GREIMAS, 2014 [1980], p. 224). Além disso, trata-se, de certa maneira, de “‘pleitear o falso para obter o verdadeiro’, pois a negação da competência destina-se a provocar uma ‘reação positiva’ do sujeito que, justamente por isso, se transforma em sujeito manipulado” (*Ibid.*, p. 224).

Observemos ainda que, no caso da *provocação*, a sanção negativa se dá sobre a competência do Dm_2 ; ora, nada nos impede de imaginar a possibilidade de que a sanção negativa possa dar-se sobre a competência do Dm_1 , provocando uma espécie de *autovitimismo*, *coitadismo*, *autocomiseração*, etc., outra possível classe de manipulação. Ao contrário de um “Tu és incapaz de...” estar-se-ia diante de um “Eu sou incapaz de...”.

Igualmente, em oposição à *sedução*, o Dm_1 poderá sancionar positivamente sua própria competência modal referente ao fazer pretendido, e provocar uma manipulação bem-sucedida. Seria algo como um “eu quero” ou um “eu devo” ou um “eu posso” ou um “eu sei” do Dm_1 que pode provocar um “eu também” do Dm_2 .

Retornando aos atos de linguagem de Searle, vemos como os atos diretivos (de Searle) caracterizam claramente manipulações, embora não hajam sido contemplados pela tipologia esboçada pela semiótica até o momento. Ora, o que são ordenar, pedir, mandar, etc. senão fazeres persuasivos compostos por programas narrativos simples?

A terceira categoria dos atos de linguagem de Searle diz respeito aos atos comissivos, caracterizadores da *tentação* (promessa de um bem) e da *intimidação* (promessa de um mal). “Na tentação e na intimidação, o manipulador mostra poder e propõe ao manipulado, para que ele faça o esperado, objetos de valor cultural, respectivamente positivo (dinheiro, presentes, vantagens) e negativo (ameaças)” (BARROS 2002, p. 38). Em ambos os casos, tratam-se de programas narrativos complexos em que o programa narrativo principal (ou de base) é *prometer*, que é a persuasão propriamente dita; nesta promessa, inclui-se pelo menos um programa narrativo de uso, que em geral é de doação de um objeto valor, eufórico (no caso da *tentação*) ou disfórico (no caso da *intimidação*).

A quarta categoria, os atos expressivos, evocam não só o que seria a dimensão tímica da linguagem, mas a dimensão sancionante. O que é *desculpar* senão um *fazer* (*desculpar-se*) de Dm_1 que pressupõe uma sanção negativa sobre um outro *fazer*, do Dm_1 (*desculpe-me*) ou do Dm_2 (*desculpo-te*)? Outrossim, o que é *agradecer* senão um *fazer* de Dm_1 que pressupõe uma sanção positiva do Dm_1 sobre um *fazer* prévio do Dm_2 ?

Finalmente, a quinta categoria dos atos de linguagem de Searle os atos declarativos merecem, ainda, um olhar mais acurado.

Simulada a competência modal do Dm_2 sobre o *fazer* pretendido, estabelecido o contrato fiduciário e os valores nele inscritos, e executada a persuasão (*fazer-saber*), caberá ao Dm_2 interpretar (*crer*) o *fazer* persuasivo do Dm_1 . “Exercido pelo enunciador, o *fazer* persuasivo só tem uma finalidade: conseguir a adesão do enunciatário, o que está condicionado pelo *fazer* interpretativo que este exerce” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 531).

4.2. Fazer interpretativo

Tendo em conta que o *crer* precede o *saber* e que ambos pertencem a “um único e mesmo universo cognitivo” (GREIMAS, 2014 [1980], p. 134), Barros (2002, p. 58) afirma que interpretar, para o sujeito, é, eminentemente, confrontar a proposta recebida com seu universo do *saber* e do *crer*, com os sistemas de valores que atribuem sentido aos *fazer*es e aos *estados*, de maneira que, para interpretar, o destinador-julgador afere a conformidade ou não da conduta do sujeito com o sistema de valores que representa e com os valores do contrato inicial estabelecido com o Dm_1 . (BARROS 2005, p. 35).

No interior do esquema de comunicação intersubjetiva, a semiótica propôs substituir as instâncias “neutras” do emissor e do receptor pelos lugares em que se exerce o *fazer* persuasivo (*fazer-crer*) e o *fazer* interpretativo (*crer*, como ato epistêmico).

No nível profundo e abstrato da linguagem esse modelo pode ser reduzido a um pequeno grupo de operações simples, mas no nível semionarrativo ele sofre expansões sintagmáticas que permitem não só homologar o *fazer* persuasivo à *manipulação*, e o *fazer* interpretativo à *sanção*, ambas narrativas, mas também conceber tais percursos, se bem formulados, como algoritmos cognitivos. (GREIMAS, 2014 [1980], p. 129, grifo nosso).

Nossa ideia aqui, não é tanto **bem formular** (ainda), mas pelo menos auxiliar nesta formulação do percurso da manipulação, evidenciando etapas e caracterizando-as. De um lado, a manipulação propriamente dita parece estar bem mais vinculada ao *fazer* persuasivo do que ao *fazer* interpretativo; por outro lado, a *sanção*, de fato, relaciona-se mais vigorosamente ao *fazer* interpretativo do que ao *fazer* persuasivo.

Acontece, por exemplo, que D_1 representa, na dimensão pragmática, o papel de Destinador ativo e “performante” (capaz de comunicar os constituintes

da competência modal) no quadro da dêixis positiva, ao passo que D_2 é, na dimensão cognitiva, o Destinador passivo (capaz de receber o saber sobre o fazer do Destinatário-sujeito e de sancioná-lo), que depende da dêixis negativa: o Destinador ativo é, então, incoativo, promotor do movimento e da ação (remete à manipulação); o Destinador passivo é terminativo, recolhe os frutos (no quadro da sanção). (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 133)

No entanto, manipulação e sanção podem ser concebidas como ações quase que concomitantes. Ora, o que é a *sedução*, senão uma manipulação sancionante (ou se quisermos, uma sanção manipuladora)?

Sendo o fazer interpretativo intimamente relacionado ao *crer*, e, sem que se possa [...] pretender definir o *crer* de maneira satisfatória, sua inclusão no quadro do fazer interpretativo, enquanto ponto de chegada e *sanção* final deste, já permite ver-lhe um pouco melhor a problemática.” Onde se inicia essa citação? (*Ibid.*, p. 107, grifo nosso). O *crer* é uma das modalidades epistêmicas; estas se relacionam com a competência do enunciatário, que, após seu fazer interpretativo, assume (ou *sanciona*) as posições cognitivas formuladas pelo enunciador (ou submetidas pelo Sujeito). (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 172, grifo nosso). Para Greimas (2014 [1980], p. 87), é inequívoco que a competência cognitiva que atesta o “saber verdadeiro” autoriza seguidamente uma performance particular (um fazer interpretativo) que decorre no ato cognitivo que é o julgamento. Conforme Barros (2005, p.35, grifo nosso), a sanção é a última etapa da organização narrativa, necessária para finalizar o percurso do sujeito e correlata à manipulação. Organiza-se pelo encadeamento lógico de programas narrativos de dois tipos: o de **sanção cognitiva** ou **interpretação** e o de sanção pragmática ou retribuição. Em suma, parece-nos notória a relação entre sanção e fazer interpretativo.

O fazer interpretativo é, também, um fazer cognitivo e consiste em modalizar um enunciado pelo parecer e pelo ser e em estabelecer a correlação entre os dois planos da manifestação e da imanência. Os enunciados já modalizados veridictoriamente — denominados verdadeiros, falsos, mentirosos ou secretos — são sobredeterminados pelas modalidades epistêmicas do *crer*, ou seja, sofrem julgamento epistêmico. (BARROS 2002, p. 56-57)

Sendo a *certeza* (denominação da estrutura modal *crer-ser*) uma **sanção**, e, considerando que “a certeza pressupõe o exercício do fazer interpretativo, do qual ela é uma das consequências possíveis” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 57), observa-se que a sanção se apresenta também no fazer interpretativo. Ademais, se “a certeza é a sanção do fazer interpretativo que é exercido sobre o discurso referencial convocado” (GREIMAS, 2014 [1980], p. 213), notamos como *fazer persuasivo* e *fazer interpretativo* não podem ser concebidos rigorosamente separados, mas constituem-se etapas do percurso manipulatório que se interseccionam.

De um lado, ao persuadir, o Dm_1 interpreta (sanciona) como é (*saber-ser* ou *crer-ser*) a competência do Dm_2 sobre o fazer pretendido. Do outro, depois de interpretar (sancionar), o Dm_2

poderá realizar um *fazer* pragmático, que poderá ser o pretendido pelo Dm_1 ou não; tal ação pode provocar uma reação e, portanto, se configurar uma persuasão, de modo que, neste momento, os papéis narrativos se invertem: o Dm_2 no primeiro programa narrativo passa a ser o Dm_1 neste segundo programa narrativo, e vice-versa (o Dm_1 do primeiro programa passa a ser o Dm_2 do segundo). Eis o ciclo manipulatório-sancionante da comunicação. Deste modo, vemos como a instância comunicativa sempre terá duas dimensões pressupostas: uma dimensão manipulatória e uma dimensão sancionante. A comunicação é concebida, assim, em seu eixo etimológico, ou seja, como “ação de comunicar”; tanto a manipulação quanto a sanção são ações; a ação é a mola motora da atividade humana, é quem deve reger os estudos semióticos (no final das contas), é, portanto, a instância à qual estão subordinadas a manipulação e a sanção.

Em vista disso, assim como “o exercício da análise textual não tem mostrado discursos não-figurativos e sim discursos de figuração esparsa” (BARROS, 2005, p. 68), análises semióticas minuciosas poderão revelar que não há discursos não-manipulatórios e/ou não-sancionantes, mas discursos com manipulações esparsas, assim como discursos com sanções esparsas. Manipulação e sanção devem ser entendidas como instâncias da narratividade que podem se evidenciar (ou não) nas manifestações discursivas. Em geral, discursos propagandísticos, por exemplo, são eminentemente manipulatórios, o que não implica ausência de sanções. Por outro lado, o discurso jurídico, *verbi gratia*, inerentemente sancionante, pode se valer de manipulações e, com sua(s) sanção(ões), provocar reações, ou seja, fazer com que o outro faça algo.

De forma ainda mais ampla, e levando ao extremo nosso raciocínio, poderíamos dizer que manipulação e sanção são dimensões da linguagem hierarquicamente superior às dimensões pragmática e cognitiva. Assim, a linguagem, mesmo em sua manifestação aparentemente mais neutra possível, comportará uma dimensão manipulatória e uma dimensão sancionante. Destarte, o fazer persuasivo (ligado mais à manipulação propriamente dita) e o fazer interpretativo (ligado mais à sanção) “não constituem parâmetros ‘extralingüísticos’, como poderia dar a entender certa concepção mecanicista da comunicação, mas entram de corpo inteiro no processo da comunicação” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 379-380).

Um enunciado como *a terra é redonda* certamente pressupõe, como sabemos, *o eu digo que ... eu sei que ... eu estou certo que ... a terra é redonda*. Isso não impede que todo esse suporte enunciativo, que insere o enunciado no contexto de uma comunicação corriqueira, seja oculto para, a rigor, deixar transparecer apenas o impessoal “*é verdade que ...*”, o qual se espera que o modalize, conferindo-lhe toda objetividade. (GREIMAS, 2014 [1980], p. 123).

Não nos parece absurdo concluir que o enunciado *a terra é redonda* pode implicar não só um (*é verdade que*) *a terra é redonda* mas um (*eu creio que*) *a terra é redonda*, portanto, pressupor uma sanção (implícita). Por outro lado, se concebermos a enunciação de tal enunciado fora de qualquer contexto que revele uma relação intersubjetiva, evidentemente, não poderíamos invitar à manipulação. No entanto, ao inserir o enunciado no contexto de uma comunicação corriqueira,

e imaginarmos este mesmo enunciado sendo proferido na presença de uma terraplanista, por exemplo, provavelmente provocará reações de sua parte, o que caracterizaria um ato manipulatório. Deste modo, parece-nos evidente que um enunciado como o examinado pode convocar tanto a dimensão sancionante da linguagem quanto sua dimensão manipulatória.

Realizado o fazer interpretativo, instância *ad quem* do percurso da manipulação, caberá ao Dm_2 realizar (ou não) o programa narrativo proposto, ou o fazer pretendido (pelo Dm_1).

5. O fazer pretendido

O programa narrativo proposto pelo Dm_1 poderá ser realizado pelo Dm_2 (neste caso, fala-se de manipulação bem-sucedida) ou não (o que implica uma manipulação malsucedida).

A manipulação só será bem-sucedida quando o sistema de valores em que ela está assentada for compartilhado pelo manipulador e pelo manipulado, quando houver uma certa cumplicidade entre eles. [...] Não se deixar manipular é recusar-se a participar do jogo do destinador, pela proposição de um outro sistema de valores. Só com valores diferentes o sujeito se safa da manipulação. (BARROS, 2005, p. 35)

Deste modo, a manipulação realizada pelo Dm_1 exigirá a sanção do Dm_2 , situando-se ambas as operações na dimensão cognitiva (por oposição à performance do destinatário-sujeito realizada no plano pragmático). (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p.302). Assim, a manipulação do enunciador efetiva-se como um fazer persuasivo, ao passo que ao enunciatário compete o fazer interpretativo e a ação subsequente. (BARROS, 2005, p. 60). O Dm_2 do primeiro programa narrativo (a persuasão), ao realizar esta “ação subsequente”, assume o papel de sujeito da ação (um segundo programa narrativo); esta ação, se provocar uma reação (o que é bastante provável), instaura também um Dm_1 e, reinicia assim, o ciclo comunicativo/manipulatório.

6. Considerações Finais

O Dm_1 propõe (simula) um programa narrativo que pretende que o Dm_2 realize. Esta relação intersubjetiva é mediada, inicialmente, pelo *querer*. O Dm_1 quer (*querer*) que o Dm_2 faça (*fazer*) algo (o programa narrativo proposto pelo Dm_1).

A proposição de realização de um programa narrativo pelo Dm_1 ao Dm_2 é a instância *a quo* do percurso da manipulação; o simulacro da competência modal do Dm_2 sobre este fazer pretendido, o estabelecimento do contrato fiduciário e dos valores nele inscritos, e a execução da persuasão (*fazer-saber*) constituem etapas do fazer persuasivo (*fazer-criar*); finalmente, o Dm_2 interpreta (*criar*) o fazer persuasivo do Dm_1 por meio de seu fazer interpretativo, instância *ad quem* do percurso da manipulação. Este sucinto itinerário nos possibilita esboçar o seguinte esquema:

Quadro 4: Esboço de um esquema do percurso da manipulação

<i>Querer do destinatador:</i> Preliminar à manipulação	<i>Percurso da Manipulação</i>			<i>Ação</i> (subsequente)	
O Dm ₁ quer (<i>querer</i>) que o Dm ₂ faça (<i>fazer</i>) algo (o programa narrativo proposto pelo Dm ₁).	<i>Fazer persuasivo</i> (S ₁) Manipulação propriamente dita		<i>Fazer interpretativo</i> (S ₂): <i>Crer</i> ser verdadeiro (Sanção).	Realização efetiva, pelo Dm ₂ , de uma ação, que poderá ser a pretendida pelo Dm ₁ ou não.	
	<i>Fazer persuasivo propriamente dito</i> (Fazer cognitivo)				<i>Persuasão</i> (Fazer pragmático/ performance do manipulador /ato de linguagem): <i>afirmar; prometer; suplicar; pedir; ordenar; perguntar; etc.</i>
	Proposição do fazer pretendido: proposição, por parte do Dm ₁ , de um programa narrativo a ser realizado (ou não) pelo Dm ₂ .	Interpretação, por parte do Dm ₁ , da competência modal do Dm ₂ sobre o fazer pretendido: <i>saber-ser</i> ou <i>crer-ser</i> .			

Fonte: elaboração própria.

Por se tratar de um esboço, reconhecemos que poderá ser bem melhor organizado. Ademais, cada uma das etapas propostas não só poderá ser melhor alocada dentro do esquema, como também mais acertadamente descrita, caracterizada, retratada, minuciada. De todas formas, esperamos, pelo menos, ter inaugurado o itinerário.

7. Referências bibliográficas

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso: Fundamentos semióticos**. São Paulo: Humanitas/FLLCH/USP, 3. Ed, 2002.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Estudos do discurso. In: FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à linguística II: princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2003.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria Semiótica do Texto**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2005.

SEARLE, John R. **Expression and meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Sobre o sentido II: ensaios semióticos**. [1980]. Tradução Dilson Ferreira da Cruz. - 1. ed. - São Paulo, Nankin, Edusp, 2014.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Contexto, 2008. ISBN 978-85-7244-316-6

AS MODALIDADES VERIDICTÓRIAS E OS EFEITOS DE VERDADE E CUMPLICIDADE NA CRÔNICA “OS DOIS BONITOS E OS DOIS FEIOS”, DE RAQUEL DE QUEIROZ.

VERIDICTORY MODALITIES AND TRUTH EFFECTS AND COMPLICITY IN THE CHRONICLE “OS DOIS BONITOS E OS DOIS FEIOS”, BY RAQUEL DE QUEIROZ.

LES MODALITÉS VÉRIDICTOIRES ET LES EFFETS DE VÉRITÉ ET DE COMPLICITÉ DANS LA CHRONIQUE “LES DEUX BELLES ET LES DEUX LAIDES”, DE RAQUEL DE QUEIROZ.

Emerson Tiogo da Silva

SED/MS

ehiago@yahoo.com.br

Resumo: O modo como o texto se organiza, dispendo os fatos apresentados ao leitor, orienta a apreensão dos sentidos nele construídos; nesse viés, a escolha pelo tipo de narrador passa sempre por uma intencionalidade discursiva mediada pela enunciação. Partindo desse pressuposto, buscaremos, neste trabalho, compreender como as projeções enunciativas contribuem para a obtenção de efeitos de verdade e cumplicidade na crônica “Os dois bonitos e os dois feios”, de Raquel de Queiroz. Por considerar que as projeções enunciativas indicam modos de presença do enunciador, adotaremos como instrumental teórico os elementos da sintaxe e da semântica propostos pela semiótica discursiva por meio da descrição e análise dos modos de organização textual dos mecanismos de debreagem e embreagem, assim como pelas relações estabelecidas entre as categorias de pessoa, tempo, espaço e os percursos figurativo e temático no texto, conforme assinala Fiorin (2016); também nos interessa, em consonância com Bertrand (2003), analisar questões em torno do ponto de vista e das posições enunciativas. De posse desse inventário, verificaremos como procedimentos sintáticos se revestem semanticamente, de modo a produzir os efeitos de verdade e cumplicidade. Defendemos a hipótese de que as projeções enunciativas presentes no texto indicam um ponto de vista orientado pela cumplicidade entre enunciador e enunciatário, visto que se constrói a partir de uma “verdade” posta pelo enunciador sobre a qual o enunciatário é frequentemente convidado a manifestar-se; assim, a narrativa constitui-se como exemplo que justifica o posicionamento discursivo defendido pelo enunciador, ou seja, como forma de consolidar o próprio discurso.

Palavras-chave: Semiótica, Enunciação, cumplicidade.

Abstract: The way a text is structures, laying out the facts presented to the reader, guides the apprehension of the meanings constructed in it; in this bias, choosing the narrator type always involves a discursive intentionality mediated by enunciation. Based on this assumption, we will seek, in this paper, to understand how enunciative projections contribute to obtaining truth effects and complicity in the chronicle “Os dois bonitos e os dois feios”, by Raquel de Queiroz. Considering that enunciative projections indicate the enunciator’s

modes of presence, we will adopt as a theoretical instrument the elements of syntax and semantics proposed by discursive semiotics through the description and analysis of the modes of textual organization of the shift in and shift out switches, as well as the relations established between the categories of person, time, space and figurative and thematic paths in the text, as Fiorin (2016) points out; we are also interested, in line with Bertrand (2003), in analyzing issues around the point of view and enunciative positions. With this inventory in hand, we will verify how syntactic procedures are semantically covered, in order to produce truth effects and complicity. We defend the hypothesis that the enunciative projections present in the text indicate a point of view guided by the complicity between the enunciator and the enunciatee, since it is built from a “truth” posed by the enunciator about which the enunciatee is frequently invited to express himself/herself. ; thus, the narrative constitutes an example that justifies the discursive position defended by the enunciator, that is, as a way of consolidating the discourse itself.

Keywords: Semiotics, Enunciation, complicity.

Résumé: La manière dont le texte est organisé, en agençant les faits présentés au lecteur, guide l’appréhension des significations qui y sont construites ; ainsi, le choix du type de narrateur passe toujours par une intentionnalité discursive médiatisée par l’énonciation. Partant de cette hypothèse, nous chercherons, dans ce travail, à comprendre comment les projections énonciatives contribuent à la réalisation des effets de vérité et de complicité dans la chronique “Os dois bonitos e os dois feios”, de Raquel de Queiroz. Considérant que les projections énonciatives indiquent des modes de présence de l’énonciateur, nous adopterons comme instrument théorique les éléments de syntaxe et de sémantique proposés par la sémiotique discursive à travers la description et l’analyse des modes d’organisation textuelle des mécanismes de débrayage et d’embrayage, ainsi que des relations établies entre les catégories de personne, de temps, d’espace et les parcours figuratifs et thématiques dans le texte, comme le souligne Fiorin (2016) ; nous nous intéressons également, dans la lignée de Bertrand (2003), à l’analyse des questions relatives au point de vue et aux positions énonciatives. Avec cet inventaire, nous vérifierons comment les procédures syntaxiques sont sémantiquement enrobées pour produire les effets de vérité et de complicité. Nous défendons l’hypothèse que les projections énonciatives présentes dans le texte indiquent un point de vue orienté par la complicité entre énonciateur et énonciataire, puisqu’il est construit à partir d’une “vérité” posée par l’énonciateur sur laquelle l’énonciataire est souvent invité à se manifester ; ainsi, le récit se constitue comme un exemple qui justifie la position discursive défendue par l’énonciateur, c’est-à-dire comme une manière de consolider le discours lui-même.

Mots-clés: sémiotique, énonciation, complicité.

1. Introdução

O gênero crônica, tradicionalmente, caracteriza-se por abordar temáticas do cotidiano, em cuja gênese, estão fatos corriqueiros como os enlaces amorosos e a política trazidos ao enunciatário por meio de um olhar atento, perspicaz e questionador do cronista/enunciador que,

sobre eles, expõe um ponto de vista. Ao mesmo tempo, propõe-se a suscitar no leitor/enunciário reflexões acerca desses mesmos fatos.

Na crônica “Os dois bonitos e os dois feios”, Raquel de Queiroz relata os encontros e desencontros dos enlaces amorosos. Como antecipa o título, são dois casais em que o bonito se casa com a bonita e o feio com a feia, ou, nas palavras da autora, “cada um com a sua igualha”. Embora não saiba afirmar quais são as razões do amor, a cronista contesta a escolha, visto que “o costume é os feios amarem os belos e os belos se deixarem amar”.

Na contestação que elabora, a cronista expõe seu ponto de vista sobre o fato. Para isso, adota, como verdadeiras, generalizações como a que encerra o parágrafo acima em que os feios amam os belos e os belos se deixam amar, contrapondo-o a exemplos como belos amarem os feios e os feios se deixarem amar. Na perspectiva da semiótica discursiva, essa afirmação colocaria a “beleza” como objeto de valor a ser perseguido/conquistado pelo sujeito “feio”, que deve buscar a conjunção com esse objeto.

Pode-se afirmar que o texto apresenta uma estrutura típica das crônicas ditas argumentativas, cujo fio persuasivo se constrói sob o modelo canônico: tese, desenvolvimento e conclusão. A tese é evidenciada já no primeiro parágrafo quando diz que “tudo parece estar certo e segundo a vontade de Deus, mas é um engano”, conforme transcrito a seguir.

Nunca se sabe direito a razão de um amor. Contudo, a mais frequente é a beleza. Quero dizer, o costume é os feios amarem os belos e os belos se deixarem amar. *Mas acontece que às vezes o bonito ama o bonito e o feio o feio, e tudo parece estar certo e segundo a vontade de Deus, mas é um engano.* (QUEIROZ apud SANTOS, 2007, p. 120)

A tese da cronista coloca o acontecimento “o bonito ama o bonito e o feio o feio” no campo da mentira, da falsidade. O desenvolvimento da tese se dá por meio de um caso específico, um exemplo:

O caso que vou contar é um exemplo: trata de dois feios e dois bonitos que se amavam cada um com o seu igual. E, se os dois bonitos se estimavam, os feios se amavam muito, quero dizer, *o feio adorava a feia, como se ela é que fosse a linda.* (QUEIROZ apud SANTOS, 2007, p. 120)

Observe-se que o fragmento “o feio adorava a feia, como se ela é que fosse a linda” reitera a beleza como objeto de valor para o enunciador que, no desenvolvimento do texto, buscará a concordância do enunciatário, invocando-o a manifestar-se ora sobre fatos alheios ora sobre si mesmos, conforme veremos no tópico seguinte ao analisarmos o percurso figurativo da crônica.

2. Percurso figurativo

O percurso figurativo da crônica traz como personagens/actantes duas primas, a feia e a bonita, e dois vaqueiros, o feio e o bonito e desenvolve-se predominantemente em ambiente típico da zona rural (Campo, fazenda). Sua estrutura narrativa divide-se em três fases: 1^a) ponto de vista do enunciador e descrição das personagens; 2^a) o conflito e a incerteza; 3^a) confirmação do ponto de vista.

A descrição das personagens situa em campos antagônicos o belo e o feio, de modo que, para a bonita, a paixão manifesta pelo marido (vaqueiro bonito) lhe soa como algo natural. Por outro lado, a feia, como forma de “descontar a ingratidão da natureza”, buscava agradar e fazer-se simpática. Com isso, o bonito deixou a bonita para “rondar a casa da outra” (feia).

A busca do bonito pela feia gera o conflito. Enquanto a bonita desprezada arranja-se com um bodegueiro e segue seu destino, o feio alimenta-se do ciúme e do desejo de vingança, passando a vigiar sua esposa e o vaqueiro bonito, ficando cada dia “mais desesperado”, o que, numa perspectiva semiótica, indica maior gradação na intensidade do ciúme.

O comportamento dessa personagem, sentimento de vingança, corrobora com a tese inicial do enunciador de que o casamento entre dois bonitos e dois feios não era da vontade de Deus. Prova disso é que se havia armado uma intriga, visto que os vaqueiros eram amigos, trabalhavam juntos e nenhum deles demonstrava interesse em deixar o lugar para seu algoz.

O conflito se intensifica quando a feia diz ao amante que o marido lhe havia jurado de morte. Nesse momento, o enunciador põe em dúvida a veracidade de tal informação, visto que a feia poderia ter afirmado isso apenas para sentir-se ainda mais desejada, provocar ciúmes ao amante. No entanto, um pouco mais adiante, o enunciador afirma que “as juras eram verdadeiras. O feio jurara de morte o bonito e não só de boca para fora, na presença da amada, mas nas noites de insônia, no escuro do quarto, sozinho no ódio do seu coração” (QUEIROZ apud SANTOS, 2007, p. 123). Para a semiótica, os fatos encontram-se no campo do segredo, pois há um arranjo da ordem do ‘que é mas não parece’.

A última fase do percurso figurativo organiza-se a partir do propósito de vingança, em como fazer/fazer. Aqui, colocam-se em evidência as ações e pensamentos do vaqueiro feio sobre como concretizar a morte. Plano que, embora bem articulado, “não deu certo. Isto é, deu certo do começo ao fim”, visto que foi sancionado negativamente pelo vaqueiro bonito. Este percebera a intenção do outro e conseguiu livrar-se da armadilha. Em seguida, movido por uma manipulação, mata-o, desferindo-lhe três golpes na testa com um tronco de imburana. Por fim, coloca o vaqueiro morto sobre o próprio cavalo e retorna “à fazenda, com o companheiro morto à sela do seu próprio cavalo, ele à garupa, segurando-o com o braço direito, abraçado como um irmão”.

Até aqui, abordamos aspectos gerais da figuratividade e os revestimentos semânticos trazidos por ela à tese defendida pelo enunciador. No tópico seguinte, trataremos das projeções enunciativas e suas relações para o efeito de verdade.

3. Projeções enunciativas

“Se esta história fosse inventada poderia dizer que ele, se vendo traído, virou-se para a bonita e tudo se consertou.” (QUEIROZ apud SANTOS, 2007, p. 121). O fragmento que inicia este parágrafo consta da crônica em análise. Sua presença aqui remete ao fato de em textos persuasivos, em que se pretende defender uma tese, a verdade ou o parecer verdadeiro torna-se imprescindível. Para isso, é relevante verificar como estão projetadas no enunciado as marcas da enunciação.

A esse respeito, Fiorin (2016), fundamentando-se nos estudos da enunciação desenvolvidos principalmente por Emile Benveniste, realiza profundo estudo sobre categorias de pessoa, espaço e tempo projetadas no enunciado, bem como os respectivos efeitos no discurso. Para esse autor, a enunciação “é a enunciação enunciada, isto é, marcas e traços que a enunciação propriamente dita deixou no enunciado” (FIORIN, 2016, p. 33).

Um ato enunciativo pressupõe a figura do enunciador e a do enunciatário. No caso de textos persuasivos, cabe àquele o fazer/crer e a este, pode-se dizer, um querer/crer. Ao manifestar-se discursivamente, o enunciador recorre a estratégias diversas a fim de que seu discurso pareça verdadeiro e, conseqüentemente, tenha adesão por parte do enunciatário.

Na crônica em análise, observa-se a projeção das três categorias enunciativas (pessoa, espaço e tempo), por meio de: enunciação enunciada, invocações ao enunciatário e enunciado enunciado.

3.1. Enunciação enunciada

A enunciação enunciada manifesta-se por meio do processo de debreagem em 1ª instância, na qual o enunciador delega voz ao narrador, conforme se verifica nos seguintes fragmentos:

“O caso que *vou* contar...”

“Aliás, *falei* ...”

“... nunca *vi* vaqueiro gordo.”

“Os dois heróis da *minha* história...”

Nos fragmentos, as marcas enunciativas se fazem presentes nos pronomes e tempos e modos verbais em 1ª pessoa. A relação entre as categorias de pessoa e tempo atualizam o momento da enunciação, trazendo-o para o agora.

No que tange ao enunciatário, o enunciador insere-o no contexto narrativo ao invocá-lo de tempo em tempo no decorrer da crônica, colocando-o em situações semelhantes às vivenciadas pelas personagens, ou ao próprio enunciador, como ocorre nos trechos a seguir:

Vocês já viram um vaqueiro encourado?

“... o que seria de *nós*, as feiosas?”

“*Seria verdade?* Quem sabe as coisas que é capaz de inventar uma mulher feia improvisada em bonita pelo amor de dois homens, querendo que o seu amor renda os jurois mais altos de paixão?”

“Meu Deus, e ele não era homem de briga, *já não disse?*”

3.2. Do espaço

A categoria do espaço indica o lugar da enunciação. Na crônica em análise, as marcas dessa categoria remetem ao espaço do enunciado enunciado ou da enunciação reportada. No primeiro caso, o espaço é marcado pela fala do narrador; no segundo, pelas falas das personagens por meio do discurso direto.

- Marcas da categoria espaço no enunciado enunciado:

“Deu para rondar *a casa da outra...*”

“... eram campeiros *da mesma fazenda...*”

“... no dia seguinte se encaminharam pela *vereda*, perseguindo um novilhote...”

“Chegou à *fazenda...*”

- Marcas da categoria espaço na enunciação reportada:

“... ao conversar *na janela* com o seu bonito que *lá* viera furtivo, colheu um cravo desabrochado no craveiro plantado numa panela de barro e posto numa forquilha bem encostada à janela (era uma das partes dela, ter todos esses dengues de mulher bonita) e enquanto o moço cheirava o cravo, ela entrefechou os olhos e lhe disse baixinho:”

(QUEIROZ apud SANTOS, 2007, p. 122)

3.3. Do tempo

A categoria do tempo marca não só a concomitância e a não concomitância em relação à enunciação enunciada (anterioridade/posterioridade ao ato enunciativo), como também aspectos pontuais, início de transformações, o presente omnitemporal ou mesmo a enunciação reportada, quando da atualização do já-dito. Vejamos alguns exemplos:

- Concomitância da enunciação enunciada:

O caso que *vou contar* é um exemplo

A concomitância com a enunciação enunciada marca o momento exato em que ocorre a interação entre enunciador e enunciatário. No exemplo acima, pode-se depreender como o início do ato comunicativo expresso pela locução verbal “*vou contar*”.

- Aspecto pontual/ início de transformações/ presente omnitemporal/ não concomitância (anterioridade):

De repente, não se sabe como, houve uma alteração.

Nesse exemplo, a não concomitância (anterioridade) está expressa na forma verbal “Houve”, enquanto a forma “sabe” denota o presente omnitemporal, pois se atualiza a cada nova enunciação; já a expressão “de repente” indica um momento único em que a história sofre uma transformação: o bonito apaixona-se pela feia e abandona a bonita, com quem havia casado.

- Aspecto pontual / concomitância (enunciação reportada):

“... quando a feia, certa noite...”

- Não concomitância (anterioridade):

Assim, *ficaram* em jogo só os três.

Assim *estava* a intriga armada.

Bem, as juras *eram* verdadeiras.

Mas não *deu* certo. Isto é, *deu* certo do começo ao fim

Chegou à fazenda, com o companheiro morto à sela do seu próprio cavalo...

Ninguém *duvidou* do acidente.

4. Dos juízos de valor e os efeitos de verdade e de cumplicidade

No diálogo que estabelece com o enunciatário, o enunciador faz uso de um nós inclusivo ao emitir juízos de valor, transferindo àquele as visões e valores que ele próprio tem dos fatos vivenciados no mundo natural. Com isso, procura-se criar um vínculo de cumplicidade entre eles, visto que compartilham dos mesmos saberes e vivências, não havendo margem para o contraditório, como se vê nestes fragmentos:

“Enquanto a pobre da feia *todos* sabem como é...”

“... *nós mulheres* estamos habituadas a pensar que todo homem valente é bonito...”

Para além da cumplicidade, o emprego de juízos de valor proporciona o efeito de subjetividade, o que se pode constatar no uso de advérbios, adjetivos e expressões positivas acerca do objeto descrito, como nestes exemplos:

“É um traje *extraordinariamente romântico*...”

“... no corpo de um homem e delgado, *faz milagres*.”

“...o gibão amplo que *mais acentua a esbelteza* do homem...”

“... era, pelo menos, a sua edição *mais grosseira*.”

“... na segunda se tornava *feiúra sonsa*.”

Não só os juízos de valor, mas também o discurso reportado pode criar “diferentes efeitos de sentido, como objetividade, de subjetividade, de realidade” (FIORIN, 2016, p. 35). Por meio dele, o enunciador retoma os atos de fala próprios da enunciação em 2ª instância, em que se delega voz às personagens, ou seja, os locutores do discurso. Essa estratégia atualiza o acontecimento e causa o efeito de sentido de verdade, como nos exemplos que seguem:

Feia

— Você sabe que o outro já lhe jurou de morte?

Feio

Será que aquele idiota esperava laçar o boi, a tal distância?

Bonito

— Pensou que me matava, seu cachorro... Açoitou o cavalo de propósito, crente que eu rebentava a cabeça no pau... Um de nós dois tinha de morrer, não era? Pois á assim mesmo... um de nós dois vai morrer.

(QUEIROZ apud SANTOS, 2007, p. 124)

Um outro exemplo de discurso reportado é o indireto livre que, no texto, mostra o modo de ser psicológico da personagem:

Só conseguia dormir quando já estava com o cadáver defronte dos olhos, bonito e branco, ah, bonito não, pois, quando o matava em sonhos, a primeira coisa que fazia era estragar aquela cara de calunga de loiça, pondo-a de tal modo feia que até os bichos da cova tivessem nojo dela. Mas como fazer? Não poderia começar a brigar, matá-lo, sem quê nem mais. Hoje em dia justiça piorou muito, não há patrão que proteja cabra que faz uma morte, nem a fuga é fácil, com tanto telégrafo, avião, automóvel. E de que servia matar, tendo depois que penar na prisão? Assim, quem acabaria pagando o malfeito haveria de ser ele mesmo. [...] Atacá-lo no mato e contar que fora uma onça... Qual, cadê onça que atacasse vaqueiro em pleno dia? E a chifrada de um touro? Difícil, porque teria que apresentar o touro, na hora e no lugar...

(QUEIROZ apud SANTOS, 2007, p. 123)

O uso do discurso reportado, nesses exemplos, cria o efeito de realidade, pois corrobora a veridicção dos fatos narrados ao confirmar o enunciado: “Se esta história fosse inventada poderia dizer que ele, se vendo traído, virou-se para a bonita e tudo se consertou.”

5. O parecer verdadeiro: efeitos de realidade e verdade

A eficácia de um discurso depende não só do fazer persuasivo do enunciador, mas sobretudo do fazer interpretativo do enunciatário. Nessa perspectiva, as estratégias argumentativas utilizadas pelo primeiro, como demonstrações e comparações, devem levar o segundo a uma identificação com o enunciado enunciado, de modo que o reconheça como verdadeiro. A esse propósito, Greimas (2014, p. 131) afirma que o “re-conhecimento é uma operação de entre aquilo que se propõe (...) e aquilo que já se sabe ou em que se crê.”

Nesse sentido, ao construir o percurso figurativo da crônica, o enunciador se vale de conhecimentos considerados por ele como universais e que, ao serem mobilizados discursivamente, são colocados como conhecimento prévio do próprio enunciatário, estabelecendo entre si uma relação fiduciária, pautada na confiança e em suas vivências, como se verifica em fragmentos como “... benza-os Deus por isso, senão o que seria de *nós*, as feiosas?” ou em “... *todos* sabem como é...” ou ainda “... *nós* mulheres estamos habituadas...”. O emprego de *debreagens* enunciativas e enuncivas remete a dois aspectos relevantes: 1º) um *nós* inclusivo que engloba o *eu* e o *tu* da enunciação, ou seja, enunciador e enunciatário; 2º) um conhecimento universalmente disseminado, marcado pelo uso do pronome indefinido *todos*. Ao fazer uso desse recurso, o enunciador atribui ao discurso um caráter objetivante com efeito de realidade, de verdade.

Ainda sobre o fazer interpretativo, que pressupõe um fazer crer, Greimas afirma que o reconhecimento do discurso como verdade implica antes admiti-lo como possível. Na perspectiva do quadrado semiótico, tem-se então um percurso que parte da recusa à admissão e, por fim, à afirmação (reconhecimento como verdade). No texto em análise, o enunciador adota como estratégia persuasiva a cumplicidade/complacência do enunciatário. A enunciação denota uma situação comunicativa informal, típica dos atos conversacionais. Por isso, os frequentes questionamentos, que marcam o presente omnitemporal, o “agora” sempre atualizado.

Na perspectiva do quadrado semiótico, o contrato de veridicção entre enunciador e enunciatário se constrói numa relação fiduciária construída em um percurso inicial no não-parecer/não-ser (Mas acontece que às vezes o bonito ama o bonito e o feio o feio, e tudo parece estar certo e segundo a vontade de Deus, mas é um engano.), ou seja, definido como falsidade; seguido não-parecer/ser (De repente, não se sabe como, houve uma alteração.), o segredo; e por fim a comprovação da tese (Mas não deu certo. Isto é, deu certo do começo ao fim), ou seja, a afirmação de que aquele casamento estaria certo e segundo a vontade de Deus era falsa. Com isso, tem-se o ser/parecer, a verdade.

6. Considerações finais

A análise nos permitiu depreender da crônica que o efeito de cumplicidade se constitui como estratégia persuasiva do enunciador no intuito de fazer crer o enunciatário. A cumplicidade

é então regida pelas debreagens enunciativas e enuncivas, as quais criam um efeito de realidade, ao simularem situações típicas do mundo natural.

As projeções enunciativas marcadas pelas categorias de pessoa, tempo e espaço atribuem ao enunciatório uma corresponsabilidade sobre o dizer, visto que ao delegar-lhe voz, o enunciador procura demonstrar que compartilham da mesma visão de mundo, com o emprego de expressões inclusivas como “nós” e “todos”.

Por fim, as debreagens de 2ª instância, aquelas em que o enunciador delega voz às personagens, o enunciado enunciado, contribui para a construção da “verdade” citada na enunciação enunciada.

7. Referências

- BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária**. São Paulo: Editora Edusc, 2003.
- FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. 3ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.
- GREIMAS, Algirdas Julien. **Sobre o sentido II: ensaios semióticos**. Trad. Dilson Ferreira da Cruz. 1. ed. São Paulo: Nankin: Edusp, 2014.
- QUEIROZ, Raquel de. **Os dois bonitos e os dois feios**. In: SANTOS, Joaquim Ferreira dos. **As cem melhores crônicas brasileiras**. 1ª ed. 18ª reimpressão. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007, pp. 120 – 125.

A SEMIÓTICA DISCURSIVA E APLICADA À ANÁLISE DOCUMENTÁRIA

DISCURSIVE SEMIOTICS APPLIED TO DOCUMENTARY ANALYSIS

LA SÉMIOTIQUE DISCURSIVE APPLIQUÉE À L'ANALYSE DOCUMENTAIRE.

Alexandre Martines

Universidade Estadual Paulista

alexandre.martines@unesp.br

Resumo: As relações humanas são marcadas por símbolos e dinâmicas de significação. O documento é artefato importante na trajetória da humanidade como recurso potencial de retomada da discursividade e narratividade do passado e projetado ao devir. O objetivo desta pesquisa é a análise das teorias que envolvem a semiótica discursiva a fim de aplicar seus conceitos na análise e tratamento dos documentos. Aplicou-se uma metodologia qualitativa de natureza exploratória, também se trata de uma pesquisa descritiva, de cunho epistemológico e interdisciplinar. A classificação do discurso permite a identificação dos simulacros e das valências que evidenciam os diversos aspectos semióticos presentes no documento que represente o pensamento filosófico de uma dada época, ainda carrega valores históricos, culturais, científicos, políticos, sociais, epistemológicos, metodológicos, entre outras possibilidades.

Palavras-chave: Documento. Análise Documentária. Fluxo Informacional. Gênero Discursivo. Semiótica Discursiva.

Abstract: Human relationships are marked by symbols and dynamics of meaning. The document is an important artifact in the history of humanity as a potential resource for resuming the discursiveness and narrativity of the past and projected into the future. The objective of this research is the analysis of theories involving discursive semiotics in order to apply its concepts in the analysis and treatment of documents. A qualitative methodology of an exploratory nature was applied, it is also a descriptive research, with an epistemological and interdisciplinary nature. Discourse classification allows the identification of simulacra and valences that show the various semiotic aspects present in the document that represents the philosophical thought of a given time, still carries historical, cultural, scientific, political, social, epistemological, methodological values, among others possibilities.

Keywords: Document. Documentary Analysis. Text Genre. Discursive Genre. Discursive Semiotics.

Résumé: Les relations humaines sont marquées par des symboles et des dynamiques de signification. Le document est un artefact important dans l'histoire de l'humanité en tant que ressource potentielle pour reprendre la discursivité et la narrativité du passé et se projeter dans l'avenir. L'objectif de cette recherche est d'analyser les théories impliquant la sémiotique

discursiva afin d'appliquer ses concepts à l'analyse et au traitement des documents. Une méthodologie qualitative de nature exploratoire a été utilisée, il s'agit également d'une recherche descriptive, épistémologique et interdisciplinaire. La classification du discours permet d'identifier les simulacres et les valences qui mettent en évidence les différents aspects sémiotiques présents dans le document représentant la pensée philosophique d'une certaine époque, portant toujours des valeurs historiques, culturelles, scientifiques, politiques, sociales, épistémologiques, méthodologiques, et d'autres possibilités.

Mots-clés: Document. Analyse Documentaire. Flux Informationnel. Genre Discursif. Sémiotique Discursive.

1. Introdução

As relações humanas são marcadas por símbolos e dinâmicas de significação que norteiam posicionamentos, práticas, estratégias, relação com os aspectos sociais, culturais e políticos. A linguagem é recurso fundamental nesse processo de construção de humanidade, seja através de fundamentos lógicos, mecanismos culturais, seja na constituição de valores que estratificam ou direcionam comportamentos, verdades, crenças ou ideologias.

Neste cenário, o documento é artefato importante na trajetória da humanidade como recurso potencial de retomada da discursividade e narratividade do passado, como ainda para a inscrição de decisões no presente para projetar o futuro. O documento que apresenta como uma das suas diversas funções estabilizar o valor de uma informação, também é capaz de possibilitar a atualização das informações outrora registradas.

A linguagem enriqueceu as trocas informacionais ao longo dos séculos devido ao conteúdo presente em documentos, fazendo com que indivíduos de outras épocas pudessem compreender o que ancestrais realizaram. O interesse humano em coletar informação é antigo, remonta às bibliotecas de Alexandria, assim como a proteção dos documentos nos mosteiros na Idade Média e, é graças a essas coletâneas documentais, que se pode, atualmente, ter acesso a esses fluxos informacionais.

A preocupação com o tratamento do documento surgiu com as propostas de Paul Otlet (1868-1944) e Henri La Fontaine (1854 – 1943). Foram, de fato, os esforços de Otlet que possibilitaram o desenvolvimento de técnicas, práticas, estratégias e métodos para garantir a organização e disseminação do conhecimento registrados em qualquer espécie de artefato. Nessa linha, a materialidade informacional é o caminho para a legitimação e institucionalização do documento. Com isso, a linguagem se torna o principal insumo para organizar as informações e sistematizar o conhecimento veiculado nos documentos.

Sendo assim, o tratamento documental, conjunto de procedimentos e operações técnicas que incluem a análise, avaliação, extração, classificação, descrição, representação, escolhas de terminologia especializada e indexação de conceitos presentes em um documento revolucionou a forma das sociedades sistematizarem e organizarem o conhecimento. Somado a disso, a aplicação

da linguagem ganhou importância para garantir a análise, o armazenamento, o tratamento como leitura e representação, a partir do enunciado do texto, a qual permite a associação de conceitos e, por fim, a recuperação das informações.

Diante disso, a análise documental¹, linha francesa de tratamento documental, surge com os apontamentos de Gardin, em publicações entre 1961 e 1970 (VOGEL, 2007, 2009), e atua especificadamente na leitura documental e na representação de documentos, através de linguagem documental (FUJITA, 1999, 2004), apontando, dessa forma, os conceitos presentes no documento como garantia de representá-lo, assim evidenciando-o como artefato que dialoga com os propósitos científicos e culturais de um segmento, bem como garantir a sua recuperação e disseminação futuras (LARA, 2001, 2004a, 2004b, 2009).

Nessa perspectiva, é válido refletir acerca das práticas, técnicas e estratégias aplicadas pela análise documental no tratamento do documento e na representação do conhecimento nele inserida, pois os documentos são resultados de uma esfera social, assumindo moldes de gêneros textuais, em que há atuação de pessoas que se configuram como sujeitos através do texto (BAKHTIN, 2016), por conseguinte o documento transpassa o registro, marcado por um enunciado estático, já que é elaborado através de uma práxis enunciativa para a configuração de aspectos discursivos.

Isso indica que um documento evidencia muito mais que um conjunto de palavras técnicas, representado por uma linguagem especializada – terminologia. O documento carrega marcas de interpretação, de interação com a realidade, portanto mecanismos semióticos para representar e mediar a realidade em signos possíveis de serem compreendidos pela mente humana. Ademais, os documentos também carregam evidências de discursos, de intencionalidades, de organismos interagindo em alteridade, ou seja, de formas de vida.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo a análise das teorias que envolvem a semiótica discursiva – constituída pelo desenvolvimento de práticas, estudos e aplicações decorrentes do desenvolvimento da chamada semiótica francesa – a fim de aplicar seus conceitos na análise e tratamento dos documentos, assim como apontar os aspectos semióticos de significação, a configuração da enunciação e dos discursos a fim de reconhecer procedimentos semântico-semióticos para evidenciar os conceitos que melhor representam o conhecimento presente em um documento.

Para tanto, aplicou-se uma metodologia qualitativa, de natureza exploratória, tendo em vista a análise e interpretação das teorias acerca do documento, da análise documental e do conceito, bem como as teorias da semiótica discursiva e práticas semióticas, por isso também se trata de uma pesquisa descritiva, tendo em vista o detalhamento dos objetos e concepções

1. Optou-se por usar o adjetivo DOCUMENTÁRIA nesta pesquisa devido às traduções para a Língua Portuguesa, todavia é fundamental evidenciar que há registros de DOCUMENTAL realizados pela comunidade científica. Importante salientar que o termo DOCUMENTÁRIA remonta registros franceses, principalmente na linha de trabalho de Gardin, Coyaud; já o termo DOCUMENTAL aparece nas pesquisas realizadas na Espanha, nos trabalhos de García Gutiérrez, Izquierdo Arroyo, López Yepes e Moreiro González.

articulados por cada linha científica, já que se perfaz como uma pesquisa de cunho bibliográfico, epistemológico e interdisciplinar.

A coleta de materiais para abordagem da temática é fundamentada nas palavras-chave: documento, tratamento documental, análise documental, conceito, representação da informação, discurso, gênero textual, gênero discursivo, práticas semióticas, discurso semiótico, práxis enunciativas, linguagem. A consulta se concretizou em bases de dados como: Brapci, Dialnet, Google Scholar, Scopus, Scielo e através de consulta de livros especializados. Diante do material explorado, destacam-se: Otlet (2018); Briet (2016); Gardin (1966, 1973); Coyoud (1966); Lara (2001, 2004a, 2004b, 2008, 2009, 2011); Fujita (1999, 2004); Vogel (2007, 2009); García Gutiérrez (1984, 1989, 1992, 2002); Lopez Yepes (1995); Izquierdo Arroyo (1990); Moreiro González (1993, 2004); Buckland (1997, 2015, 2017); Frohmann (1992, 1994, 2001, 2009); Le Goff (1996); Meyriat (1981, 2016); Rabelo (2011, 2018) para tratar de documento e práticas de tratamento e análise; Dahlberg (1978); Hjørland (2009); Koselleck (1992) para explorar fundamentos sobre o conceito; e Fiorin (2012); Bakhtin (2016); Fontanille (2012, 2019) para evidenciar os fundamentos que envolvem os gêneros textuais e discursivos, as práticas semióticas e a semiótica discursiva.

Nesse aspecto, a análise aplicada foi decorrente às definições e às explicações dos conceitos envolvidos, promovendo relações interdisciplinares, assim a interpretação proporcionou proposições fundamentadas nessas reflexões analíticas que permitiram a construção de inferências.

Frente a isso, espera-se aprofundar os estudos nas áreas mencionadas e, através da análise das teorias envolvidas, proporcionar estratégias de leitura, de identificação e interpretação do enunciado, da enunciação e do discurso à análise documental, aplicando-se a melhor estratégia para representar os conceitos presentes no documento, por meio da aplicação semiótica.

2. Documento e linguagem para representação de conceitos

O documento é objeto que garante a materialidade da informação, assim como sua legitimação, sendo responsável pelo acesso a conhecimentos de diversas modalidades, sejam eles de outros momentos históricos, sejam eles fomentadores de estratégias informacionais, sejam eles vestígios culturais de grupos e suas práticas. Fato que o documento é extremamente importante para o desenvolvimento humano, já que se estabelece como suporte, veículo e fonte de informação.

Sendo assim, é válido destacar que a história, o jornalismo, a diplomacia, a arquivologia, a biblioteconomia, a documentação, a ciência da informação, a área jurídica, a administrativa, a literatura, a editoração, entre outros campos do saber possuem o documento como objeto de estudo (RABELLO, 2018). Nessa linha, o documento assume a função de ser, por um lado, “[...] suporte que contém informação registrada, suporte que evidencia fatos”; por outro, fonte e uso, como “[...] fonte para representar a realidade, fonte para a elaboração de metainformação ou produtos documentais”, os quais são destinados à organização, à recuperação e à disseminação

da informação e do conhecimento, fatores que convergem para o “[...] uso de conteúdos em sistemas de informação” (RABELLO, 2018, p. 139).

Nessa perspectiva, esta seção tem como objetivo a discussão sobre as concepções científicas e especializadas sobre documento, bem como seus métodos, práticas e estratégias de tratamento, com o fito de observar a presença da linguagem no processo de representação e mediação da realidade no documento e a aplicação da linguagem sobre o documento para interpretar a informação veiculada através da consolidação de conceitos.

É nessa perspectiva que o documento é constituído para uma finalidade prática. Porém, a evidência do conteúdo veiculado pelo documento é muito importante para o seu uso e para a interação com os sistemas de informação, já que essas atividades são responsáveis pela estruturação dos saberes que evidenciam os caminhos de organização e desenvolvimento de uma determinada área do conhecimento.

O documento materializa discursos, enunciações, enunciados, informações. Ademais, legitima as ações humanas, validando elementos abstratos a partir de fiscalizações em suportes capazes de transportar o conteúdo das mensagens, ou seja, transportar a informação armazenada em um suporte e inseri-la em sistemas de informação para acesso, uso, aprendizagem e atualização do conhecimento, além da comunicação midiática.

A palavra documento vem do latim *documentum*, *documenti*, derivado de *docēre* (documentação), título ou diploma que serve de prova; declaração escrita para servir de prova, por sua vez o verbo latino *docēre* significa ensinar, demonstrar; já as formas latinas *dicere*, *ducere*, *(in-)ducere* – referem-se ao seu sentido comunicativo (CUNHA *et al*, 1986, p. 274).

Dessa maneira, o documento é visto sob o viés histórico em dois aspectos: o primeiro está atrelado ao Positivismo, na compreensão do espírito positivo do século XIX, o qual se alinha “[...] à noção de história e de ciência do criador desta corrente de pensamento no âmbito da Filosofia da História: o francês August Comte” (RABELLO, 2011, p. 133). Já o segundo, direciona-se para a ciência e, assim, fundamenta a “[...] disciplina História Metódica, proposta pelo alemão Leopold von Ranke – cuja concepção de documento deriva do referido espírito” (RABELLO, 2011, p. 133-134).

Com a fundamentação da escola positivista, o documento é visto inicialmente como a prova textual que se estabelece como norteador das atividades de pesquisa e confirmação de fatos. Dessa maneira, “[...] todo historiador que trate de historiografia ou do mister de historiador recordará que é indispensável o recurso do documento”, além do fato de que se estabeleceu que não haveria notícia histórica sem documentos, aquilo que não esteve gravado ou escrito teria se perdido, pois a história se faz com documentos, todavia somente quando e se eles existem (LE GOFF, 1996, não paginado).

Pensar o documento como prova histórica, é pensar que o documento é resultado de interação social, cultural, política, sendo assim está relacionado com os fatores informacionais que antecedem sua confecção, como também na construção dos fluxos informacionais atualizados

sempre que estes documentos forem recuperados e adicionados à produção informacional, sendo assim o documento está constantemente vinculado a enunciações e a discursos de várias ordens e temporalidade.

Em se tratando de tratamento do documento, é com Paul Otlet que a ciência documentação se constitui. Otlet foi um visionário e defendeu a importância da universalização do acesso ao conhecimento. Com isso, desenvolveu o Princípio Monográfico, em que reunia informações para a representação do conhecimento presente no documento. Como estratégia de representação, idealizou e desenvolveu a Classificação Decimal Universal (CDU), como linguagem padronizada para a representação do documento evocando seus principais conceitos, além das fichas padronizadas (SANTOS, 2007).

Para Otlet, a definição de documento consistia em:

Livro (bíbion, documento ou grama) é o termo convencional aqui empregado para designar toda espécie de documento. Abrange não apenas o livro propriamente dito, manuscrito ou impresso, mas também revistas, jornais, textos escritos e reproduções gráficas de qualquer espécie, desenhos, gravuras, mapas, esquemas, diagramas, fotografias, etc. (OTLET, 2018, p. 11).

Nessa perspectiva, ganha-se importância o valor sobre aquilo que é veiculado, ou seja, a forma como o documento legitima a informação veiculada. Diante disso, para Otlet (2018, p. 13-14), os documentos “[...] consistiam não apenas em palavras escritas ou impressas. Objetos, figuras e ilustrações, partituras musicais - qualquer coisa que tivesse valor probatório, que documentasse algo, era um documento”.

Segundo indicam Moura e Lara (2012, p. 3), Otlet “[...] esboçou, explorou e aprimorou princípios que permitissem tratar adequadamente os conhecimentos registrados nos documentos, de modo a torná-los disponíveis e acessíveis a quem viesse a necessitar deles”. Outrossim, Otlet compreendeu a importância da linguagem especializada para executar esse procedimento, ou seja, já que o documento evidencia o conhecimento acumulado pela humanidade, é preciso técnicas para evidenciar esse conhecimento.

É através da linguagem que se consolida a composição simbólica dos registros daquilo que foi produzido pelo ser humano em um determinado tempo e lugar, revelando suas perspectivas, valores, cultura, ideologia diante das coisas do mundo que, por sua vez, é suscetível a diversas formas de representação, visto que a linguagem nomeia o fato, articula as ações, é performática, desenvolve enunciados, mas não é o fato.

Desse modo, o princípio monográfico é mecanismo marcado pela linguagem como virtualização e atualização da informação, “[...] observando-se que se obtêm, com esses procedimentos, novos documentos que contêm informação também nova” (SANTOS, 2007, 62). Há nesse processo, portanto, um duplo movimento: a) desmaterialização e virtualização de documentos; e b) sua atualização na transformação em informação nova. É válido destacar que

esses procedimentos são factíveis de execução devido à carga simbólica que se constrói acerca do documento e, mais uma vez, sendo legitimado pela aplicação da linguagem, em sua elaboração, em sua análise e em sua representação, além da chancela institucional que determina os rumos da significação para estabelecer suas marcas de representação.

Para fechar a concepção clássica sobre o documento, é necessário destacar as contribuições de Suzanne Briet. Esta deu continuidade aos trabalhos de Paul Otlet, denominando-se discípula do mestre belga. Para ela, o documento se configura a conceitualização de que o documento é “[...] toda base de conhecimento fixada materialmente e suscetível de ser utilizada para consulta, estudo ou prova” (BRIET, 2016, p. 1). Nesse aspecto, há a relação com a perspectiva de que o documento é suporte e veículo de informações.

Assim, a autora alega que tal definição “[...] tem sido discutida por linguistas e filósofos, ciosos que são de minúcia e lógica [...]”, pois “[...] graças à análise do seu conteúdo, pode-se propor uma definição, a mais adequada atualmente [...]”, já que o documento é um instrumento simbólico e, como tal, é um produto de significação, o qual pode ser produzido por linguagem verbal ou não-verbal, atribuindo-lhe a definição de que o documento se caracteriza por ser “[...] todo indício, concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstruir ou provar um fenômeno físico ou intelectual” (BRIET, 2016, p. 1).

Ao questionar o formato do documento, descaracterizando de seu modelo tradicional, positivista, Briet (2016, p. 1) indaga: “[...] uma estrela é um documento? Um seixo rolando pela correnteza é um documento? Um animal vivo é um documento?.” Porém, reescrevendo as percepções de documento, ratifica: “Não, mas são documentos as fotografias e os catálogos de estrelas, as pedras de um museu de mineralogia, os animais catalogados e expostos num zoológico (BRIET, 2016, p. 1).

Por fim, sobre a importância da linguagem para a materialidade do documento, vale destacar a retomada que Buckland (1997) realiza das considerações de Briet: “[...] um documento é qualquer signo físico ou simbólico, preservado ou gravado, destinado a representar, reconstruir ou demonstrar um fenômeno físico ou conceitual”, além das preocupações atreladas ao documento, o autor destaca a atuação da documentação, que “[...] não deve ser vista como estando relacionadas com textos, mas com o acesso a evidências” (BUCKLAND, 1997, p. 806, tradução nossa).

Nessa linha, entende-se que o documento é instrumento essencial para recuperar os registros acerca da produção do conhecimento realizado pela passagem do ser humano, bem como a linguagem é recurso primordial para interpretá-lo e representá-lo.

Assim sendo, é importante destacar as diversas concepções da materialidade do documento, como institucionalidade, cultura material, regimes de informação, ações de informação, práticas informacionais, validação da informação, estudo da forma documental, historiografia, burocracia, materialidade da informação, desenvolvimento de coleções, organização do conhecimento (RABELLO, 2018). Frente a isso, o tratamento e análise do documento para garantir a representação

adequada do conhecimento através dos conceitos identificados se configuram e se realizam através da linguagem.

A análise documentária se configurou através dos estudos de Gardin, já que o teórico francês foi pioneiro em reconhecer a importância da linguagem “[...] na produção da ciência e a necessidade fundamental de um aparato metodológico interpretativo de natureza linguística” (TÁLAMO; MAIMONE, 2015, p. 737). Ademais, é através da linguagem que se pode realizar estratégias investigativas a fim de interpretar adequadamente o texto/documento e, assim, descrever seu conteúdo, apresentando os conceitos que traduzem de modo mais eficaz a representação do conhecimento veiculado.

O próprio Gardin destacava que a linguagem é representação e é como “[...] representação que se desenvolvem atividades de natureza metodológica fundamentais para o exercício investigativo” (TÁLAMO; MAIMONE, 2015, p. 737). Nessa linha, a análise documentária é processo importante dentro do universo da organização do conhecimento e da informação, visto que suas atribuições e atividades estão alinhadas ao tratamento do documento, apontamento da linguagem documentária para representar os conceitos presentes e, assim, garantir a boa indexação para a recuperação e disseminação futura.

Nessa perspectiva, é válido destacar que Gardin “[...] reconhece a necessidade de uma representação específica dos conteúdos dos textos escritos que não se confundem com a interpretação empírica” (TÁLAMO; MAIMONE, 2015, p. 742), fator que exige o estreitamento com outras disciplinas a fim de constantemente proporcionar a evolução nos métodos, práticas, estratégias e técnicas de tratamento do documento, pois uma análise fundamentada em estruturas modais ou lógicas possibilitam que haja o distanciamento da subjetividade na significação, ou esteja presente fragmentos recorrente à própria percepção da experiência do profissional (TÁLAMO; MAIMONE, 2015, p. 742).

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que os estudos acerca da linguagem presente no tratamento do documento ganharam destaque na França, a partir das teorias de Gardin (1966), que introduziu o termo análise documentária para efetuar a leitura da documentação, sendo assim entendendo haver como resultado uma metalinguagem que seria denominada de “Léxico Documentário” (VOGEL, 2007).

Por sua vez, Coyaud (1966) define que “[...] um sistema de signos que permite comunicação entre usuário e documento” seria denominado de linguagem documentária. Em 1974, Chaumier, ao tratar das linguagens documentais, classificadas em dois grupos: “[...] linguagens cominatórias (léxicos) e linguagens de estrutura hierárquica (classificações)”, indicando a importância de se constituir “uma rede de relações semânticas” (VOGEL, 2007, p. 13).

Frente a essa concepção, entende-se que a análise documentária também deve ser vista como uma análise semântica, já que é importante a organização conceitual a partir da elaboração de uma rede semântica que evidencie os procedimentos enunciativos e discursivos a fim de constituir valores que determinem a legitimação da informação que está sendo confeccionada

para representar o documento, já que a análise documental precisa desenvolver procedimentos para efetuar a representação do documento de modo distinto do original.

Outrossim, a análise documental também pode ser entendida como uma análise semiótica, pois, em seu procedimento, há a investigação de como os objetos de um texto se alinham, sejam os aspectos atrelados à significação e, por sua vez, práticas e estratégias de reconhecimento e interpretação, sejam os fundamentos que fazem do documento um suporte e configure uma narratividade, ou seja, configurando o documento como objeto, como também a formatação de seu conteúdo conforme a descrição e explicação de uma cena prática.

A análise documental é um procedimento que envolve todo o tratamento documental, desde a identificação do suporte do documento como objeto, suas características físicas, assim como no processo de interpretação a identificação do fluxo informacional, isto é, como evidencia a cena prática de conduta, a qual está alinhada a formas de vida. Portanto, a análise documental também evidencia o conjunto de conceitos marcados pela enunciação e discurso do documento, denotando aquilo que tecnicamente é possível recuperar frente à sua produção.

A representação recorrente do estágio de tratamento documental é realizada com a aplicação de uma linguagem especializada, denominada de linguagem documental oriunda da terminologia que se compõem da área do conhecimento evocada pelo enunciado do documento. Dessa forma, o documento está pronto para a indexação, seja através de um conjunto de termos específicos, seja através de resumos, fichas catalográficas entre outros, organizados à base do sistema de organização do conhecimento.

Posteriormente à análise, é assegurado que se obtém o registro do pensamento humano e a mediação da realidade exterior ou decorrente da percepção científica da natureza, além de proporcionar a conservação, utilização, classificação de conceitos e conhecimentos, catalogação, descrição das informações e análises da produção discursiva, evidenciando possíveis marcas sociais, culturais, históricas, políticas, ideológicas, físicas e biológicas.

Além disso, a sistematização da informação extraída de um documento é importante para a construção do conjunto de informações em rede, sejam sistemas mais simples, como a organização de um arquivo de uma pequena empresa, ou a pequena biblioteca de bairro, sejam mais complexos, como a internet. Dessa maneira, esse fluxo informacional organizado e sistematizado por métodos de tratamento mais eficientes e dinâmicos garantem uma produção mais rápida de informação confiável, exata e direta, possibilitando o acesso amplo e universal.

É muito importante que a análise documental tenha a preocupação de representar o discurso e a aspectos enunciativos do documento tendo em vista a dialética entre ciência e panoramas sociais e culturais em que o documento está inserido, assim organizando os conceitos a fim de atender as propriedades informacionais que envolvem produtores, mediadores, sistemas informacionais de arquivamento e recuperação, usuários e, desse modo, garanta a participação efetiva dos grupos representados, recursos de mediação entre a mente e a realidade cultural e natural, assim cumprindo seu papel social, além de possibilitar a constante geração de novos

conhecimentos e atualização das informações a partir de interações entre os elementos e os integrantes da rede de acesso à informação, garantindo o desenvolvimento da sociedade.

Já ao tratar de conceitos e seus mecanismos de identificação, mediação e recuperação, é preciso destacar que o conjunto de conceitos aplicados à representação do documento é responsável por configurar a dinâmica de sua relação com sistemas de informação. Sendo assim, é válido destacar que “[...] o conceito é constituído de elementos que se articulam numa unidade estruturada” (DAHLBERG, 1978, p. 102).

Um conceito é manifestado através de um termo no contexto científico, ou um léxico, um vocábulo no contexto social, sendo que “[...] cada palavra remete-nos a um sentido, que por sua vez indica um conteúdo” (KOSELLECK, 1992, p. 135). Na formação histórica dos conceitos “[...] foram criteriosamente selecionadas as palavras cujos sentidos interessavam: a saber, conceitos para cuja formulação seria necessário um certo nível de teorização e cujo entendimento é também reflexivo” (KOSELLECK, 1992, p. 135).

Nessa linha, a rede semântica é fundamental para garantir a constituição da unidade de elementos válidos, os quais são verificados em níveis enunciativos pelo agrupamento de aspectos temáticos, ou aspectos figurativos a depender do documento analisado. Esses aspectos podem ser denominados de simulacros, pois abordam mais do que sentenças formais para a verificação lógica do sentido, tratam-se de recursos que efetivam a descrição e a explicação das coisas no mundo, seja no mundo real, seja em um mundo criado (ficção), através das quais a mente humana consegue se posicionar frente à compreensão sobre a realidade.

Dessa forma, os simulacros são dispositivos presentes na construção do discurso, configurando a descrição das estruturas imanentes, as quais evidenciam os componentes da significação através de condições e precondições da manifestação do sentido (GREIMAS; FONTANILLE, 1993).

Sua manifestação na enunciação proporciona uma significação virtualizada e é sua interação na consolidação do discurso que efetua a atualização dessa significação, assim como sua potencialidade, sendo o enunciado realizado a compreensão dos objetos, temas e figuras, confirmados por seus valores sociais, linguísticos, que garantem a significação por relações lógicas de inferências ou na construção original de suas atuais relações (GREIMAS; FONTANILLE, 1993). Portanto, os simulacros se configuram como “[...] um conjunto de dados ao mesmo tempo tensivos e figurativos” (GREIMAS; FONTANILLE, 1993, p. 56), que pode evidenciar um objeto, uma situação estereotipada, uma lei ou um axioma.

Somado a isso, a teoria do conceito entende que a formação dos conceitos se confirma como “[...] a reunião e compilação de enunciados verdadeiros a respeito de um determinado objeto” (DAHLBERG, 1978, p. 102). Frente a isso, a linguagem e os dispositivos de construção da enunciação e do discurso são responsáveis pela representação da informação.

O conceito é representado pelo signo, porém esse conceito é formado por informações anteriores construídas historicamente, além disso o conceito é uma concepção sobre algo do

mundo, por isso possui a função de representação, já que atua como uma interface entre objeto/fenômeno, linguagem e mente. Ademais, o conceito também possui a função de mediação, visto que o conceito, articulado através de um termo, possa contemplar o entendimento da realidade, para isso o intérprete precisa ter experiências com os signos, com as práticas, com as estratégias e com os discursos que modelam os mecanismos que viabilizam o conhecimento para acesso na mente humana. Com isso, é possível que essa soma histórica de discursos atualizem e potencializem o conceito toda vez que é aplicado.

Para a formação do conceito, há uma relação de signos por associações, que levam a formatação de discursos e todos estes “[...] pressupõem um mínimo de sentido comum, uma pré-aceitação de que trata de palavras importantes e significativas [...]”, essas atividades científicas, sociais e históricas são fundamentais para “[...] indicar a partir de quando um conceito tornou-se fruto de uma teorização e quanto tempo levou para que isso acontecesse” (KOSELLECK, 1992, p. 135).

Recuperar um conceito em um documento através da análise documentária é recuperar um simulacro de conceitos que dialogam na elaboração da enunciação do texto devido à sua densidade semântica e semiótica, pois sua manifestação pressupõe uma rede de conhecimentos. Diante disso, os conceitos que representam o conhecimento presente no documento apresentam um aspecto virtual e potencial de significação conforme o contexto ou o domínio em que é aplicado.

Essa verificação de simulacros conceituais confere ao documento o valor de verdade, pois um conceito se confronta e se alinha ao outro na constituição da enunciação, assim o conceito pode ser compreendido como “[...] a compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixada por um símbolo linguístico” (DAHLBERG, 1978, p. 102).

Não obstante, é sempre importante destacar a relação entre a realidade, o extralinguístico e a aplicação da linguagem para mediá-la na constituição de um conceito, já que este “[...] é sempre concomitantemente Fato (Faktor) e Indicador (Insikator). Todo conceito é não apenas efetivo enquanto fenômeno linguístico; ele é também imediatamente indicativo de algo que se situa para além da língua” (KOSELLECK, 1992, p. 136). Assim, o conceito é mecanismo responsável pela compreensão do sistema informacional, já que “[...] um conceito relaciona-se sempre àquilo que se quer compreender, sendo portanto a relação entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido, ou tomado inteligível, uma relação necessariamente tensa” (KOSELLECK, 1992, p. 136).

Além disso, a realização do conhecimento na construção do discurso garante a presença das características do conceito, pois é “[...] formulando enunciados sobre os atributos necessários ou possíveis dos objetos que se obtém as características dos respectivos conceitos” (DAHLBERG, 1978, p. 102). O entendimento acerca do conceito exige, além das implicações epistemológicas e filosóficas, uma análise social de propagação de sentido, pois os documentos e a relação com os usuários possibilitam a significação, visto que o conceito “[...] não é uma definição, mas seu

conteúdo tem uma relação causal apropriada com as coisas no mundo” (HJØRLAND, 2009, p. 1521, tradução nossa).

Dessa forma, a análise documental atua como filtro, por isso há aspectos semióticos em sua prática, pois além de representar o conhecimento presente nos documentos, é a partir desses documentos que se estruturam os sistemas de informação, que organizam conceitos e suas relações semânticas, os quais sustentam uma rede informacional, permitindo a atuação de um sistema de recuperação de informação (HJØRLAND, 2009).

Além de que o conceito se estabelece em um desdobramento lógico, em que conjunto de conceitos estão presentes desde unidades maiores até atingir unidades menores, ou ainda “[...] articula-se a um contexto ainda mais ampliado para além do próprio texto escrito ou falado” (KOSELLECK, 1992, p. 137), já que o conceito, em níveis linguísticos, manifesta-se em termos, todavia o conceito como interface de um elemento na realidade é manifestante em cenas práticas, as quais o projetam para discursos.

Os sistemas de informação precisam ser atualizados constantemente devido à intensa relação entre informação e produção social, cultural e científica, por isso as técnicas, métodos, estratégias e práticas de tratamento documental precisam ser dinâmicos, tendo em vista que os conceitos são “[...] significados construídos dinamicamente e negociados coletivamente que classificam o mundo de acordo com interesses e teorias” (HJØRLAND, 2009, p. 1522, tradução nossa), fato que “[...] significa dizer que todo conceito está imbricado em um emaranhado de perguntas e respostas, textos/contextos” (KOSELLECK, 1992, p. 137).

Os documentos constroem uma rede discursiva que se efetiva social e coletivamente, por isso durante a interpretação dos conceitos pela análise documental deve ser questionado seu valor social, cultural, histórico, ideológico, científico e político e a linguagem documental aplicada deve ser capaz de evidenciar os simulacros que estabelecem os conceitos, pois o desenvolvimento do conceito não pode ser compreendido “[...] isoladamente dos interesses e teorias que motivaram suas construções e, em geral, devemos esperar que concepções e conceitos concorrentes estejam em jogo em todos os domínios o tempo todo” (HJØRLAND, 2009, p. 1523, tradução nossa).

3. Gêneros, discurso e documento: aspectos para análise

Ao tratar de gênero textual, a teoria que ganha destaque é a de Mikhail Bakhtin (1895-1975). O teórico russo propõe uma perspectiva diferente daquela clássica evidenciada por Aristóteles, em sua *A Poética*, que ainda foi reestruturada e ratificada pelos clássicos, destacando os neoclássicos. A proposta de Bakhtin (2016) evidencia uma teoria contemporânea, em que se valoriza a natureza social da enunciação, em que os tipos estáveis de enunciados concretizam o gênero do discurso, fundamentados principalmente pelo estilo, composição e estilo temático.

No entanto, a semiótica discursiva francesa, com Algirdas Julius Greimas, na produção de *Maupassant* (1970), deu início a uma preocupação com o gênero que até então não se

manifestava nessa área de estudo. Nessa linha, Jacques Fontanille perseguiu essa temática em *Sémiotique et Littérature* (2012) e *Semiótica do Discurso* (2019), demonstrando fundamentos em busca de uma composição axiomática que pudesse responder aos problemas de definições de tipos textuais e discursivos, assim como aos aspectos semióticos que constituem os gêneros textuais e discursivos.

Frente a isso, o objetivo desta seção é apontar concepções acerca das diferenças entre texto e discurso a fim de compreender a constituição do gênero textual e gênero discurso, desse modo aplicar essas concepções aos recursos de análise e tratamento documental.

Desse modo, é válido destacar a compreensão acerca da construção de um universo socioletal confirmada por Greimas, no qual aponta que se trata de “[...] um conjunto de discursos que rege as produções posteriores de novos discursos” (PORTELA; SCHWARTZMANN, 2012, p. 72). Ainda, pode-se destacar que o “[...] gênero designa uma classe de discurso, reconhecível graças a critérios de natureza socioletal” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 228). Nessa linha, o estudo de gênero perpassaria por uma taxionomia não científica, a qual dependeria de postulados ideológicos, estabelecida em propriedades formais, isto é, “[...] uma teoria que recorta o seu objeto a partir de um olhar cultural, sempre relativo” (PORTELA; SCHWARTZMANN, 2012, p. 73).

Por outro lado, Fontanille identifica que “[...] se se busca distinguir os gêneros entre eles, rapidamente percebe-se que as variáveis que lhes concernem mudam o tempo todo e, em particular, de nível de pertinência” (FONTANILLE, 2012, não paginado). Desse modo, por mais que o teórico compreendesse as características flutuantes dos gêneros, devido “a variáveis extratextuais de caráter socioletal”, há uma proposta em descrever semioticamente o nível de pertinência e o plano (conteúdo e expressão) que caracterizam os elementos dos gêneros.

Nessa linha, é necessário debater as diferenças na constituição de texto e discurso, separando-os como duas grandezas, já que cada um possui aspectos próprios na configuração de sua execução e na configuração da significação. Primeiramente, é preciso entender que “[...] tanto o discurso quanto o texto são frutos de um mesmo processo significante”, sendo assim não se trata de duas semióticas, mas sim modos de analisar o mesmo fenômeno por dois pontos de vista distintos (PORTELA; SCHWARTZMANN, 2012, p. 75).

O texto pode ser entendido como a relação entre as dependências estruturais e as informações que estão fora dele, portanto é entendido como uma estrutura, já que estabelece um todo organizado de sentido, composto por procedimentos linguísticos; já o discurso se caracteriza pela conexão daquilo que se produz como discurso com a vinculação a um outro discurso, isto é, a configuração da realidade mediada por linguagem, “[...] um discurso não se constrói sobre a realidade, mas sempre outro discurso”, ou seja, a configuração discursiva se efetiva à base da ligação histórica entre discursos (FIORIN, 2012, p. 146).

Frente a isso, o discurso é visto como um objeto linguístico e histórico, o que leva a entender que “[...] é uma construção linguística gerada por um sistema de regras que define sua especificidade, mas, ao mesmo tempo, que nem tudo é dizível”, somado ao fato de que é

preciso possibilitar “[...] a análise de seu funcionamento frente à inscrição histórica” (FIORIN, 2012, p. 146).

Com isso, pode-se evidenciar que a diferença entre texto e discurso é marcada pela ordem da imanência do texto, enquanto o discurso se destaca pela manifestação. Além disso, é importante reforçar que tanto a imanência quanto a manifestação estabelecem índices de valores presentes na metalinguagem. Em suma, a manifestação “[...] é a presentificação da forma numa dada substância, o que significa que o discurso é do plano do conteúdo, enquanto o texto é do plano da expressão” (FIORIN, 2012, p. 148).

Somado a isso, pode-se dizer que o discurso “[...] é uma enunciação em ato e este ato é, primeiramente, um ato de presença: a instância de discurso não é autômato que exerce uma capacidade de linguagem, mas uma presença humana, um corpo sensível que se exprime”, assim o discurso é capaz de esquematizar representações e experiências (FONTANILLE, 2019, p. 81).

Ademais, o texto é “[...] aquilo que se dá a apreender, o conjunto dos fatos e dos fenômenos [...]”, ou seja, o texto “[...] resulta de um primeiro conjunto de operações – delimitação, segmentação, estabelecimento de dados – aplicadas ao fluxo contínuo da produção semiótica concreta” (FONTANILLE, 2019, p. 85). Ainda, inerente ao texto, é possível apontar “[...] a segmentação, a detecção das rupturas, das ligações e das transições”, fatores que possibilitam a identificação das figuras que se constituem na edificação do plano da expressão (FONTANILLE, 2019, p. 85).

Já o discurso é “[...] um conjunto de proposições organizadas; o discurso definido como o produto de uma enunciação [...]”, desse modo o discurso “[...] é uma instância de análise na qual a produção, isto é, a enunciação, não poderia ser dissociada de seu produto, o enunciado”, por isso que o discurso “[...] inventa incessantemente novas figuras [...]”, assim “[...] contribui para redirecionar e deformar o sistema que outros discursos haviam antes alimentado” (FONTANILLE, 2019, p. 86).

Como o discurso é capaz de esquematizar a representação e as experiências a fim de torná-las significantes e, assim, compartilhar, é possível correlacionar a semiótica discursiva com algumas propostas da ciência da documentação no que tange à configuração do documento e, conseqüentemente, acerca do seu tratamento e análise.

Desse modo, tendo em vista que análise documental é marcada pela tradução da linguagem natural expressa em um documento para a linguagem especializada, sob a qual se exigem procedimentos linguísticos, semióticos, de natureza metalinguística a fim de extrair de um todo organizado de sentido um conjunto de termos capazes de representar o conhecimento por ele veiculado.

Dessa maneira, ao pensar no procedimento de identificação de termos, percebe-se que nesse procedimento o documento é tratado em nível do texto e não há um tratamento voltado para as questões discursivas. Para Briet, documento é “[...] toda base de conhecimento fixada

materialmente [...]”, além de ser “[...] concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstruir ou provar” (BRIET, 2016, p. 1).

Além disso, os processos simbólicos de tratamento e de recuperação da informação se comportam em buscar soluções para diminuir a distância entre os estoques e o uso da informação a partir dos estudos das estruturas simbólicas da documentação, que tangem os processos documentários e a construção e verbalização da informação (LARA, 2008), ou seja, os métodos, procedimentos, práticas e estratégias de tratamento documental requer um mecanismo que possa analisar a significação manifestante no enunciado e na enunciação e oferecer condições de estabilizar o significado em termos para efetivar uma representação padrão, formal, conforme apontam as normas e que seja capaz de interagir no futuro com o usuário.

Nessa linha, o documento também é entendido como instrumento capaz de materializar a informação, assim caracterizando-se como material que atua como suporte, como conteúdo da informação e aporte informacional (ORTEGA; SALDANHA, 2019).

A relação entre texto e documento pode ser confirmada na concepção de que “[...] o documento pode ser entendido como um objeto que suporta a informação”, assim a comunicação pode ser repetida (MEYRIAT *et al.*, 2016, p. 241). Nesse aspecto, o documento é objeto fundamental na sistematização das informações, sobre o qual se aplicam procedimentos a fim de organizar o conhecimento, devido a isso há a formalização dos recursos linguísticos, evidenciando seus elementos mínimos: os signos, os quais são marcados pela terminologia especializada.

Por outro lado, o documento não é entendido apenas como suporte físico, também exerce a função de suporte potencial de informação, todavia sua disseminação informacional depende da relação com o seu usuário. O documento além de ser prova de um evento, também proporciona informações sobre esse evento, como um fato ocorrido no tempo-espço é passível de interpretação, por conseguinte portador de significação. Nessa perspectiva, o documento estabelece a comunicação com o usuário ou comunidade através da construção do discurso, estruturado pela enunciação em ato.

O documento é materializado e legitimado através dos indícios de significação presentes em sua composição, marcados por uma práxis enunciativa, já que o documento é produto de uma vontade, portanto não basta existir o documento como texto, é preciso haver o acesso e a interação comunicacional (MEYRIAT, 1981), elementos que acabam sendo responsáveis pela semiose.

Dessa forma, entende-se que o objeto ainda não é documento, pois a informação permanece virtual (MEYRIAT, 1981), ou seja, é o acesso ao documento que fornece a ele a condição discursiva de ser atualizado e realizado, assim possibilitando a organização, a classificação, a categorização de um conhecimento potencial.

O documento além de organizar o conhecimento é material simbólico que oferece condições para recontar a História, portanto sua materialidade como texto é fundamental para estabelecer as condições de provas e evidências, contudo seu dialógico com outros materiais atuando como guia em busca de referências indiciais para compreender o todo é marcado pela construção do

discurso que agrupa, reorganiza, alinha, sistematiza, envolve, dispensa, evidencia, apaga tantos outros discursos presentes na representação do conhecimento.

Por um lado, o documento é “[...] um objeto que suporta a informação, que serve para comunicar o que é durável [...]”; por outro, a informação “[...] não é tomada em sentido neutro e formal [...]”, ou seja, “[...] trata-se de uma informação que possui um sentido, para aquele que a emite e para aquele que a recebe” (MEYRIAT *et al.*, 2016, p. 241).

Em suma, para realizar a análise do documento explorando seu potencial de significação é preciso explorar o discurso em ato, dessa forma é necessário compreender os processos pelos quais se estabelecem a construção da enunciação, assim como sua relação com a configuração de figuratividade propostos pela construção de simulacros e valências com o intuito de estabilizar a isotopia, sob a qual pode ser aplicada a análise e o tratamento documental.

A isotopia é proposta da semântica textual e é definida como “[...] a redundância de uma categoria semântica em discurso”, assim se caracteriza por ser o conteúdo da coesão e da coerência (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa), ou melhor, a isotopia é o fenômeno semântico-discursivo em que os fatores apresentados no enunciado se equiparam a favor da manifestação da enunciação, ou seja, há uma conversão e uma coligação para que o discurso seja produto de coisas que coexistem em sua ação.

Assim, ao pensar como a significação se estabelece nos planos do texto e do discurso, pode-se apontar que para o discurso há “[...] uma perspectiva que consiste na construção progressiva desde a construção de regras típicas do plano de conteúdo, das articulações mais simples até o todo de uma afirmação complexa”; já para o texto, a perspectiva proporciona a análise de regras de construção do plano da expressão, assim “[...] essas regras condicionam a formação de um conjunto significativo” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa).

Com isso, constitui-se que essas duas perspectivas são aplicadas, estabelecidas, sistematizadas e organizadas pela enunciação, reunidas em um conjunto de “atos de significação” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa). Diante disso, a significação que é proposta pelo discurso é marcada pela intencionalidade e coerência; já o texto dispõe de meios para que os aspectos de significação possam ser apreendidos, já que oferecem um conjunto de motivações figurativas (FONTANILLE, 2012).

O discurso garante, através da ideia de coerência, a unidade significativa, enquanto é no nível do texto que ocorre a polifonia, também podendo ser denominada de “pluri-isótopos” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa). Porém, em uma análise que leva em consideração os processos textuais somados aos aspectos discursivos, os aspectos discursivos permitem controlar a polissemia, pois é possível “[...] conciliar a pluri-isotopia do texto com a coerência discursiva [...]”, ou seja, a pluri-isotopia manifestada no nível do texto proporciona uma pluralidade significativa, assim uma análise documentária que se enviesse pela busca terminológica no plano textual terá dificuldades no processo de representação, pois o termo estará isolado de

sua aplicação, já que é na enunciação que se pode “[...] postular que a cada isotopia textual se corresponda a uma só coerência discursiva” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa).

Esse impasse semântico se torna um problema de significação quando se estabelece diante da pluri-isotopia textual, no entanto a análise da enunciação possibilita aferir um significado estabilizado pela coabitação de várias coerências discursivas não só presentes em um texto, mas dialogando com tantos outros textos que evidenciam a intencionalidade discursiva.

Portanto, a coerência e a coesão apresentam dimensões de negociação entre as perspectivas do discurso e do texto. Portanto, a coerência “[...] interessa a orientação intencional do discurso e dá conta de fazer que uma enunciação coloque a pluri-isotopia do texto sob o controle de apenas um universo de sentido” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa), possibilitando uma compreensão universal mesmo com divergências informacionais, sobre as quais o conjunto de conceitos, aplicados como simulacros na enunciação em ato estabeleçam a congruência significativa, chegando aos conceitos que fundamentam a coabitação discursiva.

Para tanto, é preciso confrontar a construção de simulacros com o confronto com as valências na constituição da enunciação. Esses elementos determinados são valores pelas valências percebidas por correlações em zonas extremas conjugadas através de esquemas de variação em que se obtêm graus fortes e graus fracos, que determinam as zonas extremas.

Decorrente da energia em confronto, nessa correlação se definem os valores. Nessa linha, entende-se que “[...] o valor de uma posição depende, ao mesmo tempo, dos graus que a definem sobre os eixos de controle e do tipo de correlação (direta ou inversa) a qual a posição pertence” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa).

Dessa maneira, como consequência, “[...] a distribuição obtida é específica a uma cultura ou a um discurso, já que depende das valências que foram selecionadas em um discurso dado” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa). Além disso, é importante destacar que a variação cultural é apreendida pela percepção, assim, à medida que se percebem os valores e as figuras discursivas, pode se estabelecer a seleção das valências.

Com isso, entende-se que o conjunto de termos específicos se encontram no nível do texto, enquanto é no discurso que se atinge o complexo de conceitos, todavia não é o conceito isolado que evidencia o conhecimento, por isso é preciso analisar a enunciação, responsável pela sistematização do fluxo informacional, a qual é constituída pela correlação do plano da expressão (termos) e do plano do conteúdo (conceitos), que visam a representar práticas, objetos e formas de vida.

Os conceitos reconhecidos são organizados em uma rede semântica ou disposição sintática, assim esses fatores proporcionam a enunciação em ato, ou seja, uma práxis enunciativa, que é:

uma operação complexa de esquematização que parte da materialidade dos enunciados linguísticos, passa pela realização social de seus usos e chega a

enunciados mais gerais que os condensam na forma de um jogo codificado de linguagem potencial (PORTELA, 2008, p. 107).

A correlação semântica entre os conceitos no nível discursivo, ou seja, a somatória das diversas dinâmicas discursivas leva ao confronto com as valências, as quais são marcadas pelo posicionamento cultural e científico, quando não marcados ainda pela presença social, política e histórica.

Dessa forma, os conceitos que serão apontados para efetuar a representação do conhecimento no documento são resultado de uma análise que buscou uma programação energética referente à produção de simulacros, que também buscou apontar os fatores marcante e acordados no campo da presença e que, sobretudo, buscou diferentes apreensões que possibilitaram ordenar o conhecimento através de discursos que validaram sua instância de referência diante dos aspectos discursivos culturais.

Esses fatores são marcados por uma perspectiva pragmática da comunicação e operações que evidenciam “[...] o princípio de cooperação, o cálculo das implicaturas, o dialogismo, a polifonia [...]” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa), os quais são responsáveis por efetuar uma “coenunciação dos discursos”, isto é, a colaboração de vários parceiros para a construção de uma significação legítima, plural, dinâmica evitando procedimentos enviesados por procedimentos em que a estratégia esteja limitada à análise somente do nível textual.

A análise de um documento a fim de representar o conhecimento é efetivada pela marcação dos conceitos presentes na composição do discurso. Entretanto, é importante compreender como os documentos podem ser classificados como gêneros textuais e discursivos. A definição de gênero se evidencia pelo tipo argumentativo, que se efetua pela anteposição do “contrato de enunciação”, marcado pelas “[...] posições modais dos participantes na enunciação e os desafios sociais de sua interação” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa).

Quando se fala em gênero é comum recuperar a ideia de que seja um “[...] conjunto de convenções que definem a forma, a extensão, o referente e as modalidades de sua representação, tais como os temas e as figuras” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa).

Assim, pode-se indicar que há níveis de pertinência que conduzem a sua classificação, já que os gêneros são definidos por “[...] conjuntos de categorias gerais e constantes”, somado a isso evidencia-se a práxis enunciativa, estimulada pela participação em trocas culturais, por conseguinte há a formação das classes de textos e de discursos (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa).

Contudo, a formação de um gênero se realiza em contraste com outro, suas atribuições o caracterizam como tipo, o que é marcado por dinâmicas próprias e aspectos semióticos que se configuram em esquemas contínuos (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa).

Frente a isso, uma teoria dos gêneros se realiza em uma consistência de elementos combinatórios em um sistema, que determinam seus esquemas e suas trocas de valor, dessa

forma a práxis enunciativa se apoia em propriedades como “[...] estabilidade das categorias, esquematização do discurso, troca cultural e congruências locais e provisórias (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa).

Essa dinâmica garante o acesso à isotopia, principalmente pelo fato de estabilizar a coerência e a coesão textual e discursiva, assim estabilizando uma homogeneidade significativa na análise dos conceitos. Nessa perspectiva, a classificação dos gêneros textuais pode ser definida como longo e breve, em que há uma norma sociocultural, que pressupõe uma prática semiótica e uma escala de avaliação externa, em que há uma relação com “[...] um andamento interno da enunciação” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa).

Além disso, também pode ser classificado como aberto e fechado, em que há uma relação com “a unidade de leitura” e “unidade de edição”. Ademais, “[...] a unidade de leitura é a reunião de constantes no plano da expressão que, se coesas, dão sentido a um todo organizado”; por outro lado, “[...] a unidade de edição seria justamente o recorte que se faz dessas constantes da expressão” (PORTELA; SCHWARTZMANN, 2012, p. 77). Portanto, “[...] se a unidade de edição coincidir com a unidade de leitura, a leitura só será possível no interior de determinado recorte. No entanto, se as unidades não coincidirem, a leitura não se limitará ao todo, permitindo assim que partes sejam lidas isoladamente” (PORTELA; SCHWARTZMANN, 2012, p. 77).

Cada documento teria, portanto, uma classificação conforme a sua estrutura textual aplicada conforme a análise, porém documentos elaborados para a representação do conhecimento, como por exemplo o resumo, pode ser classificado como breve e fechado, definido, dessa maneira, como concentração, pois “[...] nos apresenta um espaço textual reduzido, fornecendo, no entanto, o máximo de sua significação” (PORTELA; SCHWARTZMANN, 2012, p. 77), já que sua estrutura é predefinida com a exposição sucinta do objetivo, método, resultado e conclusão, por isso denominado breve, ao mesmo tempo denominado fechado porque sua informatividade deve ser precisa e pontual para estabelecer a comunicação com os usuários das comunidades científicas interessadas.

Já o discurso é marcado pelas modalizações e atos de linguagem presentes na práxis enunciativa, ou seja, é “[...] uma enunciação – um conjunto de atos, de operações enunciativas – e, uma enunciação que decide sobre os valores e o que os manipula [...]”, conseqüentemente, “[...] o contrato de enunciação, os tipos de atos de linguagem requeridas, as modalizações dominantes por um ponto de vista pragmático”, somado ao fato de que “[...] as axiologias e as formas de evolução – os tipos de valores propostos, assim como as condições de sua atualização e de seu reconhecimento nos discursos” constituem o cenário de crenças, motivações, aptidões e efetuações (PORTELA; SCHWARTZMANN, 2012, p. 79).

Essas modalizações são responsáveis por estabilizar os atos de linguagem ou o discurso. Com isso, o discurso persuasivo é decorrente das modalizações assumir e aderir; o discurso incitativo, das modalizações querer e dever; o discurso de habilitação é marcado pelas modalizações

saber e poder; por fim, o discurso da realização é decorrente do ser e fazer (FONTANILLE, 2012, tradução nossa; PORTELA; SCHWARTZMANN, 2012).

Desse modo, percebe-se que a compreensão dos tipos discursivos pode contribuir para o tratamento documental evidenciando os vários discursos presentes em um documento, assim destacando em sua representação os valores que sobressaem nos objetivos informacionais. Um documento pode apresentar vários tipos discursivos, tal situação depende muito da configuração do documento.

Entretanto, pensando na elaboração de materiais para a representação do conhecimento, apresentando como exemplo o resumo, normalmente pode ser enquadrado no discurso informativo, já que é produzido para o saber. Somado a isso, destaca-se também o discurso de realização, já que o resumo tem o papel de ser a representação do documento original, ou seja, de marcar a presença da informação veiculada pelo documento original, assim como há o discurso performativo, em que evidencia o fazer, visto que o objetivo é um fazer virtualizado, a metodologia é um fazer atualizado, os resultados um fazer realizado e a conclusão um fazer potencializado.

4. Considerações Finais

A informação produzida pela humanidade é decorrente, principalmente, dos registros documentais, além de haver técnicas, procedimentos, práticas, estratégias e metodologias para tratar essa informação e promover a representação de seu conteúdo, assim garantindo o registro dos conceitos, que melhor traduzem o conhecimento desenvolvido e manifestado no documento para que seja recuperado por usuário no futuro.

A análise documentária, através do tratamento documental e a aplicação de linguagem documentária, possibilita mecanismos para efetuar com eficiência a representação do conhecimento presente no documento.

A análise dos conceitos presentes em um documento é fundamental para direcionar o fluxo informacional a ser representado para edificar o propósito do documento. Com isso, a relação semântica que os conceitos estabelecem podem ser tratados como simulacros, estes realizam a performance da enunciação em ato, assim evidencia as valências que constituem sua legitimidade frente aos aspectos discursivos, tal tratamento garante a evidência dos diversos discursos presentes no documento e como eles se confirmam em uma rede homogênea, ou se confrontam em diálogos heterogênicos.

Frente a isso, a semiótica discursiva se mostrou eficaz no propósito de corroborar a identificação dos conceitos pertinentes ao documento, explorando não apenas a classificação do gênero textual, mas também validando os conceitos que se efetivam em rede semântica através da correlação entre os aspectos discursivos que um documento veicula.

Nesse cenário, aplicar a semiótica discursiva às práticas de análise documentária colabora para a identificação dos simulacros e valências a fim de apontar os valores que perfazem a isotopia,

garantindo que a representação documental seja mediada por valores efetivos na produção informacional do documento.

Além disso, é possível distinguir, nos procedimentos que envolvem a análise documentária, as características que marcam o documento em sua significação frente a classificação como texto (aberto, fechado; longo e breve) em que demonstra a tradução da linguagem natural para uma linguagem especializada não é apenas identificação terminológica, mas sim que o conhecimento representado é dinâmico e está em constante diálogo com outros textos e outros grupos informacionais.

Somado a isso, a classificação do discurso permite a identificação dos simulacros e das valências que evidenciam os diversos aspectos semióticos presentes na intencionalidade de uso do fluxo informacional, desse modo um documento que represente o pensamento filosófico de uma dada época, ainda carrega valores históricos, culturais, podendo ainda evidenciar aspectos científicos, políticos, sociais, epistemológicos, metodológicos, entre outras possibilidades virtualizadas na existência do documento, as quais podem ser atualizadas sob diversas propostas conforme a intenção proposta na análise documentária.

5. Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BRIET, S. **O que é documentação?** Trad. Maria de Nazareth Rocha Furtado. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2016.
- BUCKLAND, M. K. What is a document? **JASIS**, v. 48, p. 804-809, 1997. Disponível em: <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/whatdoc.html>. Acesso em: 7 jan. 2023.
- BUCKLAND, M. K. Teoria dos Documentos: Uma Introdução. **UC Berkeley**, 2015. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/87s642x7> Acesso em: 7 set. 2022.
- BUCKLAND, M. Teoria do documento. **Organização do Conhecimento**, v. 45, n.5: p. 425-436, 2017. Disponível em: <http://www.isko.org/cyclo/document>. Acesso em: 7 set. 2022.
- COYAUD, M. **Introduction a l'étude des languages documenraires**. Paris: Klincksieck, 1966.
- DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 7, n. 2, dec. 1978. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115/115>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- FIORIN, J. L. Da necessidade da distinção entre texto e discurso. In. Beth Brait e Maria Cecília Souza-e-Silva (Orgs.). **Texto ou Discurso?**. São Paulo: Contexto, 2012.

FONTANILLE, J. **Semiótica y literatura: ensayos de método**. Trad. Desidero Blanco. Lima: Universidad de Lima, Fondo Editorial, 2012.

FONTANILLE, J. **Semiótica do discurso**. Trad. Jean Cristtus Portela. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2019.

FROHMANN, B. Knowledge and power in library and information science: toward a discourse analysis of the cognitive viewpoint, in Vakkari, P. and Cronin, B. (Eds). **Conceptions of Library and Information Science: Historical, Empirical and Theoretical Perspectives**, Taylor Graham, London, 1992. p. 135-48.

FROHMANN, B. Análise do discurso como método de pesquisa em biblioteconomia e ciência da informação. **Biblioteconomia e Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 16, n. 2, p. 119-138, 1994.

FROHMANN, B. Discourse and documentation: some implications for pedagogy and research, **Journal of Library and Information Science Education**, v. 42, n. 1, p. 13-28, 2001. DOI: 10.2307/40324034 Acesso em: 21 jun. 2022.

FROHMANN, B. Revisiting “what is a document?” **Journal of Documentation**, v. 65, n. 2, p. 291-303, 2009. DOI: 10.1108 / 00220410910937624. Acesso em: 21 jun. 2022.

FUJITA, M. S. L. A leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. **DataGramZero**, v. 5, n. 4, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6568>. Acesso em: 6 set. 2022.

FUJITA, M. S. L. A leitura do indexador: estudo de observação.. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, 1999. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/37946>>. Acesso em: 6 set. 2022.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Linguística Documental: Aplicacion a la Documentacion de La Comunicación Social**. Mitre: Barcelona, Espanha, 1984.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Teoria de la indización: nuevos parâmetros de investigación. **Traninformação**, v.1, n.2, 1989.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Análisis documental del discurso periodístico**. Madrid: CTD, S.A., 1992.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. Tratamiento y análisis de la documentación. En: VIZCAYA ALONSO, D. (comp). **Selección de lecturas: Fundamentos de la organización de la información**. La Habana: Universidad de La Habana, 2002.

GARDIN, J.-C. Elements d'un modèle pour la description des lexiques documentaires. **Bulletin des Bibliothèques de France**, n. 5, p.171-182, 1966. Disponível em: <https://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1966-05-0171-001> Acesso em: 01 maio 2022.

GARDIN, J.-C. Document Analysis and Linguistic theory. **The Journal of Documentation**, v. 29, n. 2, p. 137-168, 1973. DOI: <https://doi.org/10.1108/eb026553>. Acesso em: 01 maio 2022.

HJØRLAND, B. Concept Theory. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 60, n. 8, p. 1519-1536, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1002/asi.21082> Acesso em: 10 jan. 2021.

KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. Trad. Manoel Luís Salgado Guimarães. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.134-146, 1992.

LARA, M. L. L. G. O unicórnio (o rinoceronte, o ornitorrinco...), a análise documentária e a linguagem documentária. **DataGramaZero**, v. 2, n. 6, 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5294>. Acesso em: 14 dez 2022.

LARA, M. L. L. G. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, v. 16, n. 3, p. 231-240, 2004a. DOI: 10.1590/S0103-37862004000300003 Acesso em: 14 dez 2022.

LARA, M. L. L. G. Diferenças conceituais sobre termos e definições e implicações na organização da linguagem documentária. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 2, 2004b. DOI: 10.18225/ci.inf.v33i2.1050 Acesso em: 14 maio 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1050> Acesso em: 14 dez 2022.

LARA, M. L. L. G. Informação, informatividade e linguística documentária: alguns paralelos com as reflexões de Hjørland e Capurro. **DataGramaZero**, v. 9, n. 6, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6550>. Acesso em: 14 dez. 2022.

LARA, M. L. L. G. **Linguística Documentária**: seleção de conceitos. 2009. Tese (Livre Docência em Análise Documentária) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. DOI:10.11606/T.27.2019.tde-21112019-191517. Acesso em: 17 dez 2022.

LARA, M. L. L. G. Conceitos de organização e representação do conhecimento na ótica das reflexões do grupo temma. **Informação & Informação**, v. 16, n. 2, p. 92-121, 2011. DOI: 10.5433/1981-8920.2011v16n2p92 Acesso em: 14 dez 2022.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LÓPEZ YEPES, J. **La Documentacion como disciplina**: Teoria e História. 2. ed. EUNSA: Navarra, Espanha, 1995.

MEYRIAT, J. Document, documentation, documentologie. **Schéma et Schématisation**, Paris, n. 14, p. 51-63, 1981. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/download/2891/1788> Acesso em: 10 jan. 2021.

MEYRIAT, J. *et al.* Documento, documentação, documentologia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 21, n. 3, p. 240-253, set. 2016. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2891/1788>. Acesso em: 05 jan. 2021.

MOURA, A. P. de; LARA, M. L. G. de. Construir o edifício documentário: concepções de Paul Otlet para uma ciência e uma técnica dos documentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 2-17, dez. 2012. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1531/1064>. Acesso em: 2 jan. 2021.

MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. Perspectiva documental del procesamiento del lenguaje natural. **Procesamiento del lenguaje natural**, v 13, p. 41-46, 1993. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1014760>. Acesso em: 02 nov. 2022.

MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. **El contenido de los documentos textuales: su análisis y representación mediante lenguaje natural**. Gijón: Ediciones Trea, 2004.

ORTEGA, C. D.; SALDANHA, G. S. A noção de documento no espaço-tempo da Ciência da Informação: críticas e pragmáticas de um conceito. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 24, p. 189-203, mar. 2019. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/3920>. Acesso em: 23 dez. 2020.

OTLET, P. **Tratado da documentação: o livro sobre o livro, teoria e prática**. Trad. Taiguara Villela Aldabalde *et al.* Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2018.

PORTELA, J. C. Semiótica midiática e níveis de pertinência. In. Maria Lúcia Vissotto Paiva Diniz e Jean Cristtus Portela (Orgs.). **Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias**. Bauru: UNESP/FAAC, 2008. p. 95-115.

PORTELA, J. C.; SCHWARTZMANN, M. N. A noção de gênero em Semiótica. In. Portela, J. C. *et al* (Org.). **Semiótica: identidade e diálogos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 69-95.

SANTOS, P. Paul Otlet: um pioneiro da organização das redes mundiais de tratamento e difusão da informação registrada. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 2, p. 54-63, ago. 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652007000200006>. Acesso em: 2 jan. 2021.

RABELLO, R. A dimensão categórica do documento na ciência da informação. **Encontros Bibli**, v. 16, n. 31, 2011, pp. 131-156.

RABELLO, R. Documento e institucionalidades: dimensões epistemológica e política. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 23, n. 51, p. 138- 156, jan./abr., 2018. ISSN 1518-2924. DOI: 10.5007/1518-2924.2018v23n51p138.

TÁLAMO, M. F. G. M; MAIMONE, G. D. Jean-Claude Gardin e a análise documental: trajetória da constituição de uma semiologia da representação. **Anais..** Marília: FUNDEPE, 2015. Disponível em: 17 jan. 2021.

VOGEL, M. J. M. **A noção de estrutura linguística e de processo de estruturação e sua influência no conceito e na elaboração de linguagens documentárias**. 2007. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. DOI:10.11606/D.27.2007.tde-17032008-104245. Acesso em: 19 dez. 2020.

VOGEL, M. J. M. A influência de Jean-Claude Gardin e a linha francesa na evolução do conceito de linguagem documental. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. spe, p. 80-92, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362009000400006>. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362009000400006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 nov. 2022.

ANÁLISE SEMIÓTICA TENSIVA NO CONTO “PAI CONTRA MÃE”, DE MACHADO DE ASSIS

*TENSIVE SEMIOTIC ANALYSIS IN THE STORY “PAI
CONTRA MÃE”, BY MACHADO DE ASSIS*

*ANALYSE SÉMIOTIQUE TENSIVE DANS LE RÉCIT « PAI
CONTRA MÃE », DE MACHADO DE ASSIS*

Jennyffer Stheffanny Pereira da Silva

Universidade de São Paulo, USP, Brasil

Diana Luz Pessoa de Barros

Universidade de São Paulo, USP, Brasil

Resumo: A presente pesquisa visa a analisar o conto “Pai Contra Mãe”, publicado em 1906 e escrito por Machado de Assis, a partir da teoria semiótica tensiva, de Claude Zilberberg, tendo em vista os valores que circunscrevem a obra, o sensível e a afetividade presentes no contexto do percurso literário, assim como as dimensões e subdimensões subjetivas que fazem parte dessa “gramaticalização” semiótica do conteúdo. Para essa análise, focaremos nos valores de absoluto promovidos pela triagem do regime de exclusão em detrimento dos valores de universo que orientam a mistura do regime de participação; exploraremos o andamento e a tonicidade do eixo de intensidade, tal qual a temporalidade e a espacialidade pertencentes ao eixo de extensidade; finalizando, portanto, nos aspectos de ascendência ou descendência que ordenam o sobrevir do acontecimento central do conto. O estudo se justifica para uma visão mais sensível, reflexiva e crítica referente ao regime de exclusão racial e consequentemente social, sobretudo sob o viés dos princípios que regem a linha teórica da tensividade.

Palavras-chave: Semiótica; Tensividade; Valores de Absoluto; Triagem; Conto.

Abstract: This research aims to analyze the short story “Pai Contra Mãe”, published in 1906 and written by Machado de Assis, based on Claude Zilberberg’s tensive semiotic theory, bearing in mind the values that circumscribe the work, the sensitive and the affectivity present in the context of the literary journey, as well as the subjective dimensions and sub-dimensions that are part of this semiotic “grammaticalization” of the content. For this analysis, we will focus on the absolute values promoted by screening the exclusion regime to the detriment of the universe values that guide the mixing of the participation regime; we will explore the progress and tonicity of the intensity axis, as well as the temporality and spatiality belonging to the extensity axis; ending, therefore, in the aspects of ancestry or descent that order the supervening of the central event of the short story. The study is justified for a more sensitive, reflective and critical view regarding the racial

and consequently social exclusion regime, especially under the bias of the principles that govern the theoretical line of tensivity.

Keywords: Semiotics; Tensivity; Absolute Values; Screening; Tale.

Résumé: Cette recherche vise à analyser la nouvelle “Pai Contra Mãe”, publiée en 1906 et écrite par Machado de Assis, à partir de la théorie sémiotique intensive de Claude Zilberberg, en tenant compte des valeurs qui circonscrivent l’œuvre, les présents sensibles et affectifs dans le contexte de la trajectoire littéraire, ainsi que les dimensions et sous-dimensions subjectives qui participent de cette «grammaticalisation» sémiotique du contenu. Pour cette analyse, nous nous focaliserons sur les valeurs absolues promues par le filtrage du régime d’exclusion au détriment des valeurs d’univers qui guident le brassage du régime de participation ; nous explorerons le tempo et la tonicité de l’axe d’intensité, ainsi que la temporalité et la spatialité propres à l’axe d’étendue; dénouement, porteur, dans les aspects d’ascendance ou de descendance qui ordonnent la survenance de l’événement central de la nouvelle. L’étude se justifie pour un regard plus sensible, réflexif et critique sur le régime d’exclusion raciale et par conséquent sociale, notamment sous le biais des principes qui régissent la ligne théorique de tensivité.

Mots clés : Sémiotique ; Tensivité; Valeurs absolues; Dépistage; Content.

1. Introdução.

O conto “Pai Contra Mãe” foi publicado em 1906 no livro “Relíquias de Casa Velha” e tem como autor nada menos do que o consagrado escritor brasileiro Machado de Assis. A obra traz diversas reflexões sobre a escravidão no Brasil, pois se passa no momento anterior à sua abolição, embora a publicação tenha sido feita já no século XIX. A história se passa no Rio de Janeiro, e além de inicialmente nos apresentar alguns instrumentos e práticas associadas aos castigos aplicados aos negros durante o período escravocrata, o enredo se desenvolve em torno de Cândido Neves – ou também chamado de Candinho –, que tem como ofício a captura de escravos fugidos. Candinho e sua mulher Clara acabam tendo um filho, porém, devido à situação escassa e precária em que se encontravam, precisariam entregar a criança para a Roda dos Enjeitados, local que abrigava crianças abandonadas. No entanto, para que pudesse evitar tal infortúnio, Candinho encontra um anúncio e decide capturar e entregar a escrava Arminda para o seu senhor; o que acaba sucedendo no fatídico aborto da mulher grávida. O conto termina com Candinho conseguindo salvar o seu filho da Roda e ainda recebendo a recompensa de cem mil réis pela apreensão da escrava.

À vista disso, a semiótica tensiva é uma teoria que trabalha com as valências de intensidade e extensidade, ou seja, esta correspondente ao inteligível ou também chamado de “estados de coisas”, e aquela correspondente ao eixo sensível, aos denominados “estados de alma”. Desde o seu início, Zilberberg propendia a tensividade para a afetividade na construção e na produção dos sentidos, através de uma espécie de “gramaticalização” semiótica dos fenômenos ou uma

“prosodização do conteúdo” textual ou discursivo. Para isso, ele criou diversas categorias voltadas para os aumentos e diminuições que caracterizam as medidas subjetivas de um dado objeto, bem como os fatores que também participam dos campos de presença nos atos de enunciação.

Dessa forma, considerando os conceitos concedidos pela semiótica tensiva, o presente trabalho visa a analisar o conto “Pai Contra Mãe”, de Machado de Assis, tendo em vista os valores que perpassam a obra, o sensível e a afetividade apresentado pelo contexto durante o percurso literário e os graus de abrangência subjetivos responsáveis por uma leitura mais crítica e reflexiva no que se refere às questões de exclusão racial e destarte social da época. Para tal análise, nos assentaremos nos valores de absoluto promovidos pela triagem do regime de exclusão e, por conseguinte, concessivo; nos embasaremos também nos princípios de andamento e tonicidade do eixo de intensidade, e a temporalidade e a espacialidade pertencentes ao eixo de extensidade; exploraremos o sobrevir do acontecimento central da história; e por último, as partições ascendentes e descendentes que estruturam o conto.

Na próxima seção apresentaremos algumas reflexões e os conceitos semióticos tensivos a serem trabalhados nesta pesquisa, na segunda, analisaremos o conto propriamente dito, e para isso, selecionamos alguns trechos que auxiliarão de modo mais pertinente no panorama geral da pesquisa, encerrando, portanto, nas considerações finais deste trabalho. O estudo se justifica para uma leitura mais reflexiva e minuciosa acerca dos valores que promovem a segregação racial e social presentes na obra, sobretudo sob o viés da semiótica tensiva, de C. Zilberberg.

2. Reflexões e conceptualizações teóricas.

Desde o seu surgimento, o ponto de partida da semiótica era o de trabalhar o conceito de significação em diferentes manifestações de linguagens. Considerando o texto como um “todo de sentido”, para construir o seu sentido seria necessário, então, conforme estabelecido por Greimas, conceber o plano do conteúdo sob um percurso gerativo, que vai desde as estruturas mais simples e abstratas até às estruturas mais complexas e concretas: do nível fundamental, ao narrativo e discursivo. No entanto, aquém do esquema do percurso gerativo de sentido, encontra-se a semiótica tensiva, o “lugar imaginário em que a intensidade — ou seja, os estados de alma, o sensível — e a extensidade — isto é, os estados de coisas, o inteligível — unem-se uma à outra” (ZILBERBERG, 2011, p. 66). E desse modo, foi Claude Zilberberg quem adotou um novo caminho para a semiótica de linha francesa, mais vinculado aos fenômenos sensíveis e imponderáveis que permeiam os processos de significação. A intensidade, então, diz respeito ao sensível, aos estados de alma do sujeito, enquanto que a extensidade seria o eixo do inteligível, o chamado estado de coisas. Em sua teoria, o semioticista buscou evidenciar quantificações ou medidas subjetivas para determinar os graus que caracterizam certo conteúdo.

Enquanto que o interesse de Greimas era voltado para à ‘espera’, cuja estrutura organiza as etapas narrativas do discurso, Zilberberg voltava-se para à ‘surpresa’, pela imprevisibilidade que insurge na ordem lógica da construção do sentido. “Contudo, por caminhos aparentemente

antagônicos, ambos os semioticistas dispuseram-se a compreender (e explicar) os mecanismos pelos quais o ser humano produz significação” (TATIT, 2019, p. 13). Para isso, eles criaram categorias que se correlacionam tanto do ponto de vista morfológico quanto sintático, objetivando representar a forma emergente do sentido; seria uma espécie de “gramaticalização” semiótica dos fenômenos. Assim sendo, ao passo que Greimas preocupava-se em semiotizar os estados passionais, “o semioticista francês se empenhou em gramaticalizar nossas vivências e emoções, não vendo qualquer paradoxo na expressão “gramática do afeto”” (TATIT, 2019, p. 13-14).

À vista disso, “a variação de intensidade/extensidade, tanto para o foco quanto para a apreensão engendra formas tônicas e formas átonas, e a correlação entre tais variações pode ser conversa ou inversa” (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 219). Isso quer dizer que para a intensidade, os valores são considerados de ‘absoluto’, e é onde domina o foco; para a extensidade, os valores serão considerados de ‘universo’, e é onde domina a apreensão. “No caso dos valores de absoluto, parece que a triagem e o fechamento intervêm como operadores principais, tendo por benefício a ‘concentração’, enquanto os valores de universo pedem o concurso da mistura e da abertura, tendo por benefício a ‘expansão”” (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 47). Destarte, a correlação conversa seria o regime de participação, denominado de implicação; e a correlação inversa seria o regime exclusivo, denominado concessivo. Em suma, o regime de exclusão tem por operador a triagem, e o regime de participação tem por operador a mistura.

Sendo assim, com as valências, estamos diante de ‘gradientes de intensidade’ (referente à afetividade) e gradientes de extensidade (referente à funcionalidade). Dessa maneira, na intensidade trata-se do par impactante vs. tênue, enquanto que na extensidade, é o concentrado vs. difuso; cabendo-nos destacar aqui que “na perspectiva tensiva, a intensidade, ou seja, a afetividade, rege a extensidade” (ZILBERBERG, 2011, p. 17). Os valores de absoluto podem ser considerados como de impacto e concentrados, em contraposição aos valores de universo, que são tênues e difusos. Concisamente, “(i) a intensidade une o andamento e a tonicidade; (ii) a extensidade une a temporalidade e a espacialidade” (ZILBERBERG, 2011, p. 69); já a tonificação corresponde à acentuação, o “acento do sentido”; e a atonização, o enfraquecimento – essencialmente, a tonicidade e a atonia precisam a ênfase de um dado conteúdo. Além do mais, enquanto que a brevidade e a longevidade medem a duração, o andamento trata da aceleração e da desaceleração, da rapidez e da lentidão. Tais categorias foram concebidas por Zilberberg tendo em vista uma espécie de “prosodização do conteúdo”, com acentos e modulações, ascendentes ou descendentes, visando não apenas o funcionamento prosódico das línguas naturais, mas também os aumentos e diminuições que caracterizam a apreensão do sentido abstrato das coisas, bem como a organização do mundo sensível e afetivo.

Se a intensidade retrata o nosso mundo subjetivo, nossas “medidas” afetivas (os nossos estados de alma, nos termos da semiótica), a extensidade refere-se em princípio, ao mundo exterior, à quantidade dos elementos envolvidos (aos estados de coisas), ou, mais precisamente, ao grau de abrangência dos fatos abordados (TATIT, 2019, p. 71-72).

Cabe-nos aqui apresentar a noção de acontecimento, um conceito central da tensividade: “O acontecimento se realiza como uma intrusão, uma “penetração”, uma “brutalidade eficaz” (ZILBERBERG, 2011, p. 23); seria como um ato que desapropriasse o sujeito de suas competências modais, transformando-o em um sujeito do sofrer e aniquilando a duração temporal. “O acontecimento, por sua qualidade de tonação acentual, remete à tonicidade, enquanto por sua brevidade, sua irrupção, remete à celeridade do andamento” (ZILBERBERG, 2011, p. 132); temos aqui então um andamento extremo – o da instantaneidade –, e uma tonicidade superior. “Refere-se, portanto, ao fenômeno que sobrevêm no campo de presença do sujeito, amparado por cifras de alta velocidade e tonicidade, revertendo sua expectativa e programação de vida” (TATIT, 2019, p. 56); e pertencente ao regime concessivo.

Desse modo, “figura do inesperado, o acontecimento não poderia seriamente ser visado, ou seja, antecipado. O acontecimento não pode ser apreendido senão como algo afetante, perturbador, que suspende momentaneamente o curso do tempo” (ZILBERBERG, 2011, p. 169). Em outras palavras, “no calor do acontecimento, o sujeito se vê em conjunção com um sobrevir que transtorna e por vezes suprime a duração e a espacialidade. [...] O sobrevir do acontecimento vem anular a própria textura do tempo, isto é, a “virtude” potencializante da temporalidade” (ZILBERBERG, 2011, p. 189-190). Devido ao seu andamento rápido demais, temos uma intensidade forte, enquanto que o inteligível é nulo. Em suma, “sua ênfase recai sobre o caráter inesperado e quase inapreensível de sua ocorrência. Dotado invariavelmente de alta intensidade e forte concentração, o acontecimento é fruto de aparição repentina (o que sobrevém ao sujeito)” (TATIT, 2019, p. 35).

Segundo explica Tatit (2020), no movimento ascendente da teoria temos duas principais partições: o restabelecimento (menos menos) e o recrudescimento (mais mais). O restabelecimento subdivide-se em retomada e progressão; e o recrudescimento em ampliação e saturação. Já na orientação descendente, temos a atenuação (menos mais) – que pode ser moderada ou diminutiva – e a minimização (mais menos). No percurso ascendente, parte-se da extinção/extenuação ou vacuidade (somente menos) até chegar na plenitude ou saturação (somente mais); já no percurso descendente, é o contrário. Além do mais, no espaço tensivo podemos ir então do relaxamento (continuação da continuação) à tensão propriamente dita, mas também há a distensão (parada da parada), a contenção (parada da continuação) e a retenção (continuação da parada).

Zilberberg “sentia que o pensamento analítico utilizado para gerar suas categorias narrativas e discursivas não contemplava os conteúdos emocionais e as oscilações de afetos que participavam de quase todos os textos, especialmente os de natureza artística” (TATIT, 2019, p. 90); daí a necessidade da implementação de tais categorias de análise na semiótica. Portanto, a partir das noções apresentadas nessa teoria que se encontra aquém do percurso gerativo da significação, analisaremos a seguir o conto “Pai Contra Mãe”, de Machado de Assis, tendo em vista os valores tensivos que lhe circunscrevem e os graus de intensidade que estruturam a obra, já que, em suma, “o projeto do semioticista francês era exatamente este: procurar o ritmo, o tempo, o afeto, o acento e demais concepções tensivas no âmago da própria estrutura” (TATIT, 2019, p. 12).

3. Análise do conto.

O conto “Pai Contra Mãe” foi escrito por Machado de Assis e publicado em 1906 no livro “Relíquias de Casa Velha”. A história aborda a escravidão no Brasil e pode ser considerado pertencente à fase realista do autor, pela sua complexidade temática e ‘polêmica’. “Pai Contra Mãe” se passa no Rio de Janeiro e é narrado em terceira pessoa de modo onisciente e onipresente, apresentando logo no seu início uma viva descrição de diversos instrumentos utilizados para a repressão e punição dos escravos. Primeiro cita-se o ferro ao pescoço, depois o ferro ao pé, em seguida a máscara de folha-de-flandres, sendo que esta última “tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado” (ASSIS, 1906, p. 11). Nessa parte o narrador ainda acrescenta que: “Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel” (ASSIS, 1906, p. 11).

Assim sendo, baseado nos estudos tensivos, podemos constatar pela a análise da obra, uma completa predominância dos valores de absoluto sob os valores de universo, resultando numa triagem que visa o regime da exclusão, em detrimento de uma mistura que visa o regime da participação, tendo em vista essa segregação racial estabelecida para os negros na época da escravatura, sobretudo os classificados como fugitivos, conforme é descrito no seguinte trecho:

O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado (ASSIS, 1906, p. 11-12).

Com isto posto, considerando os princípios trazidos por Fontanille e Zilberberg (2001), o recurso da ‘pejoração’ e conseqüentemente o princípio da exclusão se concatenam por uma correlação inversa, que “leva à confrontação do “puro” e do “impuro”” (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 29) e delimitando assim uma zona exclusiva, classificando o que é bom ou mau a partir dessa visão escravocrata estabelecida pela hierarquia social e racial do tempo em questão. No caso da triagem a circulação de valores é sempre pequena, quase nula, e desacelerada, o que afeta não somente o aspecto social, mas também econômico dos indivíduos tidos como excludentes, ou seja, a população negra. Em suma, “identificamos a exclusão – concentração, regida pela triagem, e a participação – expansão, regida pela mistura, como duas principais direções capazes de ordenar os sistemas de valores” (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 49), e na obra, portanto, prevalece o sistema de exclusão.

À vista disso, ainda de acordo com o narrador, anúncios eram espalhados caso algum escravo escapasse, com sinais que facilitassem na identificação do fugitivo, sendo a caça e a captura destes um ofício muito comum e importante na época, devido à pobreza, à inaptidão do indivíduo para outros trabalhos ou até mesmo pela vontade do próprio sujeito de exercer tal função na sociedade. É assim que Cândido Neves – ou Candinho – o protagonista, surge

na história contada por Machado, pois após passar por inúmeros empregos e não obter êxito em nenhum, como na tipografia, no comércio, no cartório e nos correios, acaba adquirindo o ofício de capturar escravos fugidos, em consequência do completo estado de pobreza em que se encontrara já há um certo tempo. Cândido Neves se apaixona então por Clara e por não possuir mais do que dívidas, aceita desempenhar o mesmo ofício que o seu primo. Para ele:

Pegar escravos fugidos trouxe-lhe um encanto novo. Não obrigava a estar longas horas sentado. Só exigia força, olho vivo, paciência, coragem e um pedaço de corda. Cândido Neves lia os anúncios, copiava-os, metia-os no bolso e saía às pesquisas. Tinha boa memória. Fixados os sinais e os costumes de um escravo fugido, gastava pouco tempo em achá-lo, segurá-lo, amarrá-lo e levá-lo. A força era muita, a agilidade também (ASSIS, 1906, p. 18-19).

Nesse excerto, a concentração espacial e o andamento acelerado podem ser facilmente reconhecidos, pois Candinho focaliza somente na captura do escravo fugido e deixa para segundo plano qualquer outro fator à sua volta. “Para o regime que visa aos valores de absoluto, o máximo de intensidade está associado à unicidade, ou seja, a uma grandeza definida por sua tonicidade e sua exclusividade” (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 48); o que quer dizer que o entusiasmo de Candinho era tanto em se apoderar dos escravos fugidos, que lhe encantava aplicar essa espécie de “varredura” racial na sociedade sem carregar nenhum sentimento de culpa, pois acreditava que fosse o certo a se fazer, não somente pela recompensa que viria a adquirir com o cumprimento do ‘dever’, mas também por própria satisfação pessoal. De maneira concisa, “o mecanismo habitual da triagem consiste na extração de uma grandeza ou de um valor e na consequente eliminação dos elementos indesejáveis” (TATIT, 2019, p. 22).

Passaremos agora para o casal Clara e Candinho: “Quando a moça viu Cândido Neves, sentiu que era este o possível marido, o marido verdadeiro e único” (ASSIS, 1906, p. 15). Neste trecho, podemos apreender uma concentração na extensidade sob o ponto de vista também da exclusividade, o que, por conseguinte, decorre em um andamento mais breve e acelerado no eixo da intensidade. Em suma, “o andamento dirige a temporalidade segundo uma correlação inversa, isto é, a rapidez abrevia e concentra, ao passo que a lentidão alonga e distribui” (ZILBERBERG, 2011, p. 124). Cumpre-nos destacar que Candinho tinha trinta anos e Clara vinte e dois; ela morava com sua tia Mônica e tinha a incumbência de ajudá-la na costura. Ambos decidem se casar exatamente onze meses depois de se conhecerem, e mesmo não tendo recursos suficientes para proverem a vinda de uma criança ao mundo, Clara acaba engravidando, e a situação financeira do casal que já não era boa, converte-se em pior.

O enxoval da criança só poderia ser feito com retalhos, e além disso, os lucros vão se tornando cada vez mais escassos, até que finalmente chega o temido dia em que os escravos fugidos cessam de ir parar nas mãos de Cândido Neves, pois: “Havia mãos novas e hábeis. Como o negócio crescesse, mais de um desempregado pegou em si e numa corda, foi aos jornais, copiou anúncios e deitou-se à caçada. No próprio bairro havia mais de um competidor” (ASSIS, 1906,

p. 19). Dessa maneira, aqui, notamos um percurso ascendente no ofício de captura de escravos fugidos, pois há um recrudescimento de interessados ao trabalho, no entanto, para Candinho e sua família a correlação é inversa e de contenção, pois os lucros estão em descendência, mais especificamente situados na minimização, indo em direção à completa extenuação.

Deste modo, “a porção era escassa, os intervalos longos” (ASSIS, 1906, p. 17), suscitando em um espaço mais difuso e um andamento mais lento mediado por um regime implicativo, uma vez que se não há dinheiro, não há estabilidade ou tranquilidade para a família. Isso “quer dizer que as dívidas de Cândido Neves começaram de subir, sem aqueles pagamentos prontos ou quase prontos dos primeiros tempos. A vida fez-se difícil e dura. Comia-se fiado e mal; comia-se tarde. O senhorio mandava pelos alugueis” (ASSIS, 1906, p. 19-20). Já Clara, não tinha mais quase tempo de sobra, pois a necessidade de costurar para fora era colossal, mesmo com a ajuda de sua tia Mônica. Dessa forma, na última semana de gravidez de Clara, a tia Mônica decidira aconselhar o casal a entregar a criança à Roda dos Enjeitados, local que acolhia crianças indesejadas, abandonadas ou que não pudessem ser sustentadas pela família:

Em verdade, não podia haver palavra mais dura de tolerar a dois jovens pais que espreitavam a criança, para beijá-la, guardá-la, vê-la rir, crescer, engordar, pular...Enjeitar quê? Enjeitar como? Candinho arregalou os olhos para a tia, e acabou dando um murro na mesa de jantar. A mesa, que era velha e desconjuntada, esteve quase a se desfazer inteiramente (ASSIS, 1906, p. 21).

Nesse fragmento, a tonicidade encontra-se acentuada, provocando descompensada fúria em Candinho, a ponto de quase quebrar a mesa com apenas um murro ao ouvir tal conselho. A tonicidade impactante também aparece em tia Mônica, que “terminou a frase com um gesto de ombros, deu as costas e foi meter-se na alcova. Tinha já insinuado aquela solução, mas era a primeira vez que o fazia com tal franqueza e calor, – crueldade, se preferes” (ASSIS, 1906, p. 22). Em seguida, se estendendo para a retenção e para agravar ainda mais a situação, o dono da casa onde os três viviam decide lhes fazer uma visita, a fim de cobrar de Cândido os três meses de aluguel atrasados e o ameaçando dizendo que se dentro de cinco dias não fosse pago, colocaria todos na rua:

O credor entrou e recusou sentar-se, deitou os olhos à mobília para ver se daria algo à penhora; achou que pouco. Vinha receber os alugueis vencidos, não podia esperar mais; se dentro de cinco dias não fosse pago, pô-lo-ia na rua. Não havia trabalhado para regalo dos outros. Ao vê-lo, ninguém diria que era proprietário; mas a palavra supria o que faltava ao gesto, e o pobre Cândido Neves preferiu calar a retorquir. Fez uma inclinação de promessa e súplica ao mesmo tempo. O dono da casa não cedeu mais.

– Cinco dias ou rua! repetiu, metendo a mão no ferrolho da porta e saindo (ASSIS, 1906, p. 22-23).

A tonicidade acentuada pelo eixo da intensidade também é perceptível no excerto em questão, pois o proprietário do imóvel encontrava-se irritado pelas dívidas acumuladas dos meses de aluguel em atraso, assim como da parte do próprio Candinho, que tentou empréstimo, recorreu aos anúncios, foi a pessoas amigas, mas nada vinha a se resolver de seu lado: “A situação era aguda. Não achavam casa, nem contavam com pessoa que lhes emprestasse alguma; era ir para a rua” (ASSIS, 1906, p. 23). Sendo assim, os três acabaram postos para fora, e foi a tia Mônica quem conseguiu aposento de favor na casa de uma senhora velha e rica que conhecia. Convém destacar que dois dias depois nasceu a criança – e era um menino, conforme Clara e Candinho sempre desejaram; e sob o ponto de vista tensivo, aqui, temos a noção de acontecimento, que conforme já foi apresentado anteriormente e expresso por Tatit (2020), a ênfase recai sobre o seu caráter inesperado e de ocorrência quase inapreensível.

Por ser de alta intensidade e forte concentração, o acontecimento é algo que sobrevém ao sujeito, pertencente ao regime concessivo dado o surgimento de um conteúdo imprevisível. Foi quando, então, que Cândido reviu todas as suas notas de escravos fugidos e uma tratava-se especificamente de uma ‘mulata’ com a recompensa no valor de cem mil réis. No dia seguinte, ele resolve sair à procura da escrava e não a encontra, entretanto, um farmacêutico que se lembrava de ter vendido algo à pessoa com os sinais indicados por Cândido, lhe conta que havia visto a mulher três dias antes. Ao voltar para casa, ele cogita diversas alternativas para ficar com o filho, porém se vê obrigado a cumprir a promessa, e assim que o pequeno adormece, ambos seguem em direção à Roda: “Ao entrar na Rua da Guarda Velha, Cândido Neves começou a afrouxar o passo. – Hei de entregá-lo o mais tarde que puder, murmurou ele. Mas não sendo a rua infinita ou sequer longa, viria a acabá-la; foi então que lhe ocorreu entrar por um dos becos que ligavam aquela à Rua da Ajuda” (ASSIS, 1906, p. 26). Neste trecho, o andamento é lento e desacelerado e o espaço difuso e aberto, pela desmensurada vontade de Candinho de estender a permanência com o seu filho. Entretanto, ao entrar em um dos becos, Cândido vê a ‘mulata fugida’, e como a poucos passos estava a farmácia em que obtivera a informação anterior, ele decide pedir ao farmacêutico que ficasse com a criança por um instante, para que pudesse ir atrás da escrava e capturá-la. Do ponto de vista espacial tensivo, pode se então concentrar quando houver maior celeridade ou se difundir com a diminuição da velocidade.

A intensidade tônica volta novamente quando Candinho avista a mulher, segundo expresso pelo narrador no seguinte fragmento: “Não dou aqui a comoção de Cândido Neves por não podê-lo fazer com a intensidade real. Um adjetivo basta; digamos enorme” (ASSIS, 1906, p. 26). Dessa forma, “marcado por um andamento rápido demais para o sujeito, o acontecimento leva o sensível à incandescência e o inteligível à nulidade” (ZILBERBERG, 2011, p. 190). É quando no extremo da rua, Cândido aproxima-se da moça e a chama por Arminda, segundo constava no anúncio em que lera. Ao tentar fugir, ele amarra os seus braços com uma corda de algibeira, e ela então suplica para que ele a solte alegando estar grávida: “Estou grávida, meu senhor! exclamou. Se Vossa Senhoria tem algum filho, peço-lhe por amor dele que me solte; eu serei tua escrava, vou servi-lo pelo tempo que quiser. Me solte, meu senhor moço!” (ASSIS, 1906, p. 27). A escrava

gemia e se arrastava, dizendo que o seu senhor era muito mau e que provavelmente lhe castigaria cruelmente com açoites. Porém, Cândido não demonstrava se importar e dessa forma:

Foi arrastando a escrava pela Rua dos Ourives, em direção à da Alfândega, onde residia o senhor. Na esquina desta a luta cresceu; a escrava pôs os pés à parede, recuou com grande esforço, inutilmente. O que alcançou foi, apesar de ser a casa próxima, gastar mais tempo em lá chegar do que devera. Chegou, enfim, arrastada, desesperada, arquejando. Ainda ali ajoelhou-se, mas em vão. O senhor estava em casa, acudiu ao chamado e ao rumor (ASSIS, 1906, p. 28).

Cabe-nos mencionar que no conto, o relaxamento segue em direção à tensão a partir do momento em que Candinho teria que entregar seu filho à Roda, assim como Arminda teria que ser devolvida ao seu dono; sendo estes, causas de contenção. A distensão só é possível para Cândido, quando ele consegue a plena conjugação de seu filho, como veremos um pouco mais adiante. Deste modo, assim que Cândido entregou a escrava ao seu senhor, este abriu a carteira e imediatamente lhe recompensou com os cem mil réis prometidos no anúncio. Contudo, no chão, encontrava-se a mulher, que após algum tempo de luta, viera a sofrer um nefasto aborto:

Arminda caiu no corredor. Ali mesmo o senhor da escrava abriu a carteira e tirou os cem mil-réis de gratificação. Cândido Neves guardou as duas notas de cinquenta mil-réis, enquanto o senhor novamente dizia à escrava que entrasse. No chão, onde jazia, levada do medo e da dor, e após algum tempo de luta a escrava abortou (ASSIS, 1906, p. 29).

Nessa parte do conto, a intensidade permanece tônica dado os acontecimentos que sobrevém a ambos. Adentrando um pouco sob o ponto de vista passional, convém salientar que o medo pode ser concebido como um estado afetivo de perturbação ou desespero devido a uma sensação de perigo ou ameaça em relação a algo ou alguém. Segundo Fiorin (1992), o medo pode derivar de uma sanção pragmática negativa, além disso, constata-se também que sempre se exige a presença de um destinador que seja distinto do sujeito operador, tendo em vista que se não há sanção, não há medo. Sua aspectualidade acaba sendo durativa e dessa forma, é sempre definido como um estado de emoção em que se pressente um dano, uma perda, uma privação, na qual o sujeito que sente encontra-se vulnerável diante do que possa acontecer, provocando, portanto, uma espécie de reação imediata; como podemos comprovar tanto em Arminda com medo do seu senhor, quanto em Candinho, que diante da possibilidade de perder seu filho, reage à infortuna situação entregando a escrava grávida ao flagelo de seu dono. Assim sendo, a tonicidade plena só vai diminuindo até chegar em completa atonia e se tencionando para a distensão, quando Cândido Neves já está em conjugação de seu filho, conforme se segue nos trechos seguintes:

O fruto de algum tempo entrou sem vida neste mundo, entre os gemidos da mãe e os gestos de desespero do dono. Cândido Neves viu todo esse espetáculo. Não sabia que horas eram. Quaisquer que fossem, urgia correr à Rua da Ajuda,

e foi o que ele fez sem querer conhecer as consequências do desastre (ASSIS, 1906, p. 29).

Cândido então retorna para à farmácia em busca do filho que deixara aos cuidados do farmacêutico. Ao voltar para a sua casa com o pequeno no colo, ele explica à tia Mônica toda a situação e ela perdoa a volta da criança, dado que Cândido trazia no bolso os cem mil réis que ganhara por atribuição ao entregar Arminda. Além disso, ela também diz algumas duras palavras contra a escrava por conta do aborto e da fuga que cometera, bem como Cândido, que encerra o conto beijando o seu filho e abençoando a fuga da escrava, pois segundo ele: “nem todas as crianças vingam” (ASSIS, 1906, p. 30).

No conto, podemos constatar, portanto, os dramas paralelos de um pai e de uma mãe como resultado dos sofrimentos decorrentes das negligências sociais e raciais da época, e que “a tonicidade não afeta apenas uma “parte” do sujeito, mas sua integralidade” (ZILBERBERG, 2011, p. 171), pois o querer estar em conjunção com o objeto filho faz com que Cândido focalize somente em sua situação e condenando uma mulher, grávida e negra a um futuro de sofrimento, dor e tristeza sem nenhum remorso ou arrependimento, conforme manifestado pelo narrador ao final da história: “Cândido Neves, beijando o filho, entre lágrimas, verdadeiras, abençoava a fuga e não se lhe dava do aborto” (ASSIS, 1906, p. 30).

4. Considerações finais.

A semiótica tensiva é uma teoria voltada para a afetividade na construção e na produção do sentido, sob a qual se assenta em dois eixos principais: a intensidade, o sensível, e a extensidade, o inteligível; aquela regendo esta. Dessa forma, tendo em vista que essa teoria propicia um estudo mais sensível acerca dos textos e discursos, através de categorias que medem grandezas subjetivas, nesta pesquisa optamos por analisar o conto “Pai Contra Mãe”, de Machado de Assis, considerando os valores que perpassam a obra, sobretudo, no que concerne os fatores de exclusão racial e consequentemente social.

A partir dos valores de absoluto fomentados pela triagem do regime de exclusão que predominam na obra, assim como pelo andamento, pela tonicidade, pela espacialidade e as partições que regem o acontecimento central do conto, podemos apreender que a intensidade tônica, o fechamento e a concentração espacial, são elementos que constituem um panorama mais exclusivo ou mais especificamente, excludente, de um indivíduo sobre outro. Além disso, o sobrevir dos acontecimentos em relação à Candinho e Arminda, ou seja, a necessidade da entrega do filho para à Roda e o aborto da escrava ao ser levada para o seu dono, suscitam em uma reflexão mais profunda, sensível e crítica a respeito das negligências sócio-históricas-raciais da época e que foram retratadas por Machado através de tais infelizes circunstâncias paralelas.

5. Referências.

- ASSIS, Machado de. *Pai Contra Mãe*. In: Relíquias da Casa Velha. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1906.
- FIORIN, José Luiz. *Algumas Considerações Sobre o Medo e a Vergonha*. *Cruzeiro Semiótico*, nº 16, p. 55-63, 1992.
- FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. *Tensão e Significação*. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Discurso Editorial: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- FONTANILLE, Jacques. *Semiótica do Discurso*. Trad. Jean Cristtus Portela. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- TATIT, Luiz. *Análise Semiótica Através das Letras*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- TATIT, Luiz. *Passos da Semiótica Tensiva*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2019.
- TATIT, Luiz. *Bases do Pensamento Tensivo*. *Revista Estudos Semióticos (USP)*, v. 15, p. 11-26, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/156045/152316>>. Acesso em: 10 de março de 2023.
- TATIT, Luiz. *Claude Zilberberg e a Prosodização da Semiótica*. *Actes Sémiotiques*, v. 123, p. 123, 2020. Disponível em: <<https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/6466&file=1>>. Acesso em: 12 de março de 2023.
- ZILBERBERG, Claude. *Elementos de Semiótica Tensiva*. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit, Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

SEMIÓTICA DISCURSIVA E LEITURA: UMA BREVE ANÁLISE DO LIVRO-IMAGEM ONDA (SUZY LEE)

DISCURSIVE SEMIOTICS AND READING: A BRIEF ANALYSIS OF THE PICTURE-BOOK WAVE (SUZY LEE)

SÉMIOTIQUE DISCURSIVE ET LECTURE : UNE BRÈVE ANALYSE DU LIVRE-IMAGE "ONDA" (SUZY LEE)

Jakecilene Lindolfo Barbosa

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
jakecilene@hotmail.com

Sulemi Fabiano Campos

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
sulemifabiano@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho teve como principal objetivo analisar semioticamente o livro-imagem *Onda* (Suzy Lee) a partir do Percurso Gerativo do Sentido, considerando a característica semissimbólica do texto, ou seja, o diálogo indissociável entre as categorias do plano de expressão e as categorias do plano de conteúdo. A análise revelou que *Onda* (Suzy Lee) aborda a isotopia da infância como a passagem do estado de não saber para o estado do saber figurativizada pela experiência da descoberta do mar por uma garotinha. No texto, a artista mobiliza os formantes plásticos, os formantes figurativos e o próprio projeto gráfico-editorial, explorando as diferentes partes que compõem o livro-objeto (a capa, contracapa, folha de guarda, dobra), para fabricar o sentido da narrativa. Para alcançar tal objetivo, debruçamo-nos nos estudos de autores como Barros (2005), Fiorin (1990), Lara & Matte (2009), Floch (2001), Girão (2014; 2017) e Pietroforte (2020).

Palavras-chave: Análise semiótica; Percurso Gerativo do Sentido; *Onda* (Suzy Lee).

Abstract: The main objective of this work was to semiotically analyze the picture-boos *Wave* (Suzy Lee) based on the Generative Route of Sense, considering the semi-symbolic characteristic of the text, that is, the inseparable dialogue between categories of the expression plane and categories of the content plane. The analysis revealed that *Wave* (Suzy Lee) addresses the isotopy of childhood as the passage from the state of not knowing to the state of knowing figuratively represented by the experience of discovering the sea by a little girl. In the text, the artist mobilizes plastic formants, figurative formants and the graphic design itself, exploring the diferente parts that compose the object book (cover, back cover, endpaper, fold) to create the meaning of the narrative. To achieve this goal, we focused on studies by authors such as Barros (2005), Fiorin (1990), Lara & Matte (2009), Floch (2001), Girão (2014; 2017) and Pietroforte (2020).

Keywords: Semiotics Analysis; Generative Route of Sense; *Wave* (Suzy Lee)

Résumé : Ce travail avait pour principal objectif d’analyser de manière sémiotique le livre-image intitulé “Onda” (Suzy Lee) à partir du Parcours Génératif du Sens, en tenant compte de la caractéristique semi-symbolique du texte, c’est-à-dire du dialogue indissociable entre les catégories du plan de l’expression et les catégories du plan du contenu. L’analyse a révélé que “Onda” (Suzy Lee) aborde l’isotopie de l’enfance en tant que passage de l’état de non-savoir à l’état de savoir, figuré par l’expérience de la découverte de la mer par une petite fille. Dans le texte, l’artiste mobilise les formants plastiques, les formants figuratifs et le propre projet graphique-éditorial, explorant les différentes parties qui composent le livre-objet (la couverture, la quatrième de couverture, la feuille de garde, le pli) pour fabriquer le sens du récit. Pour atteindre cet objectif, nous nous sommes appuyés sur les études d’auteurs tels que Barros (2005), Fiorin (1990), Lara & Matte (2009), Floch (2001), Girão (2014; 2017) et Pietroforte (2020).

Mots-clés : Analyse sémiotique ; Parcours Génératif du Sens ; Onda (Suzy Lee).

1. Introdução

O presente artigo é produto de uma pesquisa de mestrado que objetivou desenvolver uma proposta teórico-metodológica com o livro-imagem *Onda* (Suzy Lee) para o ensino de leitura nas séries iniciais do ensino fundamental à luz da semiótica discursiva.

A pesquisa é de cunho qualitativo e está organizada de acordo com o seguinte caminho teórico-metodológico: 1. Pesquisa bibliográfica a partir de materiais já publicados – livros, artigos, dissertações e teses; 2. Análise semiótica de um objeto – o livro-imagem *Onda* (Suzy Lee); 3. Encaminhamentos pedagógicos para a leitura do objeto analisado.

Neste estudo, o foco estará no ponto 2, análise semiótica do livro-imagem *Onda* (Suzy Lee), que aborda a isotopia da infância como a passagem do estado do não saber para o estado do saber a partir da experiência de descoberta do mar protagonizada por uma garotinha. No texto, a artista mobiliza os formantes plásticos, os formantes figurativos e o próprio projeto gráfico-éditorial, explorando as diferentes partes que compõem o livro-objeto (a capa, contracapa, folha de guarda, dobra) para fabricar o sentido da narrativa.

2. Fundamentação teórica

A semiótica discursiva fornece fundamentos para compreender a leitura como uma atividade de produção de sentidos que integra autor-texto-leitor e considera as relações entre o fazer persuasivo do enunciador (autor) e o fazer interpretativo do enunciatário (leitor). A leitura é, nessa perspectiva, o resultado da junção entre o plano de expressão (materialidade) e o plano do conteúdo (significado) do texto.

Segundo Barros (2002, p. 7), os estudos semióticos se apresentam como uma possibilidade de explicar “o que o texto diz” e “como ele faz para dizer o que diz”. Sendo assim, admite o estudo do texto nas suas mais variadas manifestações: visuais, gestuais, verbais ou sincréticas.

O texto é, então, uma unidade de sentido dotada de plano de conteúdo (significado do texto) e plano da expressão (materialidade do texto). Além disso:

[...] o texto só existe quando concebido na dualidade que o define — objeto de significação e objeto de comunicação — e, dessa forma, o estudo do texto com vistas à construção de seu ou de seus sentidos só pode ser entrevisto como o exame tanto dos mecanismos internos quanto dos fatores contextuais ou sócio-históricos de fabricação do sentido. (BARROS, 2002, p. 7-8)

Sendo assim, sob a ótica da semiótica discursiva, o texto é um todo de sentido, relacionado a um contexto sócio-histórico que influencia o processo de significação, bem como implica aspectos internos do texto, sua organização, estrategicamente construída.

Para a análise do plano do conteúdo, a teoria utiliza um modelo teórico-metodológico chamado Percurso Gerativo do Sentido (PGS), uma forma de descrever como os sentidos se constituem nos textos. Conforme elenca Barros (2002, p. 9), o PGS “[...] vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto” e possui três etapas (nível fundamental, nível narrativo e nível discursivo), “[...] podendo cada uma delas ser descrita e explicada por uma gramática autônoma, muito embora o sentido do texto dependa da relação entre os níveis”.

No nível discursivo, tornam-se latentes “as astúcias da enunciação”, entendida como uma instância de mediação entre as estruturas narrativas e discursivas. A sintaxe discursiva é, portanto, organizada quando o sujeito da enunciação assume as estruturas narrativas e converte-as em discursivas. Isto é, a enunciação concretiza o processo de produção do discurso a partir da apreensão dos valores semânticos do texto.

Para a teoria semiótica, os discursos são fabricados a partir de diferentes projeções da enunciação com o intuito de convencer o destinatário de que são verdadeiros, podendo produzir dois efeitos de sentido básicos: proximidade ou distanciamento e realidade ou referente (BARROS, 2002, p. 54-62). Isto é, as categorias de pessoa, espaço e tempo tornam-se material para a produção do discurso, e a forma com a qual esses procedimentos são utilizados criam os diferentes efeitos de sentido.

O efeito de proximidade/distanciamento, ou de subjetividade/objetividade como aponta Fiorin (1990), pode ser fabricado pelos procedimentos de *debreagem* ou *embreagem*. De acordo com Pietroforte (2020, p. 19-20), ambos se manifestam em dois tipos de enunciação: a *enunciva* e a *enunciativa*. Na enunciação *enunciva*, o efeito criado é o de objetividade e na enunciação *enunciativa*, é o de subjetividade.

O efeito de realidade ou referente, ou de verdade como aponta Fiorin (1990), é materializado no discurso a partir de dois mecanismos: a *debreagem* interna e a *ancoragem*. A *debreagem* interna é um procedimento sintático que produz o efeito de realidade ou referente a partir do uso do discurso direto, que cria a ilusão de veracidade. Já a *ancoragem* é um procedimento semântico

que produz esse mesmo efeito a partir da especificação do espaço, do tempo e dos atores do discurso, uma vez que tais conteúdos contribuem para ancorar o texto na história.

Já a coerência semântica do nível discursivo é assegurada pelo sujeito da enunciação a partir dos percursos temáticos e figurativos do texto. Há dois procedimentos semânticos do discurso: a tematização e a figurativização. Os temas e figuras revestem os esquemas narrativos de um texto para produzir o discurso. Enquanto os textos predominantemente temáticos priorizam a explicação mais científica da realidade, os textos predominantemente figurativos criam, a partir da representação das coisas do mundo natural, um simulacro de realidade. É, portanto, a partir da análise dos percursos temáticos e figurativos de um texto que chegaremos à(s) isotopia(s) presentes no nível discursivo de um texto, que nos apontam um caminho de leitura, de produção de sentido.

No nível narrativo, é necessário, inicialmente, diferenciar narratividade de narração. Para isso, Fiorin (1990, p. 21) traz considerações importantes, afirmando que a primeira é “[...] uma transformação situada entre dois estados sucessivos e diferentes” comum a todos os textos, e a segunda “[...] constitui a classe de discurso em que estados e transformações estão ligados a personagens individualizadas.” Em suma, a narratividade é uma característica presente em qualquer tipo de texto – seja ele descritivo, instrutivo, narrativo, argumentativo, etc. – marcando a transformação de um estado inicial a um estado final. Já a narração é uma característica desenvolvida em estruturas textuais narrativas.

Tendo em vista a existência da narratividade nos textos, cabe entender que há uma sintaxe a partir da qual podemos determinar os participantes (actantes) e seus respectivos papéis representados no texto (actantes funcionais). Devemos, portanto, compreender essa engrenagem sintática como um espetáculo descrito na organização da narrativa (BARROS, 2002, p. 16). Um espetáculo orquestrado pelo enunciador do texto, que faz escolhas linguísticas para criar os mais variados efeitos de sentido.

A engrenagem mínima da sintaxe narrativa é constituída por enunciados elementares que estabelecem uma relação de transitividade entre dois actantes, o sujeito e o objeto. Eles podem se materializar de duas formas, a saber: enunciados de estado, quando o sujeito se relaciona com o objeto por junção (conjunção ou disjunção); e enunciados de fazer, quando o sujeito opera uma transformação em relação com o objeto, ou seja, quando há “[...] passagem de um estado a outro, [...] de um estado conjuntivo a um estado disjuntivo e vice-versa.” (BARROS, 2002, p. 19).

A junção pode ser expressa por enunciados de estado conjuntivos ou disjuntivos. A relação de conjunção é marcada pela aquisição do objeto pelo sujeito ($S \cap O$). Já a relação de disjunção é marcada pela privação do objeto pelo sujeito ($S \cup O$). Segundo Fiorin (1990, p. 22), “não se pode confundir sujeito com pessoa e objeto com coisa. Sujeito e objeto são papéis narrativos que podem ser representados num nível mais superficial por coisas, pessoas ou animais.”

Na semiótica discursiva, a sequência narrativa canônica é composta por quatro fases: manipulação, quando um sujeito age sobre o outro com o intuito de levá-lo a querer e/ou dever

fazer algo; competência, quando o sujeito central da narrativa adquire um saber e/ou poder fazer; performance, quando o sujeito competente realiza a principal transformação da narrativa; e sanção, quando ocorre o reconhecimento/ a constatação da *performance*.

As modalizações do ser e do fazer modificam as relações dos sujeitos com os objetos.

A modalização dos enunciados de estado é também denominada *modalização do ser* e atribui existência modal ao sujeito de estado. A modalização de enunciados de fazer é [...] responsável pela competência modal do sujeito do fazer, por sua qualificação para a ação [...] (BARROS, 2002, p. 43).

Esse par de modalizações é regido por quatro modalidades essenciais: o querer, o dever, o poder e o saber. Nas modalizações do fazer, há distinção entre dois aspectos: o fazer-fazer – feito pelo destinador para comunicar os valores modais ao destinatário-sujeito – e o ser-fazer – organização da competência do sujeito.

No que se refere às modalizações do fazer, Lara e Matte (2009, p. 25) apresentam quatro possibilidades de modificação do sujeito: sujeito potencial – aquele que não quer, não deve, não pode e não sabe fazer; sujeito virtual – aquele que quer ou deve fazer, mas não sabe e não pode; sujeito atualizado – aquele que quer ou deve fazer, sabe e pode; e o sujeito realizado – aquele que já fez. “Assim, uma vez manipulado (por um querer e/ou dever fazer) e dotado de competência (saber e poder fazer), o sujeito realiza a ação (faz ser = *performance*), sendo, em seguida, sancionado positiva ou negativamente.”

Já nas modalizações do ser, há o exame de dois ângulos distintos: o da modalização veridictória, que determina a relação entre sujeito-objeto e é articulada pelas categorias /ser/ x / parecer/, gerando os valores de verdade, falsidade, mentira e segredo; e o da modalização pelo querer, dever, poder e saber, que alteram a existência modal do sujeito a partir do investimento de valores nos objetos, produzindo efeitos de sentido “passionais” (BARROS, 2002, p. 43).

Sendo assim, as modalidades querer, saber, poder e dever modificam a existência modal do sujeito de estado, revelando uma dimensão patêmica da semântica narrativa que também cria efeitos de sentido afetivos. Ou seja, as paixões organizam a narrativa a partir da modificação dos “estados de alma” dos sujeitos dos percursos modais.

No nível fundamental, identificam-se as relações entre os termos contrários (exemplo: vida x morte), contraditórios (exemplo: vida x não vida; morte x não morte) e os subcontrários (exemplo: não vida x não morte). Segundo Barros (2002, p.), são classificadas como eufóricas as categorias constituídas por valores positivos e disfóricas as constituídas por valores negativos. Considerando a oposição semântica vida x morte, podemos classificar, para efeito de exemplificação, o termo “vida” como eufórico e o termo “morte” como disfórico, uma vez que a marcação da categoria fórica (ou tímica) depende do texto analisado.

Fiorin (1990, p. 20), explica que a sintaxe do nível fundamental “[...] abrange duas operações: a negação e a asserção.” Para a categoria semântica vida x morte encontramos dois percursos possíveis:

1)	vida	não vida	morte
2)	morte	não morte	vida

Considerando “vida” como valor positivo e “morte” como valor negativo, podemos dizer que o percurso 1 é disforizante, pois marca a negação da vida em direção à asserção da morte. Já o percurso 2 é euforizante, uma vez que marca a negação da morte em direção à asserção da vida. Desse modo, compreendemos que “[...] a categoria fórica, quando é projetada sobre a categoria semântica, determina a orientação do percurso entre os termos do quadrado semiótico.” (PIETROFORTE, 2020, p. 15)

3. Análise semiótica do livro *Onda* (Suzy Lee)

A análise semiótica do livro *Onda* (Suzy Lee) seguirá um caráter descritivo-interpretativo, estruturando-se a partir das etapas constitutivas do PGS. Esse percurso analítico terá início com a exploração da camada mais superficial do texto – as estruturas discursivas; continuará com a análise da camada intermediária do livro – as estruturas narrativas; e finalizará com a reflexão sobre a camada textual mais profunda – as estruturas fundamentais. É necessário explicitar que *Onda* (Suzy Lee) é um texto semissimbólico, fato que nos impele relacionar de forma indissociável categorias do plano de expressão (no caso do nosso objeto de análise, os formantes plásticos que o compõe) com categorias do plano do conteúdo para produzir sentidos.

3.1. As estruturas discursivas do texto

O livro-imagem *Onda* (Suzy Lee) é um texto que manifesta o conteúdo em um sistema de significação sincrético predominantemente visual. No que se refere às especificidades da visualidade explorada no projeto gráfico do livro, a artista mobiliza, na produção textual, os formantes plásticos – categorias topológicas (posição), eidéticas (forma) cromáticas (cor) e matéricas (técnicas artísticas) – e os formantes figurativos – figuras do mundo que auxiliam na criação dos efeitos de realidade no discurso, elementos que compõe o plano de expressão do objeto analisado.

A única manifestação da linguagem verbal no livro aparece na palavra que dá nome à narrativa infantil, mas que é também materializada na plasticidade das técnicas de pintura da obra, na sua visualidade. Na capa, como veremos mais detalhadamente adiante, a palavra “Onda”

é escrita com características de um traçado feito com giz de cera, aproximando-se do contexto escolar infantil e conseqüentemente da isotopia da infância. O título não deve ser visto de forma isolada, pois cria, juntamente com os desenhos dos pássaros, o movimento da onda, compondo a tessitura visual da obra. O projeto gráfico-editorial também significa, explorando as diferentes partes que compõem o livro-objeto (a capa, contracapa, folha de guarda, dobra) para fabricar o sentido da narrativa.

No livro-imagem *Onda*, a artista usa duas técnicas diferentes, carvão e óleo, para construir uma narrativa visual que conta a história do encontro divertido, possivelmente o primeiro, de uma personagem infantil com o mar. Desde a capa, já podemos visualizar algumas pistas que auxiliam no processo de ancoragem do texto, pois ela apresenta atores do enunciado (actorialização) que interagem entre si no decorrer da narrativa: a menina – posicionada no centro do primeiro plano –, o mar – localizado diante da criança – e os pássaros – ocupando o terceiro plano da imagem juntamente com o título escrito em letra cursiva; o espaço (espacialização) – a praia; e o tempo (temporalização) – naquele dia.

A partir dessas primeiras informações presentes na capa já é possível perceber o uso do procedimento de debreagem enunciativa, projetando na enunciação uma terceira pessoa (ela), o tempo do então (o dia do encontro) e o espaço do lá (a praia) do enunciado. Em outras palavras, a projeção da enunciação no enunciado é do tipo *ele-então-lá*, conforme Fiorin (1990), e produz um efeito de objetividade.

Imagem 3 – Capa do livro *Onda* (Suzy Lee)



Fonte: LEE (2017)

O jogo enunciativo experienciado entre enunciador (autor)/enunciatório (leitor) durante a leitura de um livro-imagem pode afetar o público da obra de variadas formas. Lee (2012, p.

148 apud GIRÃO, 2017, p. 101) explica que esse convite para o sentir a partir da visualidade, ao invés de impressionar aquele que lê, pode causar certo estranhamento. Consoante a própria autora:

Parece que os livros-imagem dizem: “Eu vou mostrar para você. Apenas sintá”. Em certo sentido pode ser impressionante, mas também pode ser frustrante como estar diante de um sábio calado. O leitor pode achar estranha a maneira de ser do livro-imagem. Por isso, pode passar bastante tempo até que se possa realmente “entrar” no livro.

A ilustração da capa visualizada na Imagem 1 já aponta as duas técnicas usadas pela autora no decorrer da narrativa visual. O grafismo em carvão (tons de preto e cinza) aparece no desenho da menina e dos pássaros enquanto a pintura aquarelada a óleo compõe a imagem do mar (tons de azul).

Ao abrir o livro, o leitor é surpreendido com uma pintura na cor cinza que se inicia na guarda e atravessa a dobra do livro, duplicando-se para a margem direita, conforme imagem abaixo:

Imagem 2 – Guarda do livro *Onda* (Suzy Lee)



Fonte: LEE (2017).

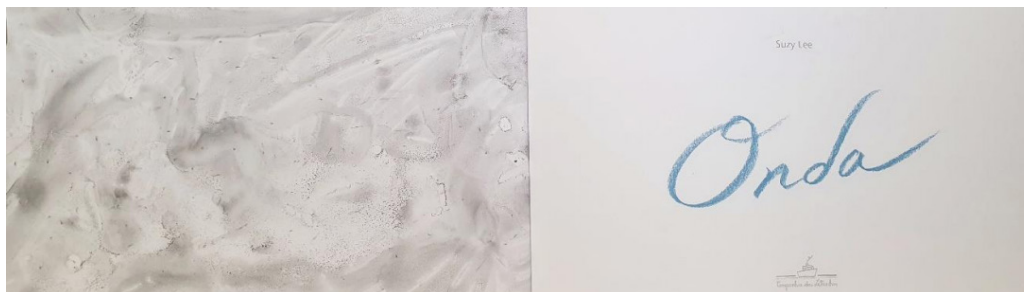
Estas páginas não aparecem no livro aleatoriamente. A não presença dos actantes da narrativa logo após sua apresentação na capa cria uma expectativa no leitor. Ou seja, o enunciador, intencionalmente brinca com o enunciatário, criando uma tensão a partir da omissão da figurativização textual, para convidá-lo a imaginar o que está por vir, o que buscar nas páginas seguintes. Temos, então, um momento de pausa para construir hipóteses sobre o devir.

Podemos perceber que o livro *Onda* possui um formato retangular quando fechado, de aproximadamente 31x18cm de largura, que é duplicado quando o livro está aberto (NUNES, 2013). O espaço ocupado pela largura duplicada fornece uma visão panorâmica da cena presente em cada página e dialoga com o ambiente em que se desenvolve a história: a praia.

Mais um virar de páginas e nos reencontramos com os tons de azul na folha de rosto. Começa, neste momento, a delimitação gráfica dos diferentes ambientes da narrativa. A dobra do livro separa o vazio cinza do lado esquerdo e o título do livro do lado direito. A plasticidade também se apresenta na grafia da palavra “Onda”, criando uma imagem de fluidez, característica

do movimento marítimo. Inferimos, por conseguinte, que essa página dupla indica o objeto a ser alcançado no programa narrativo da protagonista do livro.

Imagem 3 – Folha de rosto do livro *Onda* (Suzy Lee)



Fonte: LEE (2017).

A narrativa visual do livro analisado está dividida em 3 momentos: a chegada à praia, o encontro com o mar e o pós-encontro. Assim como os outros dois livros-imagem que compõem a Trilogia da Margem, *Onda* aborda a isotopia da infância, narrando o primeiro encontro lúdico de uma menina com o mar, figurativizando um momento de descoberta / aprendizagem infantil.

Sabendo que um mesmo tema pode ser explorado na instância da enunciação de distintas formas, os percursos temáticos e figurativos também podem variar. Por essa razão, alinhamos esta análise à isotopia da infância como a passagem de um estado do não saber para um estado do saber, uma vez que o livro narra um momento de descoberta de algo novo vivenciada por uma garotinha, a experiência de conhecer o mar e a dinâmica das ondas. Entretanto, podemos dizer que, no caso do objeto analisado, o saber adquirido é advindo da experiência sensorial com o mar, versando com a etimologia da palavra latina *sapere*, que significa ter gosto, exalar um cheiro. Ou seja, resgata essa vinculação com os sentidos, com o sentir junto.

Girão (2014, p. 729) pontua que, em uma tradução livre do coreano para o português, o título da narrativa seria “Ei, onda, vamos brincar”. Mais um elemento que nos direciona para o universo infantil e fornece elementos para alinharmos a interpretação do texto à isotopia da infância.

3.2. As estruturas narrativas do texto

O percurso narrativo do livro-imagem tem início com a menina enquanto sujeito virtual que busca o valor ideológico “conhecimento” figurativizado pelo encontro com o mar. Como sabemos, a narratividade de um texto consiste em uma transformação de um estado inicial para um estado final.

O percurso narrativo experienciado pela menina assume uma dimensão patêmica, possibilitando a transformação dos estados de alma da actante principal da narrativa. O encontro lúdico com o mar e a descoberta infantil desse lugar ainda inexplorado impulsionam um misto de emoções (curiosidade, medo, surpresa, alegria, satisfação), que guiarão as ações da protagonista.

Na primeira parte da narrativa, chegada à praia, a menina assume o papel actancial de sujeito virtualizado, modalizada por um querer-ser e um querer-fazer. Em outras palavras, ela quer entrar em conjunção com o objeto “mar”, e uma mulher adulta, provavelmente mãe da criança, exerce o papel actancial de adjuvante, levando a gatotinha à praia e auxiliando-a na realização do seu desejo. A imagem 4 serve funciona como ilustração desse momento.

Imagem 4 – Chegada à praia



Fonte: LEE (2017).

A página duplicada fornece a visão da faixa de areia e dos actantes, ilustrados em tons de preto e cinza. A menina aparece correndo em diagonal, assumindo o primeiro plano da imagem, indício do seu papel actancial de sujeito da narrativa. Em segundo plano, surge outra personagem, supostamente a mãe, que ajuda a garotinha a chegar à praia. Em terceiro plano, podemos enxergar os pássaros e algumas ondulações que se assemelham a dunas. Há, nesse início da história, unidade espacial, identificada principalmente pelas categorias eidéticas (retilíneo – linhas retas do horizonte em oposição ao curvilíneo – curvas das dunas) e cromáticas (tons de preto e cinza).

No cenário desenhado na imagem 4, a linha horizontal que une as duas páginas dá a ideia de amplitude por seu caráter retilíneo. Por outro lado, as curvas das dunas inserem o movimento à imagem dado o seu caráter curvilíneo, conectando-se ao movimento dos pássaros e das pessoas. Em síntese, podemos dizer que esses elementos do PE dão amplitude à cena materializada na página duplicada, fornecendo uma vista panorâmica da praia e antecipando a expectativa do leitor.

Até então, sabemos que a menina se encontra no ambiente da areia como sujeito virtual, ou seja, ela quer entrar em conjunção com o mar (conhecimento), mas ainda não adquiriu a competência para isso. Os tons de cinza marcam esse momento do não saber. Na imagem ampliada que aparece logo abaixo, é possível ver com maiores detalhes as expressões faciais e corporais da protagonista. O rosto sorridente demonstra excitação e o movimento do corpo corrobora com esse sentimento, adicionando certa ansiedade do sujeito em realizar-se através da ação de correr e sorrir.

Imagem 5 – Close-up da menina chegando à praia



Fonte: LEE (2017).

Manipulada pelo próprio desejo de brincar com o mar (conhecê-lo), a menina busca a competência para realizar a sua performance. Essa transformação de estados acontece na segunda parte da narrativa, o encontro com o mar. Temos, então, um sujeito virtual que quer e pode brincar com o mar, mas ainda não sabe como. É a partir da observação do movimento das ondas que ela aprende a lógica do mar e adquire o saber necessário para se atualizar e executar a sua performance. A sequência de imagens abaixo nos ajuda a enxergar a passagem da menina de sujeito virtualizado a sujeito atualizado.

Imagem 6 – Aprendendo a dinâmica das ondas (momento 1)



Fonte: LEE (2017).

Imagem 7 – Aprendendo a dinâmica das ondas (momento 2)



Fonte: LEE (2017).

Imagem 8 – Aprendendo a dinâmica das ondas (momento 3)



Fonte: LEE (2017).

Na Imagem 6, o sujeito é manipulado pela própria curiosidade a investigar mais de perto o mar. A postura inclinada do corpo da menina e os braços voltados para trás materializam o seu caráter investigativo. Na Imagem 7, a criança parece revelar surpresa com o avanço da onda em sua direção, o que a faz recuar. Na terceira e última cena da sequência (Imagem 8), já podemos observar uma compreensão sobre o movimento marítimo, pois ela avança em direção ao mar justamente no momento em que ele recua. Durante essa primeira interação, a menina, de certa forma, imita o vai e vem das ondas, avançando e recuando, como se estivessem brincando de pega-pega. Os pássaros acompanham os movimentos da protagonista, bem como as mudanças nos seus estados de alma. Sobre o funcionamento dos pássaros, Nunes (2013, p. 127) revela:

Os pássaros posicionados bem à esquerda e na borda inferior, estão pousados na areia e voltados para a mesma direção da menina, como que indicando para onde olhar. Segundo a autora surgem desde o início como um coro grego, auxiliando a “mostrar a variação das emoções vivenciadas pela garotinha (LEE, 2011).”

Depois da competência adquirida, a menina transforma-se em sujeito atualizado e inicia a sua performance. A essa altura da narrativa, a protagonista quer, pode e sabe como brincar com o mar, pois compreendeu a lógica das ondas. Sendo assim, já pode cruzar a barreira que divide o ambiente da areia (lado esquerdo) e o ambiente do mar (lado direito) para brincar, cruzando o terceiro cenário (centro) até então não percebido. O projeto gráfico do livro nos apresenta esse momento como se a criança estivesse atravessando uma espécie de “portal mágico”. A exploração da dobra do livro possibilita essa interpretação. O que para um olhar rápido parece ser uma falha de impressão é, na verdade, um recurso narrativo de Suzy Lee, conforme podemos visualizar na imagem seguinte:

Imagem 9 – O cruzamento do 3º cenário: o início da transformação



Fonte: LEE (2017).

Segundo Girão (2014, p. 724), “É na imersão da personagem do primeiro cenário no segundo cenário, por meio do terceiro cenário, que a narrativa se torna convidativa a questões como: o que será que aconteceu nesta passagem?” Ou seja, é nesse espaço central (linha vertical) entre o ambiente da areia e o ambiente do mar que começa a se desenrolar a transformação do sujeito do estado inicial ao estado final, formalizando a narratividade do texto. A sequência de imagens abaixo exemplifica o momento de performance da garota:

Imagem 10 – Performance (cena 1)



Fonte: LEE (2017).

Imagem 11 – Performance (cena 2)



Fonte: LEE (2017).

Imagem 12 – Performance (cena 3)



Fonte: LEE (2017).

Na Imagem 10, ainda podemos ver a divisão topológica entre o espaço que materializa o momento que antecede a realização do sujeito, ou seja, quando o mar ainda é um ambiente inexplorado ou desconhecido e o espaço onde a menina começa a entrar em conjunção com o objeto-valor da narrativa, o conhecimento. Ela aparece alegre à direita, brincando com o mar, e os pássaros a acompanham, de asas abertas, livres para experimentar a brincadeira com as ondas.

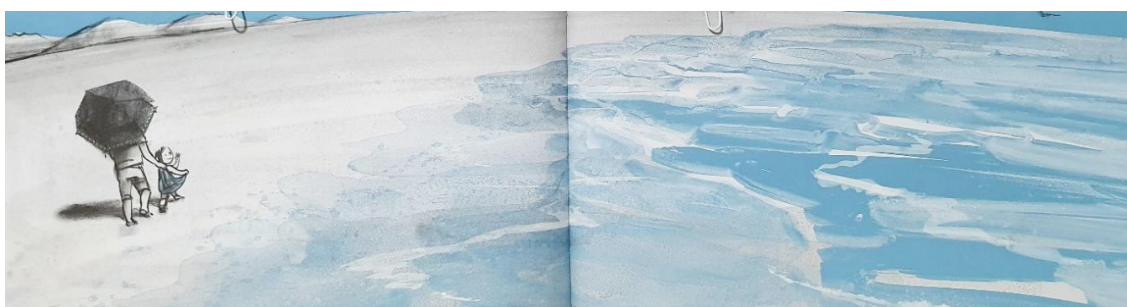
Na Imagem 11, surge a esperada “onda” que dá título ao livro-imagem. A invasão da onda na margem esquerda marca o momento que antecede a concretização da relação de junção entre sujeito (menina) e objeto (mar).

Na Imagem 12, encontramos a garota em conjunção com o mar ($S \cap O$), caracterizando um programa narrativo de aquisição. As categorias plásticas elencadas por Floch (2001)¹ nos auxiliam na identificação desse momento. A página duplicada não apresenta mais a barreira que dividia os dois ambientes (areia e mar). As técnicas de pintura também se misturam para ilustrar a aquisição do objeto-valor da narrativa. Os tons de azul invadem a margem esquerda do livro, o céu e o vestido da menina ficam azuis. Ela, nesse momento, torna-se um sujeito realizado. A partir de agora não existe mais a linha vertical que dividia a areia do mar. A paisagem tem vista panorâmica e integral. Essa integração dos elementos visuais pode ser observada pela junção das oposições mencionadas para cada categoria plásticas topológicas (esquerda x direita), eidéticas (retilíneo x curvilíneo), cromáticas (tons de preto e cinza x tons de azul) e matéricas (grafismo x pintura aquarelada) do plano de expressão, mesclando posições, formas, cores e técnicas artísticas em um mesmo espaço.

Finalmente, chegamos ao momento do pós-encontro, que nos encaminha para a sanção da narrativa. Segundo Fiorin (1990), é nessa fase em que “ocorre a constatação de que a performance se realizou e, por conseguinte, o reconhecimento do sujeito que operou a transformação. Eventualmente, nessa fase, distribuem-se prêmios e castigos.” Selecionamos duas imagens para ilustrar que a sanção foi positiva:

1. As categorias plásticas elencadas por Floch (2001) serão exploradas mais detalhadamente na análise das estruturas fundamentais do texto.

Imagem 13 – O pós-encontro



Fonte: LEE (2017).

Imagem 14 – Sanção



Fonte: LEE (2017).

Na Imagem 13, vemos a menina indo embora com a mulher, supomos ser sua mãe. Se olharmos mais atentamente, perceberemos que com a mão esquerda ela dá adeus para o mar e com a mão direita segura o vestido. A segunda cena, presente na contracapa do livro, mostra várias conchinhas no vestido da garota, presentes do mar que os mantêm conectados, serve de regalo da experiência vivenciada. No rosto da menina, o sorriso figurando a alegria, o seu estado de alma no final do programa narrativo e, acima de sua cabeça, reaparece um pássaro demonstrando o valor positivo da sanção.

Sabendo disso, podemos inferir que a imagem ilustrada na contracapa do livro funciona como uma cena pós-créditos de um filme, mostrando a menina pós-encontro com o mar. A garotinha que segurava a barra do vestido enquanto dava adeus para a praia (conforme Imagem 13) aparece na Imagem 14 com um sorriso no rosto e o vestido cheio de conchas, “presentes” que a fazem lembrar dessa primeira experiência de interação com o mar. Marca a sanção positiva desse encontro, dessa conjunção com o objeto-valor “conhecimento”. O vestido azul indica também a menina transformada por essa aprendizagem.

3.3. As estruturas fundamentais do texto

Considerando as estruturas discursivas e narrativas do texto, podemos dizer que o livro-imagem *Onda* (Suzy Lee) segue um percurso de afirmação do conhecimento a partir da experiência lúdica de uma menina que busca entrar em conjunção com o objeto-valor “conhecimento”, figurativizado pelo “mar”.

No nível das estruturas fundamentais, apresenta as relações de contrariedade, desconhecimento x conhecimento e não-desconhecimento x não-conhecimento; as relações de contraditoriedade, desconhecimento x não-desconhecimento e conhecimento x não-conhecimento; e as relações de complementariedade, desconhecimento x não-conhecimento e conhecimento x não-desconhecimento. Estas últimas podem ser consideradas como operações de implicação, já que um termo implica no outro.

Os termos contrários desconhecimento x conhecimento, que formalizam a oposição semântica mínima do texto, recebem valores positivos (eufóricos) e negativos (disfóricos). Na narrativa em questão, é possível perceber a euforização do conhecimento e a disforização do desconhecimento, uma vez que ao conhecer o mar, a página dupla do livro ganha cor e provoca alegria na menina, adquirindo, assim, valoração positiva.

Sabendo que a sintaxe do nível fundamental é estabelecida a partir das operações de negação e asserção, nega-se um termo para afirmar o outro. Em *Onda*, nega-se o desconhecimento para afirmar o conhecimento. Desse modo, a estrutura profunda do texto é orientada pelo seguinte percurso:

desconhecimento

não-desconhecimento

conhecimento

A orientação do percurso narrativo da obra pode ser observada na materialidade textual quando as estruturas fundamentais convertem-se em estruturas narrativas. Buscamos, então, nesta análise semiótica compreender como o plano do conteúdo alia-se ao plano da expressão para materializar as oposições fundadoras do sentido (desconhecimento x conhecimento). A página abaixo fornece material para refletirmos um pouco sobre essas relações semissimbólicas.

Imagem 15 – Relações semissimbólicas entre PE e PC



Fonte: LEE (2017).

Na figura acima, podemos perceber que o plano do conteúdo divide verticalmente o plano de expressão em três ambientes: esquerdo (areia, simbolizando o desconhecimento – momento antes da interação com o mar, a expectativa); central (o “entre”, linha vertical simbolizando o não desconhecimento – momento do início da transformação); e direito (mar, simbolizando o conhecimento – momento em que se inicia a experiência lúdica de conhecer o mar a partir da brincadeira).

Desenvolvendo melhor a análise, podemos concluir que a linha que divide esses dois espaços, a dobra, funciona como uma barreira entre a areia e o mar. O projeto gráfico do livro, cria um terceiro espaço, que desencadeia a transformação de estados do sujeito, materializando textualmente o percurso anteriormente exposto. As técnicas artísticas utilizadas pela autora sul-coreana auxiliam na construção de dois cenários diferentes: o grafismo feito em preto e cinza fornece mais precisão à linha reta do horizonte e aos traços dos atores do enunciado e da areia. Já a pintura aquarelada em tons de azul representa a fluidez, curvas das ondas do mar. Para sistematizar a organização dos formantes plásticos que aparecem no texto, formulamos o seguinte quadro:

Quadro 1 – Organização plástica da oposição semântica desconhecimento x conhecimento no PE

PLASTICIDADE DO LIVRO ONDA (SUZY LEE)	
CATEGORIAS	PLANO DA EXPRESSÃO
TOPOLÓGICA	esquerda x direita; vertical x horizontal
EIDÉTICA	retilíneo x curvilíneo
CROMÁTICA	preto e cinza x tons de azul
MATÉRIA	Grafismo em carvão x pintura aquarela a óleo

Fonte: elaborado pela autora com base em Floch (2001) e Teixeira (2012).

A relação semissimbólica entre os termos contrários desconhecimento x conhecimento é figurativizada pelos dois ambientes do enunciado: areia x mar. Consoante a relação intrínseca entre plano da expressão e plano do conteúdo, com base em Pietroforte (2020), temos:

Em primeira instância:

PC	areia	x	mar
PE	preto e cinza	x	tons de azul
	retilíneo	x	curvilíneo
	esquerda	x	direita
	grafismo	x	pintur

Em segunda instância:

PC	desconhecimento	x	conhecimento
PE	preto e cinza	x	tons de azul
	retilíneo	x	curvilíneo
	esquerda	x	direita
	grafismo	x	pintura

4. Considerações finais

A análise do livro *Onda* (Suzy Lee) foi realizada a partir de um processo analítico que considerou os três níveis de abstração do sentido estabelecidos no PGS – discursivo, narrativo e fundamental – e a relação semissimbólica entre as categorias do plano de expressão e as categorias do plano de conteúdo do texto analisado. Desse modo, foi necessário dominar ainda que basicamente os formantes plásticos e figurativos que compõem esse tipo de texto para compreender o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz.

Sabendo disso, identificamos que as categorias topológicas, eidéticas, cromáticas e matéricas são essenciais na realização da análise do livro-imagem *Onda* (Suzy Lee), uma vez que a plasticidade presente nas posições, formas, cores e técnicas artísticas é inerente ao referido texto e, sem considerá-la, o processo de produção de sentido é prejudicado.

Apontamos, finalmente, o PGS como um instrumento teórico-metodológico eficaz de análise que auxilia na leitura dos mais variados textos, sejam eles verbais, não verbais ou sincréticos. Isso porque, destrinchando as estruturas discursivas, narrativas e fundamentais do texto, é possível fazer uma leitura mais assertiva, já que nesse processo analítico vamos desconstruindo o texto para reconstruí-lo na produção de sentido, considerando as pistas textuais deixadas pelo enunciador. Desse modo, a leitura corre menos riscos de se ater ao superficial ou à decodificação, pois esse método de análise exige debruçar-nos no texto e, conseqüentemente, aprofundarmos nossa leitura.

5. Referências

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria Semiótica do Texto**. São Paulo: Ática, 2002.

BERTRAND, Denis. **Caminhos da Semiótica literária**. – Bauru, SP: EDUSC, 2003.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. 2ª ed. – São Paulo: Editora Ática, 1999.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise de discurso**. 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 1990.

FIORIN, José Luiz & SAVIÓLI, Francisco Platão. **Lições de texto**: leitura e redação. 5ª ed. – São Paulo: Ática, 2006.

FIORIN, José Luiz & SAVIÓLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 2000.

FLOCH, Jean Marie. Alguns conceitos fundamentais em semiótica geral. **Documentos de Estudo do Centro de Pesquisas Sociosemióticas**. São Paulo: Centro de Pesquisas Sociosemióticas, São Paulo, 2001.

FLOCH, Jean-Marie. Semiótica plástica e linguagem publicitária: análise de um anúncio da campanha de lançamento do cigarro “News”. In: OLIVEIRA, Ana Claudia de; TEIXEIRA, Lucia. (Org.). **Linguagens na comunicação: desenvolvimentos de semiótica sincrética**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009.

GIRÃO, Luis Carlos Barroso de Sousa. A narrativa pictórica na “trilogia da margem” de Suzy lee. Oriente-se: Ampliando Fronteiras. Encontro Internacional de Pesquisadores em Arte Oriental, 2014, São Paulo. **Anais. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2014 (p. 720 - 732)**.

GIRÃO, Luis Carlos Barroso de Sousa. **Margem à mostra: limiares narrativos em Suzy Lee e Angela Lago**. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-graduados em Literatura e Crítica Literária. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil, 2017. 108p.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS. J. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Contexto, 2011.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Sobre o sentido: ensaios semióticos**. Petrópolis: Vozes, 1975.

LARA, G. M. P.; MATTE, A. C. F. **Ensaio de Semiótica: aprendendo com o texto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

LEE, Suzy. **Onda**. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2017.

OLIVEIRA, Ana Claudia de. Visualidade, entre significação sensível e inteligível. **Revista Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 107-122, jul./dez. 2005.

PIETROFORTE, Antonio Vicente. **Análise do texto visual: a construção da imagem**. – 2. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2022.

PIETROFORTE, Antonio Vicente. **Semiótica Visual: os percursos do olhar**. – 3. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2020.

TEIXEIRA, Lúcia. Leitura de textos visuais: princípios metodológicos. In: BASTOS, Neusa Barbosa (org.). **Língua Portuguesa: lusofonia – memória e diversidade cultural**. São Paulo. EDUC, 2008, p. 299-306.

HEINRICH SCHENKER: UMA CONSCIÊNCIA SEMIÓTICA SOBRE DER GEIST DER MUSIKALISCHEN TECHNIK (1895)

Por Maria de Fátima Barbosa de Mesquita Batista, tradução do original francês. HEINRICH SCHENKER- *Une conscience sémiotique a propos de Der Geist der musikalischen Technik* de Meeùs, NICOLAS. Universidade Sorbonne – IReMu, publicado na Acta Semiotica et Linguistica – Vol 28 – Nº 1 – Ano 47 (2023).

Sumário. 1. Introdução; 2. A repetição; 3. A imaginação criativa; 4. Semiótica musical, semiótica linguística, semiótica geral.

Resumo. *Der Geist der musikalischen Technik* é o primeiro grande trabalho teórico de Schenker que mostra como as técnicas musicais moldam a consciência e a sensibilidade. É uma reflexão sobre a relação entre música e linguagem que alimentará todas as suas obras posteriores e que pressagia reflexões sobre a semiótica geral do século XX. O artigo a seguir examina os dois pontos principais. O primeiro se centra na importância, na música, da repetição de motivos, que Schenker chama de “palavras musicais” (Tonwörter) e que formam uma isotopia da expressão musical; no segundo, tem-se o papel da imaginação criadora (Phantasie), um guia melhor que a lógica porque a música não pode ser baseada em referências mundanas. O artigo termina com uma breve reflexão sobre a semiose introvertida, que poderia ser um modelo de semiótica geral melhor do que a linguagem verbal.

Palavras-chave: Heinrich Schenker, música absoluta, repetição de motivos, imaginação criativa, semiose introvertida.

1. Introdução

Der Geist der musikalischen Technik é a primeira grande obra teórica de Schenker. É um pequeno texto, publicado em 1895, de uma palestra proferida na Faculdade de Filosofia (Philosophische Gesellschaft) da Universidade de Viena, “parte de um projeto ainda mais importante em manuscrito”¹ — mas esse projeto não foi concluído e o manuscrito parece não existir nos documentos deixados por Schenker após sua morte, ocorrida em 1935. A tradução óbvia do título, “The Spirit of Musical Technique”, é provavelmente a única possível — e também a da tradução de William Pastille (2007), *The Spirit of Musical Technique* — que não é totalmente satisfatória. A palavra alemã *Geist* deve ser entendida a partir de uma perspectiva hegeliana e, de alguma forma, diz respeito a uma consciência, uma sensibilidade — daí o título do meu artigo, *Ein semiotischer Geist*, um espírito, uma consciência semiótica.

Der Geist faz poucas referências à técnica musical em si, apenas indica como o uso de técnicas específicas da música (harmonia, contraponto, polifonia) molda a consciência e a

1. A separação (1895) de *Der Geist* traz na primeira página a seguinte menção: Die nachfolgende Abhandlung ist ein Theil eines grösseren noch im Manuscript befindlichen Werkes und bildete den Gegenstand eines Vortrags in der Philosophischen Gesellschaft an der Universität Wien. separata.

sensibilidade. Schenker aí se engaja em uma reflexão sobre a relação entre música e linguagem que alimentará todas as suas obras posteriores e que, além disso, pressagia reflexões sobre a semiótica geral do século XX. A ideia de uma semiótica schenkeriana não é nova, já havia sido sugerida há quarenta anos por Jonathan Dunsby e John Stopford (1981), que a apresentaram como uma pesquisa a ser feita.

A comparação que Schenker faz entre linguagem verbal e música baseia-se, principalmente, em dois pontos que examinarei sucessivamente. O primeiro diz respeito à importância da repetição como mecanismo essencial do funcionamento musical, que Schenker associa, várias vezes, à ausência de um referente e mesmo de um nível conceptual. O segundo ponto centra-se no papel que Schenker atribui à imaginação criativa e à ausência de lógica interna na música que está parcialmente ligada ao primeiro, pois aqui, novamente, o teórico enfatiza que a linguagem verbal, ao contrário da musical, constrói sua lógica pela importância que dá a conceitos e seus referentes mundanos, enquanto a música só pode extrair sua lógica de si mesma. Passo, depois, a uma breve reflexão sobre a semiótica geral.

2. A Repetição

Schenker enfatiza a importância da repetição na música. As artes narrativas, ele escreve, não precisam repetir descrições de atos ou movimentos que só acontecem uma vez. Ele escreve:

A questão então é dizer de onde a música concebeu essa necessidade de repetir partes da melodia, ora breves, ora mais longas, enquanto o modelo da linguagem verbal desejaria o contrário, ou seja, um fluxo contínuo, não voltando para si mesmo? No início, quando a música é colocada a serviço das palavras, ela é colocada á escuta da entonação natural da linguagem. Somente mais tarde, ela criou coragem para colocar a barra das margens desde os rios das artes da linguagem para o mar aberto de intervalos musicais mais distantes.²

A metáfora marítima, neste texto, obviamente faz eco à de *Das Kunstwerk der Zukunft*, de Wagner, sobre a *Nona Sinfonia* de Beethoven. Wagner, ali falava, em particular, sobre “esta nova margem” onde Beethoven ancorou, acrescentando que “esta âncora era a palavra [...], a palavra necessária e todo-poderosa [...]”. Esta palavra era: – “Alegria”! [...] e esta palavra será a palavra da obra de arte do futuro”³. Tratava-se, bem entendido, da *Ode à Alegria*. Schenker ridiculariza isso em sua *Beethoven's neunte Symphonie* (1912), onde apresenta o que chama

2. *Woher nun, lautet die Frage, hat die Musik die Anregung dazu geschöpft, Theile der Melodie, bald kleinere, bald grössere, zur Wiederholung zu bringen, da das Vorbild des Wortes das Gegenheil, d. b. fortlaufenden, nicht mehr wiederkehrenden Fluss, davon doch wünschte? Nun, als die Musik in den Dienst des Wortes trat, horchte sie gewiss anfangs auf den natürlichen Tonfall des Wortes. Erst später fasste der Ton den Muth, von den Küsten des Wortes weg ins freie offene Meer der entfernteren musikalischen Intervalle hinauszusteuern.* SCHENKER (1895), p. 5.

3. „...und dieser Anker war das Wort. Dieses Wort war [...] das nothwendige, allmächtige[...]. Diese wort war: – Freude! [...] Und dieses Wort wird die Sprache desKunstwerkes der Zukunft sein.” WAGNER(1850), p. 93-94.

de “conteúdo musical” (das musikalische Inhalt) da obra, que considera independente do texto musical. Em *Der Geist*, Schenker continua:

Mas [a música] deve ter percebido então que um novo movimento melódico, uma sequência musical totalmente independente da linguagem verbal, tinha que se apresentar, várias vezes, ao ouvido e à sensação para fazer-se, de alguma forma, inteligível. Pois o motivo musical, ao contrário da palavra, não tem a sorte de representar objetos ou conceitos por si só. Se a palavra é apenas o signo de alguma coisa, de uma situação ou de um conceito que transforma as situações em si, o motivo musical, ao contrário, é apenas um signo de si mesmo ou, melhor dizendo, nem mais nem menos que ele mesmo.⁴

Se o motivo musical não é signo de outra coisa, sua repetição — exata ou variada — o torna um elemento importante da discursividade musical. A ideia do “signo de si” mesmo’ foi repetida muitas vezes e de várias formas, desde Hegel que fala de um conteúdo espiritual, percebido, indefinidamente, a partir dos próprios sons⁵, passando por Hanslick, para quem “a música consiste em séries de notas, de formas sonoras, que não têm outro conteúdo além de si mesmas”⁶, depois muitos outros, e até Roman Jakobson, citando Nicolas Ruwet⁷.

Schenker retorna a essa questão da repetição em quase todos os seus escritos posteriores. Em *Harmonielehre* em particular, ele escreve que o princípio da repetição “presta, à uma série inicial de notas, o mesmo serviço que as associações de ideias com a natureza dão às criações das outras artes”⁸ e que, por meio dele, “a música pode, por seus próprios meios e sem ajuda explícita da natureza, elevar-se ao nível de uma arte, a uma altura em que possa competir com as outras artes que se baseiam em associações diretas com a natureza”⁹. A repetição, diz ele, torna-

4. ... jedoch musste sie[die Musik] dabei bemerken, dass ein neuer melodischer Schritt, eine ganz wortfremde musikalische Tonverbindung mehr als bloße ein Mal an das Ohr und die Empfindung herantreten muss, um sich irgend verständlich zu machen. Denn es besitzt das musikalische Motiv nicht wie das Wort den Segen, durch sich selbst die Gegenständlichkeit, den Begriff auszulösen. Ist das Wort eben nur ein Zeichen für Etwas, d. h. einen Gegenstand oder einen Begriff, der in sich die Gegenstände verarbeitet, so ist das musikalische Motiv nur ein Zeichen für sich selbst oder, besser gesagt, Nichts mehr und Nichts weniger, als es selbst. SCHENKER (1895), p. 5.

5. ... gleichgültig, ob dieser Inhalt für sich seine nähere Bezeichnung ausdrücklich durch Worte erhalte, oder unbestimmter aus den Tönen und deren harmonischen Verhältnissen und melodische Beseelung müsse empfunden worden. HEGEL (1838), p. 143

6. Die Musik besteht aus Tonreihen, Tonformen, diese haben keinen andern Inhalt als sich selbst. HANSLICK (1854), p. 96.

7. Instead of aiming at some extrinsic object, music appears to be un language qui se signifie lui-même. JAKOBSON (1971), p. 704. The unreferenced phrase in French in the text appears to refer to RUWET(1959), p. 87.

8. ... eigentlich also ist es die Wiederholung, welche der ursprünglichen Reihe denselben Dienst leistet, wie die erwähnten Ideenassoziationen der Natur den Schöpfungen der anderen Künste. SCHENKER (1906), p. 5.

9. ... so sieht man doch auch dem kühnsten Treiben das Prinzip der Wiederholung zu Grunde liegen, wodurch die Musik aus eigenen Mitteln und ohne deutliche Hilfe der Natur sich zu einer Kunst emporgerungen hat, zu einer Höhe, wo sie mit den anderen an die Assoziationen der Natur sich direkt anlehnenden Künsten wetteifern kann. SCHENKER (1906), p. 15.

se “um princípio imanente e indissolúvel”¹⁰ da música. Mais tarde, ele escreveu novamente: “na música que — única entre todas as artes — não se refere a um mundo externo, que, ao contrário, realiza em si mesma, a marca do motivo enquanto palavra musical (Tonwort), não é fácil de ler, de ouvir de obra em obra essas palavras musicais em constante mudança”¹¹.

O que ele indica aqui é, antes de tudo, a dupla articulação da música, onde as notas, unidades de segunda articulação, unem-se para formar “palavras musicais”, unidades de primeira articulação; então as “palavras musicais” formam uma espécie de isotopia de expressão que, por sua vez, gera um significado isomórfico. Como a maioria dos autores alemães do século XIX que discutem essa questão, Schenker chama o significado não referencial da música de seu “conteúdo” (Inhalt)¹².

3. Imaginação criativa.

No início de *Der Geist*, Schenker pondera sobre a origem do canto, que ele atribui às funções naturais da laringe e das cordas vocais. Acrescenta que o canto libertou-se, rapidamente, das causas que o haviam provocado, para se tornar um fim em si mesmo, “cantando para si, [...], paixão livre, absoluta”. Mais tarde, todavia, diz ele, um princípio da linguagem verbal se impôs à música, o de “provocar e estimular a imaginação musical (Fantasia) por simples representações mentais, por imagens de objetos e sentimentos: neste caso, a causa das emoções não é mais puramente musical, mas bem emprestada do mundo exterior”¹³.

Schenker enfatiza, com força, a importância da imaginação que guia, mais seguramente, a criação musical do que a lógica. Mais uma vez, ele vê nisso uma diferença em relação à linguagem verbal que, devido à sua relação com o mundo e sua função comunicativa, é necessariamente baseada em uma lógica conceitual imposta de fora — como Aristóteles já pensava e como ainda pensamos frequentemente hoje.

As técnicas do contraponto e da harmonia — constituem quase tudo o que ele fala sobre elas — encontram toda a sua potência, apenas quando o compositor se deixa levar pela imaginação: através da disciplina do contraponto, “a imaginação desenvolve a capacidade de escolher, entre a multiplicidade de transformações da ideia, aquela que melhor se adapte à disposição do artista

10. *Ein immanentes und unverbrüchliches Prinzip*. SCHENKER (1906), p. 21.

11. *Es ist schon an sich nicht leicht, in der Musik, die sich – unter allen Künsten die einzige – nicht auf die Außenwelt bezieht, vielmehr die Prägung des Motivs als gleichsam eines Tonwortes in sich selbst vollzieht, eben diese von Werk zu Werk wechselnden Tonworte zu lesen, zu hören*. SCHENKER (1925), p. 43

12. VOIRMEEÛS (2018a).

13. *Doch bald musste die Freude am Sang selbst schon zur Triebfeder werden, den Sang von unmittelbar erregenden Ursachen loszulösen und ihn auf einen geläuterten, absoluten Cultus zu stellen. Das war der Sang um des Sanges willen. Viel später endlich lernte man, auch durch blosse gedankliche Vorstellungen, durch Bilder von Gegenständen und Gefühlen die musikalische Phantasie gleichsam zu provozieren und anzuregen*. SCHENKER (1895), p. 3.

em dado momento”¹⁴. A harmonia “ajuda a música a se enganar e enganar o ouvinte sobre a falta de lógica e causalidade. A música se comporta como se carregasse em si a força da lógica”¹⁵.

Schenker deu à série de seus principais escritos, o *Tratado sobre Harmonia*, os dois volumes de *Contraponto e Escrita Livre*, o título geral de *Neue Musikalische Theorien und Phantasien*, que, geralmente, é traduzido como “Novas teorias e fantasias musicais”, onde a “fantasia”, indubitavelmente, visa à imaginação. Em sua obra póstuma, *Der freie Satz*, ele escreveu “Alguém pode se sentir tentado a colocar a criação musical inteiramente sob o controle da inteligência e esperar resultados favoráveis dela, mas qualquer tentativa nessa direção está fadada ao fracasso”¹⁶. E aliás: “entendemos por que a música, [...] liberta de toda preocupação de ter que se prender (como as outras artes) ao mundo exterior, manifesta esse caráter que foi observado, mas incompreendido por filósofos e estetas, por que ela aparece tão separada do mundo [...]. A música não tem muito ou nada a ver com as”coisas”. Os sons são apenas eles mesmos, como os seres vivos com suas próprias leis sociais”¹⁷.

4. Semiótica musical, semiótica linguística, semiótica geral

A semiose musical é

“Principalmente introversiva”, escreve Jakobson, e esta, “uma mensagem auto significante, está indissolúvelmente ligada à função estética dos sistemas de signos. [...] Na poesia e na maioria das artes visuais figurativas, a semiose introversiva, sempre desempenhando um papel cardinal, no entanto coexiste e co-age com a semiose extroversiva, enquanto o componente referencial está ausente ou mínimo nas mensagens musicais, mesmo na chamada música de programa. (JAKOBSON (1971), p. 704-705).

A oposição entre “semiose introversiva” e “semiose extroversiva” tem sido uma constante na reflexão da semiótica musical desde meados do século XX, em diversas formulações: significações “absolutas” ou “referenciais”, “congenérica” ou “extra genérica”, “intrínseca” ou “extrínseca”, etc. No entanto, ainda reina a ideia de que toda significação deve poder ser expressa em linguagem verbal, o que implica que toda significação de um sistema não-verbal é necessariamente extrínseco.

14. *Die Phantasie[...]wird[...]befähigt,von den unendlich vielen Ausgestaltungen, die sie gesehen, schliesslich Jene zu wählen, die dem Charakter des Künstlers zu einer gewissen Zeit am besten zusagt.* SCHENKER (1895), p. 9.

15. *... sie hilft der Musik über den Mangel einer Logik und eines Causalnexus sich selbst und den Zuhörer täuschen. Auch die Harmonie gebärdet sieh so, als trüge sie in sich den Zwang der Logik.* SCHENKER (1895), p. 14.

16. *So könnte man sich denn versucht fühlen, das musikalische Schaffen ganz unter Aufsicht des Verstandes zu stellen und davon günstige Ergebnisse erwarten. Doch müßte jeder Versuch daran scheitern.* SCHENKER (1935), § 85, p. 64.

17. *Nur daß man es dann desto besser weiß, warum die Tonkunst, [...] aller Sorge enthoben, noch außerdem (gleich den übrigen Künsten) an die Außenwelt anknüpfen zu müssen, eben den von den Philosophen und Ästhetikern wohl beobachteten, aber schlecht verstandenen Charakter offenbart; warum sie von der Welt so losgelöst erscheint. [...] sie will mit den „Dingen“ überhaupt nicht viel oder gar nichts zu tun haben, die Töne sind sie selbst, gleichsam Lebenswesen mit eigenen Gesellschaftsgesetzen.u.s.w.* SCHENKER (1910),p. 24.

Por exemplo, parece estar no cerne do *Projeto Internacional de Significado Musical* fundado por Eero Tarasti em 1984, que desde então realizou quinze congressos internacionais¹⁸ nos quais demonstrou uma tendência hegemônica: é malvisto nesses meios pensar em um significado musical intrínseco¹⁹.

Schenker não rejeita, completamente, a ideia de uma significação extrínseca, mas considera que ele só existe na música por meio de uma espécie de imitação forçada da linguagem verbal. Ele indica tanto pontos de convergência entre música e linguagem verbal, em particular a dupla articulação e os pontos de divergência. É assim, sem dúvida, que devemos construir hoje uma semiótica geral, em particular uma semiótica das linguagens artísticas, sem pretender a existência de uma delas como modelo das demais — em particular da linguagem verbal “ordinária”, “cotidiana” como modelo da literatura (que, para Greimas e Courtés, seria uma linguagem «artificial»)²⁰, nem a linguística como modelo inteiramente semiótico.

Neste contexto, poder-se-ia questionar o subtítulo do nosso congresso²⁰, “Da linguística à antropologia semiótica”, que parece indicar a linguística como ponto de partida para uma reflexão sobre a semiótica da cultura, ou nas sessões dos dois dias anteriores, que tratava, principalmente, da linguagem verbal: não poderíamos partir também da semiótica musical, ou de qualquer outra?

5. Referências

DUNSBY, Jonathan, et John STOPFORD (1981). “The Case for a Schenkerian Semiotic,” *Music Theory Spectrum* 3, pp. 49-53.

HANSLICK, Eduard (1854). *Vom Musikalisch-Schönen*. Leipzig, Rudolph Weigen.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich (1838). *Vorlesungen über die Ästhetik*, Vol. 3. Berlin, Duncker und Humblot.

JAKOBSON, Roman (1971), “Language in Relation to Other Communication Systems,” *Selected Writings*, vol. 2, *Word and Language*, The Hague-Paris, Mouton

MEEÛS, Nicolas (2018a). “**Inhalt (‘Content’) as a Technical Term in Musical Semiotics**”, *Rasprave: Časopis Instituta za hrvatskijezik I jezikoslovlje* 44/2, p. 539-549. En ligne : <https://hrcak.srce.hr/file/318296>.

18. O décimo quinto Congresso Internacional de Significado Musical (ICMS 15) ocorreu em Barcelona de 15 a 19 de junho de 2022: consulte https://www.esmuc.cat/wp-content/uploads/2022/05/PROGRAMME_ICMS-Barcelona-junho-2022_v5.pdf

19. Para mais informação ver, MEE’S (2018b).

20. O autor se refere ao Congresso internacional de Semiótica e Cultura- Semicult, no qual ele apresentou esse trabalho que acabamos de traduzir

——— (2018b). “**Musical Content, Musical Purport, Intrinsic and Extrinsic Meanings in Music**”, Communication au 14^e Congrès international sur la Signification musicale (ICMS 14), Cluj-Napoca, 14 mai 2018. En ligne :

<http://nicolas.meeus.free.fr/MusicalContentMusicalPurport.pdf>

RUWET, Nicolas (1959). “Contradictions du langage sériel”, *Revue belge de musicologie*, vol. 15/1-4, p. 83-97.

SCHENKER, Heinrich (1895). *Der Geist der musikalischen Technik*, dans *Musikalisches Wochenblatt* 26, pp. 245-247, 257-259, 273-274, 285-286, 297-298, 309-310, 325-326 ;tiré-à-part, Leipzig, Fritzsche, 1895.

——— (2007). *The Spirit of Musical Technique*. Traduction anglaise par William Pastille, dans Nicholas COOK, *The Schenker Project*, Oxford University Press, 2007, Appendix, pp. 319-332.

——— (1906). *Harmonielehre (Neue musikalische Theorien und Fantasien I)*. Stuttgart, Berlin, Cotta.

——— (1910) *Kontrapunkt I, Cantus firmus und zweistimmige Satz (Neue musikalische Theorien und Fantasien II/1)*. Wien, Universal.

——— (1912). *Beethovens Neunte Symphonie. Eine Darstellung des musikalischen Inhaltes unter fortläufiger Berücksichtigung auch des Vortrages und der Literatur*. Wien, Universal.

——— (1925). *Das Meisterwerk in der Musik: Ein Jahrbuch*, München, Wien, Berlin, Drei Masken, vol. I.

——— (1935). *Der freie Satz (Neue musikalische Theorien und Fantasien III)*. Wien, Universal.

WAGNER, Richard (1850). *Das Kunstwerk der Zukunft*, Leipzig, Otto Wigand.

RECONSTRUÇÃO EM PSICANÁLISE: QUAIS OS PRINCÍPIOS E OS AUTORES?

Por Raquel Barbosa de Mesquita Batista, tradução do original francês *La Reconstruction en Psychanalyse: Quelques principes et quels auteurs?*
Escrito por Hélène Tessier, professora titular da Escola de Estudos de Conflitos, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Saint Paul University (Ottawa-Ca)

Sumário. Introdução; Desconstrução em psicanálise; Laplanche e a reconstrução; Carácter científico da metapsicologia; O inconsciente sexual e o objeto da psicanálise: Principais conceitos da teoria da sedução generalizada; Perspectiva Histórica, Racionalismo e Humanismo em Psicanálise; Mensagens e realidade psíquica: A primazia do outro; Conclusão.

Resumo. Este texto trata da teoria de Jean Laplanche e a apresenta como um pensamento de reconstrução em psicanálise. Sublinha a oposição de Laplanche às correntes pós-modernas e à desconstrução na psicanálise e destaca os elementos de sua teoria que o situam como autor da reconstrução: reivindicação do carácter científico da metapsicologia e a exigência de pesquisa da verdade na elaboração teórica, epistemologia racionalista e humanista que afirma o carácter histórico e concreto das instâncias psíquicas, oposição tanto às explicações míticas dos conteúdos do inconsciente quanto ao subjetivismo das escolas relacionais, recusa do solipsismo, centralidade do sentido e da interpretação na formação da alma humana e antropologia da transformação.

Palavras-chave: Reconstrução; Psicanálise; Metapsicologia; John Laplanche

1. Introdução

Pode-se perguntar qual é o sentido de se interessar pela reconstrução em psicanálise. Na América do Norte, a psicanálise tornou-se uma disciplina marginal que perdeu seu estatuto de nobreza nos campos da psicoterapia e da psicologia. Além disso, quando levada em consideração, o pouco interesse que demonstra pelo rigor conceitual não ajuda a restaurar sua imagem. A situação é um pouco diferente na Europa, especialmente na França, onde o ensino da psicanálise, mesmo que tenha perdido popularidade nas faculdades de psicologia, ali se mantém mais do que na América do Norte. Ainda ocorrem ali, os debates sobre o lugar da psicanálise na prática clínica e sobre seu interesse como campo disciplinar relevante para a compreensão da vida psíquica. A razão dessa diferença pode ser encontrada, talvez, na consideração de que persiste a tradição lacaniana nos círculos clínicos da França e da Europa, o que não ocorre na América do Norte. A razão dessa diferença pode ser encontrada na consideração que a tradição lacaniana apresenta nos círculos clínicos da França e da Europa, o que não ocorre na América do Norte. Paradoxalmente, ainda que neste continente a psicanálise esteja em declínio na psicologia e na psicoterapia, ela continua a exercer uma influência e uma atração nas disciplinas literárias e no ensino das ciências sociais que se agrupam, no mundo anglo-saxão, sob o título de “Estudos

Culturais”. (Estudos de Gênero, Estudos de Performance). Essa influência também se deve às correntes lacanianas que fazem parte do movimento das teorias da desconstrução¹.

2. Laplanche e a desconstrução

Jean Laplanche se opôs à desconstrução na psicanálise. Ele o fez diretamente, notadamente, por meio de suas críticas a Heidegger sobre a temporalidade e a hermenêutica - bem como por meio de sua rejeição às posições pós-modernas, por exemplo, o ecletismo relativista na psicanálise, ou a oposição entre conhecimento e verdade, que é muito difundida por lá. Ele também o fez, de forma ainda mais eloquente, ao propor uma teoria original na psicanálise, *a teoria da sedução generalizada*. Essa teoria entra em debate, tanto com Freud quanto com os pós-freudianos, sobre pontos que serviram de porta de entrada para a desconstrução nessa disciplina.

A forma da teoria de Laplanche já se coloca como opositora da desconstrução: é uma teoria geral, sistemática, que busca os fundamentos comuns das mais diversas situações. Coloca como requisito metodológico a coerência interna e a articulação dos conceitos. Infelizmente, essa teoria é muito mal compreendida.

Com efeito, ainda que Laplanche tenha adquirido certa notoriedade na psicanálise como leitor de Freud e autor, com Jean-Bertrand Pontalis, do *Vocabulaire de la psychanalyse* (1967), sua teoria é desconhecida dos psicanalistas. Ou pior, muitas vezes, ela é apresentada de uma forma que ignora os debates que suscita com outras orientações. Embora Laplanche seja frequentemente citado, ele o é de uma forma que não leva em conta a orientação geral de sua teoria e do contexto geral do seu pensamento. Este último é, dependendo do caso, tanto do lado do lacanismo, como do lado das correntes intersubjetivistas. Além disso, quem o conhece melhor, também o critica. Eles o censuram por sua afirmação de cientificidade e sua rejeição da desconstrução.

Nos estudos literários e nas ciências sociais interessadas na psicanálise, a teoria de Laplanche é pouco conhecida com algumas exceções. No entanto, desperta um interesse crescente nos «Estudos da Performance» nos Estados Unidos: mais uma vez, Laplanche é frequentemente lido a partir de uma perspectiva neo foucaultiana que não faz jus à ligação de seu pensamento às tradições racionalista e humanista.

Direi, primeiro, algumas palavras sobre a desconstrução na psicanálise e sobre os principais traços que ela aí adota. Em seguida, destacarei alguns pontos, nos quais me baseio, para qualificar Laplanche como o autor da reconstrução.

1. Esta afirmação é baseada em minhas observações e experiência do mundo da psicanálise, direito e ciências sociais no Canadá e na Europa, ao invés de pesquisas bem documentadas. Certamente seria útil examinar esta questão mais de perto.

3. A desconstrução em psicanálise

Em psicanálise, a desconstrução foi introduzida em duas formas, que correspondem àquelas que ela assume em outras disciplinas das ciências sociais. Para resumir, vou nomeá-los “hard form” e “soft form”². A forma dura, próxima do pós-estruturalismo, é a do lacanismo e de seus derivados conceituais. Para resumir brevemente, encontramos aí a centralidade da linguagem, a glorificação do inconsciente em detrimento do eu e a busca de sentido, um pretensão irracionalismo que se manifesta na afirmação de mitos originários e conteúdos originários do inconsciente. , bem como por uma adesão à filogênese e linhagem do hereditário. Ela rejeita veementemente qualquer ideia de projeto e emancipação.

A forma «soft» é encontrada em correntes relacionais e intersubjetivistas, mais próximas do pragmatismo. Caracteriza-se por uma falta de interesse pela teoria, em particular pelas instâncias da metapsicologia. Não se preocupa com a especificidade da psicanálise, exceto em suas modalidades práticas, e se concentra na experiência clínica. Sua atenção se concentra nas interações, nos sentimentos, na experiência vivida e na natureza essencialmente subjetiva das interpretações que os indivíduos constroem. Combina-se voluntariamente com as ciências cognitivas e as neurociências para dar conta do desenvolvimento psicológico da pessoa e das possibilidades terapêuticas da psicanálise.

Essa descrição é muito esquemática: para aprofundá-la, seria preciso também examinar quais aspectos da obra de Freud abriram caminho para a desconstrução, particularmente em sua forma dura. Dentre eles, podemos citar a filogênese, o uso da hereditariedade na psicanálise e o “biologismo da pulsão” (Laplanche, 2006), que foram se impondo gradativamente no pensamento freudiano. Há também uma concepção do “simbólico” moldada por um uso mítico da anatomia e das estruturas familiares desde o início do século XX.

A forma branda de desconstrução tem por seu lado como precursora as correntes pós-freudianas que queriam se opor às inclinações normativas da psicanálise em matéria de sexualidade e estruturas familiares. Opunham-se também à pretensão da psicanálise de passar por universais mitos que dariam conta de conteúdos ditos originários do inconsciente. Podem-se citar, a esse respeito, o mito do *Édipo* e aquele do pai da horda primitiva, intimamente ligados à importância dada à castração como simbolismo originário pelas correntes lacanianas. Não vendo outra forma de conceber a formação do inconsciente, bem como a definição e o papel da sexualidade infantil na psicanálise, perderam o interesse por ela e se concentraram nas relações relacionais e intersubjetivas, deixando de lado o que fazia a especificidade da psicanálise.

Essas duas formas, no entanto, desenvolveram-se sob a influência das condições culturais pós-modernas e, gradualmente, integraram traços característicos da desconstrução.

2. Ver Tessier, Hélène (2017)

4. Laplanche e a reconstrução

Não vou me alongar sobre essas características. Tentarei destacar algumas delas, descrevendo o que me for possível, ao contrário de qualificar a teoria de Laplanche como uma teoria da reconstrução em psicanálise. Essas características principais são: 1) a afirmação do caráter científico da teoria na psicanálise, no caso, a metapsicologia; 2) uma definição original da sexualidade infantil, de seu modo de ação, bem como uma concepção histórica de sua formação e das instâncias psíquicas que lhe são correlatas; 3) o suposto racionalismo do pensamento de Laplanche e seu apego à tradição humanista.

Como já disse, Laplanche é o autor de uma teoria original em psicanálise, teoria que ele chamou de “*Teoria da sedução generalizada*”. Desenvolveu essa teoria entre 1967 e 1987. Depois a esclareceu, reelaborou e completou até seus últimos escritos, em 2006. Essa teoria tomou forma ao longo dos debates que Laplanche travou em grande parte com a obra de Freud, mas também com os de vários pós-freudianos. Esses debates foram objeto de seu ensino na Universidade de Paris VII, ensino que foi publicado sob o título geral “*Problématiques*”. As *Problématiques* compreendem 7 (sete) volumes: os volumes I a V serviram de base para sua teoria, finalmente exposta na forma de um sistema integrado em sua obra “*Novos fundamentos para a psicanálise*” (1987). Os números VI e VII retomam os cursos então ministrados entre 1989 e 1992. Vemos como a articulação dos diferentes elementos de seu pensamento na teoria da sedução permitiu a Laplanche grandes avanços, contestando e superando oposições que contribuíram para o sucesso de desconstrução em psicanálise, em particular a oposição corpo/alma e a oposição interno/externo, às quais retornarei, brevemente, mais adiante

5. Caráter científico da metapsicologia

Antes de falar sobre esse aspecto, direi algumas palavras sobre a importância que Laplanche dá ao método científico no trabalho teórico em psicanálise e como ele concebe esse método. Esse aspecto me parece o elemento mais importante do modo como Laplanche se opôs à desconstrução nessa disciplina. Em ambas as formas de desconstrução, o status científico da metapsicologia é mal visto (*mauvaise presse*). Para as correntes intersubjetivistas, a experiência vivida e o afeto sentido encapsulam a verdade do que acontece na sessão. Trata-se de uma verdade essencialmente subjetiva da qual a teoria não dá conta. No que diz respeito ao referencial teórico, essas correntes se apoiam, principalmente, em teorias psicológicas, como, por exemplo, a teoria do vínculo ou dos elementos emprestados das neurociências, sem examinar a ligação com as instâncias da metapsicologia. De fato, nessas escolas, os conceitos de ego e inconsciente foram amplamente abandonados para se concentrar no “*self*” que, aliás, não é definido em termos metapsicológicos. Na forma dura, o interesse pela metapsicologia concentra-se no inconsciente, aliás, definido em termos míticos, relacionado a uma sexualidade mais ou menos normativa. Ela rejeita o caráter científico, tanto da psicanálise quanto da teoria em psicanálise: a teoria deve seguir os movimentos e o modo de expressão do inconsciente que se imiscui, de forma alusiva, até mesmo poética, no

pensamento. Sua atuação tornaria irrisória, até mesmo falaciosa, qualquer tentativa de explicar sua ação de maneira científica. Tal projeto minaria os próprios fundamentos da descoberta psicanalítica, no caso um sujeito descentrado, sempre opaco a si mesmo, em quem as tentativas de recentramento e síntese constituem manobras defensivas, destinadas a manter uma ilusão de domínio. O conceito de verdade está, também, nele desacreditado, exceto na forma de uma espécie de “verdade do desejo”. Da mesma forma, a busca de sentido aparece ali como uma isca destinada a manter o mal-entendido.

Laplanche, ao contrário, afirmou e reivindicou o caráter científico da metapsicologia. Para ele, a psicanálise é uma ciência, na medida em que visa formular verdades sobre seu objeto (Laplanche, 1980). Isto vale, de outra forma, para a prática, que procura sustentar-se distante da teoria (Laplanche 1997)³.

A esse respeito, vale a pena determo-nos no termo “Problématiques”, que Laplanche escolheu como título das obras, nas quais apresenta suas pesquisas. Para Laplanche, a problemática corresponde a uma exigência metodológica. Essa exigência se situa como o oposto dos processos de desconstrução: a problemática exige identificar o que há de semelhante nas questões levantadas por problemas aparentemente diferentes. Obriga-nos a encontrar o fio que conecta essas questões, de modo que se torne possível identificar um fundamento comum a todas elas. O problemática não é uma descrição, nem uma enumeração: ele impõe um esforço crítico que faz emergir as contradições, tanto sincrônicas quanto diacrônicas, que se encontram no modo de tratar os temas clássicos da psicanálise, a fim de trazer à tona outra problemática mais refinada. a problemática, portanto, torna possível gerar algo novo. Deste ponto de vista, a abordagem da problemática é coerente com os objetivos do método científico. A ciência não se contenta em produzir os mesmos resultados, mesmo que sejam melhorados: ela visa a um conhecimento cada vez mais profundo.

5.1. O inconsciente sexual e o objeto da psicanálise: conceitos principais da teoria da sedução generalizada

O cuidado que Laplanche mostra para delimitar, claramente, o objeto da psicanálise revela-se, também, em seu esforço científico,. Seguindo Freud, Laplanche reafirma que o objeto da psicanálise é o inconsciente sexual, seus derivados e manifestações.

Laplanche baseia-se nas descobertas de Freud sobre o inconsciente, no sentido de que *o ego não é o senhor de casa* e de que o indivíduo humano se sente acionado por forças que lhe parecem estranhas. Essas forças escapam das categorias da necessidade e da motivação. Elas resistem à boa vontade e à educação. O inconsciente sexual, para Freud, deriva da sexualidade infantil. Essa sexualidade é perversa e polimorfa.

3. Exceto no que diz respeito à teoria da prática a que se refere às condições de possibilidades de uma prática psicanalítica e que justifica o dispositivo e os elementos do quadro analítico. A prática da psicanálise é baseada em um certo número de princípios que lhe são ditados pela natureza de seu objeto. Trata-se do método: associação livre, que tem como contrapartida a escuta flutuante, método associativo/dissociativo e “recusa” do analista por respeito ao seu próprio inconsciente.

A partir desse ponto, a teoria de Laplanche difere da de Freud e de outros pós-freudianos na concepção da formação do inconsciente, na definição de seu caráter sexual e da sexualidade em psicanálise. Para Laplanche, a sexualidade infantil invade o conjunto da vida do ser humano: seus pensamentos, seus relacionamentos, suas interações sociais, sua sexualidade adulta, sua relação com o corpo, suas reações fisiológicas, seus modos de aprendizagem, etc. Não está ligada nem à diferença entre os sexos nem à reprodução. Essa sexualidade é fantasmática e, portanto, autoerótica, antes de tudo masoquista e depois sadomasoquista. Encarna-se nas imagens, fragmentos de cenas, cenas mais ou menos organizadas que excitam e atacam o interior do eu. Esse ataque tem por efeito dissociar os afetos da cadeia associativa que lhe dá sentido, restando, ao final do processo, apenas uma carga quantitativa, um afeto cada vez mais desqualificado, que se manifesta sob a forma de angústia. É por isso que Laplanche define de forma *não especulativa* o objeto da psicanálise. Para ele, trata-se da *fantasia, em sua relação com a excitação* (Laplanche, 1997).

Para dar conta do nascimento da sexualidade infantil, Laplanche utiliza dois conceitos: a situação antropológica fundamental e a hipótese tradutiva do recalque. Devo dizer algumas palavras sobre eles porque constituem exemplos do método de Laplanche que consiste em depurar as situações factuais e buscar o que há de comum entre elas, em sua multiplicidade. A situação antropológica fundamental, na qual se formam as instâncias da tópica psicanalítica, no caso, o ego e o inconsciente, descreve a situação de um pequeno ser humano, ainda desprovido de inconsciente sexual, em relação a um adulto, ou a um filho mais velho, que o possui. Podemos perceber como essa descrição se distancia das concepções normativas e historicamente ancoradas da psicanálise clássica relativas aos papéis familiares e à naturalização do gênero que ainda se encontram, frequentemente, em conceitos dúbios como o “Feminino”, o “Maternal”, etc.

Vejam, agora, em que consiste a hipótese tradutiva do recalque. Na relação assimétrica estabelecida pela situação antropológica fundamental, o adulto, tanto por meio de seus comportamentos e gestos, quanto por meio de suas expressões, constantemente, envia mensagens verbais e não verbais à criança. Essas mensagens, por definição, estão comprometidas com o inconsciente sexual desse adulto, ou seja, com suas fantasias inconscientes, fantasias que ele mesmo desconhece, sendo essas fantasias, como acabamos de dizer, inconscientes. A criança tenta traduzir suas mensagens, mas a parte comprometida das mensagens as torna parcialmente intraduzíveis. A falha parcial da tradução provoca a repressão, pela qual o inconsciente sexual se constitui o inconsciente e o ego: a parte traduzida da mensagem forma o ego e os resíduos da tradução, o inconsciente sexual. Esses resíduos encontram-se desprovidos de sentido e significação, daí seu modo de ser que se manifesta na forma de ataque. Assim, Laplanche define o ego como um cenário de sentido, um cenário de narrativa, aos quais, os derivados do inconsciente sexual atacam. É por isso que Laplanche se refere ao inconsciente como *uma circulação de nonsense*. O ataque dos derivados do inconsciente sexual provoca uma excitação - de tipo masoquista - sempre aumentada. O inconsciente é sexual, por um lado, porque tem sua origem nas fantasias

sexuais⁴ inconscientes do adulto, por outro lado, pela sua forma fantástica e excitante, ou seja, auto-erótica. As forças de ligação e desvinculação se confrontam no conflito psíquico. Tanto uma como a outra dessas duas forças são sexuais: as forças vinculantes estão na base da sexualidade narcísica, que constitui uma segunda forma de sexualidade infantil. Lembremos que nem a sexualidade infantil, nem o inconsciente sexual são em si manifestações patológicas. Ambos podem se tornar assim, como escreve Laplanche. O extremo da ligação é, também, tão perigoso quanto o extremo da desvinculação: a desvinculação leva à paralisia pela angústia que transborda do ego e acaba atacando o próprio indivíduo; o extremo da conexão leva a uma postura defensiva, rigidez narcísica, que não deixa mais espaço para o movimento. Notemos, também, que tanto as forças de desvinculação, que são primárias, quanto as forças de ligação, que se opõem a elas, vêm da mesma energia (que corresponde, em Laplanche, à «libido de Freud»). Esta energia circula, conforme o caso, entre os elementos de uma cadeia associativa ou dissociativa.

Tentei resumir a teoria da sedução generalizada de Laplanche, apresentando seus dois conceitos principais: a situação antropológica fundamental e a hipótese tradutiva da repressão. A partir da descrição que acabei de fazer, insistirei na tradição epistemológica, da qual procede a teoria de Laplanche, neste caso um neo-racionalismo humanista, que permite situar Laplanche como um autor de reconstrução em psicanálise.

5.2. Perspectiva histórica, racionalismo e humanismo na psicanálise.

A teoria de Laplanche, tanto sobre a questão da formação das instâncias psíquicas, quanto sobre seu modo de ação, insere-se em uma dupla tradição -- racionalista e humanista (Tessier 2014). Já sublinhei a reivindicação de cientificidade que orienta a pesquisa teórica de Laplanche e que faz parte dessa tradição. Examinarei agora a importância que ele atribui à explicação da formação das instâncias psíquicas a partir de uma perspectiva histórica, concreta e não metafísica.

A hipótese tradutória da repressão de Laplanche descreve a formação do inconsciente sexual e, por corolário, a do ego, como um processo histórico e essencialmente humano. Na teoria de Laplanche, nem o ego, nem o inconsciente sexual são constituídos desde o nascimento. Não são nem míticos, nem biológicos, embora neste último ponto, eles suponham, como condição necessária, a existência prévia de um organismo vivo e excitável. A esse respeito, devemos destacar o cuidado que Laplanche tem em definir, claramente, o campo epistemológico da psicanálise. Este é delimitado pela fronteira entre a sexualidade infantil e a autopreservação, em outras palavras, pela linha que separa, de um lado, necessidade e instinto, que se relacionam em particular com a psicologia, da fantasia, na medida em que é constitutiva da sexualidade infantil que invade desde muito cedo todas as atividades humanas, inclusive as que dizem respeito à necessidade.

4. Trata-se da sexualidade infantil do adulto, ou seja, dessa sexualidade que acabamos de definir, no caso, uma sexualidade que tem sua origem na fantasia, é perversa, polimórfica, ou seja, auto-erótica e sadomasoquista (em sentido amplo).

Assim, longe de terem sua origem em uma fonte «natural», mítica ou metafísica, o ego e o inconsciente sexual se constituem de uma situação essencialmente inter-humana, no caso, a presença junto a uma criança que ainda não tem inconsciente sexual de outro ser humano que já é dotado de um inconsciente sexual. Este último emite mensagens ditas enigmáticas, porque eles próprios estão comprometidos com a sexualidade infantil desse adulto. Três observações se impõem aqui sobre a dimensão racionalista do pensamento de Laplanche: 1) o processo de formação das instâncias psíquicas é histórico. Implica um tempo em que a criança está desprovida do inconsciente sexual. 2) A sexualidade infantil não se baseia em um processo autoconservador, que de alguma forma se transforma em elemento sexual, mas se constitui a partir da sexualidade infantil do outro. 3) A psicanálise também implica uma posição antropológica. A formação do inconsciente sexual constitui, segundo Laplanche, uma condição de “futuro-humano”. Trata-se de um processo de sexualização, não de sexuação (diferenças entre os sexos): esse processo só se concretiza como objeto de psicanálise a partir da repressão individual.

Vejam os alguns dos elementos já descritos de um ângulo diferente. Em relação à outra pessoa, aquela que emite mensagens, insistamos no fato de que não se trata do grande Outro abstrato, ou metafísico, de Lacan, mas de outro adulto ou criança, mais velho, histórico e concreto.

Essas mensagens fazem o objeto de tentativas de tradução, cujos resíduos formam o conteúdo do inconsciente sexual. Nessa perspectiva, os conteúdos do inconsciente sexual são, portanto, individuais, enraizados na história singular de cada um.

A mesma observação se aplica ao eu. No entanto, embora os conteúdos tanto do inconsciente sexual quanto do ego sejam individuais, é preciso lembrar que o *arsenal* de tradução e conexão é oferecido à criança pelo mundo que a cerca, familiar, social e cultural (Laplanche 1999). Laplanche, no entanto, rejeita a hipótese de conteúdos originários do inconsciente, como a psicanálise tradicional os descreveu, dando a seus grandes mitos como o Édipo ou a castração um status primário.

As mensagens recebidas pela criança são excitantes, em especial pelo seu endereço que «faz signo» (significa). São enigmáticas⁵ e pedem uma tradução que sempre deixa rastros. Esses resíduos, excluídos do registro do sentido e da comunicação, dão-se a conhecer na modalidade do ataque. Eles atacam o sentido, mais precisamente aquele que se estabelece pela ligação entre o afeto, como energia excitante, e um conteúdo representativo. Esse sentido, na forma da autoteorização estabilizadora incorporada pelo ego está fadado a se defender contra esses ataques que ameaçam dominá-lo. O transbordamento se dá sob a forma de angústia, uma forma desqualificada de afeto. Eles põem em questão dois princípios, o princípio da vinculação, ou seja, a vinculação entre o afeto e a representação, e as forças desvinculantes que atuam em direções opostas ao longo de cadeias associativas e que correspondem, como já dissemos, à circulação do sentido ou, pelo contrário, à circulação do não sentido. Deste ponto de vista, a

5. São enigmáticos porque comprometidos pela sexualidade infantil do adulto. Como dissemos, o inconsciente sexual delimita o campo epistemológico da psicanálise. Na hipótese psicanalítica, o adulto ou a criança mais velha, já possui um inconsciente sexual.

noção de energia é central para Laplanche. No contexto da hipótese tradutiva da repressão, não existe reminiscência da energética do signo (Rastier 2021), ou da energia de criação das formas simbólicas de Cassirer. A energia de desvinculação não representa, totalmente um valor negativo: pelo contrário, constitui o motor da transformação. A ação terapêutica da psicanálise, aliás, baseia-se nessa energia para criar as condições de possibilidade de uma destruição. Esta etapa é anterior à formação de uma retradução mais rica e menos defensiva.

Assim, as forças em jogo no conflito psíquico não têm, segundo Laplanche, nada de sobre-humano, assim como não são «naturais». Eles não têm sua origem nas profundezas da vida, mas na situação de um ser humano dotado de um corpo excitável, imediatamente imerso em um mundo semiótico que o precede e cercado por adultos — e crianças mais velhas — de quem depende e que lhe enviam mensagens no contexto de múltiplas interações. Já mencionei esses elementos na seção anterior, mas me parece importante retomá-los sob o ângulo da perspectiva humanista e racionalista que fundamentam a concepção teórica de Laplanche. Graças às categorias de mensagem e tradução, a teoria de Laplanche dá um lugar decisivo ao sentido e à interpretação. Ela descreve o humano como uma hermenêutica sempre em busca de sentido, ou seja, de uma auto-historicização e uma auto-teorização de si.

5.3. Mensagens e realidade psíquica: o primado do outro

Laplanche introduziu a categoria da mensagem na psicanálise. A categoria da mensagem corresponde para ele àquela da realidade psíquica, objeto específico da psicanálise. Esta se distingue da realidade psicológica (subjetiva) e da realidade material. A mensagem implica, necessariamente, o outro. A noção de mensagem permite à psicanálise, por um lado, sair do solipsismo, que a reduz a uma forma de filosofia do sujeito, e, por outro lado, superar as dicotomias irracionais que favoreceram as correntes precursoras da desconstrução em psicanálise: a dicotomia alma/corpo, a dicotomia externo/interno e a dicotomia sujeito/objeto.

Para Laplanche, a dimensão constituinte da mensagem é a do endereço. De fato, pelo endereço, a mensagem pressupõe o outro. Implica uma materialidade, irreduzível à subjetividade individual: a mensagem *faz signo*, isto é, ela significa. Na hipótese tradutiva do recalque, a mensagem vem primeiro do outro que é externo, mas para efeito do endereçamento, ela se *implanta* na derme psicofisiológica da criança” (Laplanche 1997). Torna-se então uma fonte de excitação interna. O outro externo (*Der Andere*) torna-se uma alteridade interna (*Das Andere*) (Laplanche 1997). Nesse sentido, a categoria da mensagem em Laplanche se distancia das teorias da comunicação: a mensagem como fato externo só atua uma vez, mediada pela fonte interna que se torna, quando a falha do recalque se transforma, em fonte interna de excitação.

É por isso que Laplanche se opôs ao uso da hermenêutica heideggiana em psicanálise. O que a criança tem que traduzir não são situações e sim mensagens (1999). Além disso, o hermeneuta não é um indivíduo solipsista, fechado em si mesmo, mas a criança que, numa relação assimétrica, interpreta uma mensagem a ela endereçada, cuja materialidade vem do outro (na

situação analítica, ela é o analisando, não é mais a criança). Ele leva, assim, a uma posição clínica muito diferente das outras orientações da psicanálise sobre a questão da interpretação: no quadro da hipótese tradutiva do recalque, o único hermeneuta é a criança. Por isso, ele insiste no fato de que, na sessão, o hermeneuta é o analisando e não o analista. O dispositivo analítico, portanto, cria condições propícias para reabrir o processo tradutório, ao invés de propor interpretações.

A mensagem também não se inscreve numa oposição alma/corpo. Uma mensagem comporta, ao mesmo tempo, uma dimensão expressiva — ou sensível — e uma dimensão “espiritual”: tanto uma dimensão material quanto uma dimensão ideal. Assim, o afeto, dito de outra forma, aquilo que afeta a si mesmo, tem um lado quantitativo e um lado qualitativo. Sob o efeito do ataque pelos derivados do inconsciente, o afeto, como vimos, desqualifica-se e tende a reduzir-se à sua carga quantitativa. Para Laplanche, como já dissemos, o campo epistemológico da psicanálise não é delimitado pela oposição entre o corpo e alma: sua fronteira, ao contrário, passa pela linha que separa a sexualidade da autopreservação, ambas envolvendo tanto a alma quanto o corpo.

O humanismo da teoria do pensamento de Laplanche implica a exigência de dar conta da transformação e, mais particularmente, das possibilidades de transformação oferecidas pelo processo analítico. A transformação deve ser explicada por razões humanas: a concepção histórica da formação de instâncias psíquicas permite alcançar esse resultado. O que é construído pelo humano, também, pode ser alterado por humanos. Não se trata de uma teoria simplista: várias condições são necessárias para reabrir o processo tradutório e dar lugar a traduções mais inclusivas e mais livres. A teoria da prática de Laplanche é muito completa a esse respeito.

Inclui também uma concepção de temporalidade que se opõe diretamente às formulações heideggerianas. Não se trata de reescrever o passado à luz do projeto futuro de um ser *levado para frente*, mas de uma temporalidade que circula entre mensagem e tradução: uma temporalidade intrapessoal, não solipsista, dialética, mas que tem sua fonte no outro.

6. Conclusão

Eu quis apresentar alguns pontos sobre o pensamento de Laplanche para destacar alguns princípios da reconstrução em psicanálise. Não se trata de um exercício abstrato. A teoria de Laplanche faz ponte com as demais ciências da cultura, ao abrir-se sobre o campo social, de forma científica, integrando a dimensão autoerótica e masoquista do humano, que invade todas as suas atividades. Ao pensar um ser humano, sem ocultar sua dimensão conformista, ela o atrai para o poder e a dominação, mais desejosa de responder a alguém do que de responder pelos seus actos. A teoria da sedução generalizada de Laplanche também descreve um ser humano capaz de transformar: ela se abre para um pensamento de emancipação.

7. Referências

Laplanche, J et Pontalis, JB. Vocabulaire de l'analyse Paris : PUF, 1967

Laplanche, J. Problématiques I, Paris : P.U.F ». coll Quadrige, 1980

Laplanche, J. Le primat de l'autre en psychanalyse, Paris : Flammarion, coll Champs, 1997

Laplanche, J. Entre séduction et inspiration : l'homme. Paris : P.U.F. 1999

François Rastier, in Tessier, Hélène, dir. Psychanalyse et théorie du sens. Un dialogue entre la pensée de Jean Laplanche et la sémiotique, Paris : P.U.F. 2021

Tessier, Hélène: Rationalisme et émancipation en psychanalyse : l'oeuvre de Jean Laplanche. Paris: PUF coll Souffrance et Théorie, 2014

Tessier, Hélène Des alliances inattendues au service de l'idéologie managériale: les conditions culturelles postmodernes: Réflexions à la lecture de *Apprendre pour transmettre* de François Rastier. *Travailler* 2017/2 (n°38), pages 161 à 181

A ACTA SEMIÓTICA ET LINGVÍSTICA ENTREVISTA

PROFA. DRA. NEUSA INÊS PHILIPPSSEN, COORDENADORA DO GT ESTUDOS LINGUÍSTICOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA- ELIAB DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROFESSORES DA PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA-ANPPOLL

ASEL: Profa. Dra. Neusa Philippsen, a Senhora mora no centro da Amazônia brasileira, poderia nos fazer uma apresentação sua e de seu local de moradia?

Profa. Neusa: Moro, desde 2002, na Amazônia brasileira, mais especificamente no município de Sinop, em Mato Grosso. Como todo migrante, vim para este espaço geográfico em busca de sonhos e realizações. Deparei-me, como esperado, com povos diferentes e gentes vindas de várias regiões brasileiras. Por aqui, encontram-se indígenas, quilombolas, ribeirinhos, nordestinos, sudestinos e muitos sulistas como eu. O pulsar da natureza por aqui, que pulsa diferente do Sul do país, logo me encantou e as gentes, com culturas e línguas tão distintas, de imediato, fizeram-me perceber que aqui seria o lugar em que iria criar raízes.





Assim, sou sinopense, de alma e coração, embora tenha nascido em Tenente Portela, no Rio Grande do Sul. Sinop é uma cidade em expansão que se localiza na Amazônia brasileira e se encontra a 504 Km da capital do estado do Mato grosso, Cuiabá. Atualmente, conta com uma população de aproximadamente 200 mil habitantes, conforme dados estimativos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). Foi fundada em 14 de setembro de 1974, tendo recebido o nome em homenagem à colonizadora privada que a projetou: Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná.



Fonte: Acervo pessoal de Júlio César Tábile, cedida em ago. de 2018.

ASEL: Poderia falar sobre sua vida profissional e acadêmica?

Profa. Neusa: Vim para esta cidade no ano de 2002, para assumir um concurso na rede estadual de ensino, como professora de Língua Portuguesa. O estado de Mato Grosso foi bastante promissor em minha vida profissional e acadêmica. Apenas três anos após a minha vinda a Sinop, consegui aprovação no *Mestrado em Estudos Linguísticos* pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, onde conheci o Professor Doutor Manoel Mourivaldo Santiago, que seria meu orientador, posteriormente, no doutorado em Letras pela Universidade de São Paulo-USP dois anos após o término do mestrado. Em 2006, ainda sem concluir o mestrado, fui aprovada no concurso da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT/Sinop), instituição em que atuo desde então, como professora no curso de Letras, e na qual construí muitas parcerias.



Em 2020, participei da seleção do programa de bolsa de estudo denominado “Research Stays for University Academics and Scientists, tendo sido contemplada com uma bolsa de dois meses de estada na Alemanha (no período de 15 de janeiro a 15 de março de 2021), mais especificamente, na cidade de Augsburg, na Baviera”. Ali, também em 2021, realizei o segundo pós-doutoramento na Universidade de Augsburg,



Atualmente, trabalho nos programas de pós-graduação *stricto sensu* do Mestrado Acadêmico em Letras (PPGLetras) e do PROFLETRAS, na UNEMAT/Sinop. Sou membro da equipe Red-BayMis de las Universidad Nacional de Misiones (UNAM) y Universität Augsburg (UNIA) e dos grupos de pesquisa Alma Linguae: Variação e Contatos de Línguas Minoritárias e GEPLIAS (Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguística Aplicada e Sociolinguística) e coordenadora do Grupo de Trabalho *Estudos Linguísticos na Amazônia Brasileira (GT ELIAB) da ANPOLL.*

ASEL. Temos conhecimento de sua atuação em projeto que a Senhora desenvolve numa parceria internacional. O que tem a dizer sobre o assunto?

Profa. Neusa: O projeto denominado “Diversidade e Variação Linguística” (DIVALIMT) se fundamenta nos princípios da Geolinguística contemporânea e da Sociolinguística Variacionista e dá continuidade às atividades de investigação desenvolvidas nas mesmas linhas de pesquisa na UFMT e USP, desde 2010. Dentre os principais objetivos destacam-se refletir sobre a língua portuguesa e línguas minoritárias faladas em Mato Grosso e sintetizar resultados de pesquisa geossociolinguísticas em áreas geográficas mato-grossenses distintas, assim como em temáticas também distintas. Para tanto, busca observar o comportamento linguístico regional e compor um banco de dados *on-line*, com ênfase em contatos de variedades, línguas minoritárias, crenças, atitudes linguísticas, incorporação de anglicismos e história do português em contexto de migração, especialmente de sulistas. O presente projeto, atualmente, mantém estreita relação de diálogo com o projeto Para a História do Português Brasileiro-Mato Grosso-PHPB-MT, em andamento na UFMT, e com a Universität Augsburg (UNIA), com a Eichstätt-Ingolstadt, Katholische

Universität (KU), a Universidade de Kiel (University of Kiel - CAU) e, mais recentemente, com a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). As pesquisas realizadas em cooperação com essas universidades, especialmente com a Universidad Augsburg (UNIA), deram origem, em 2023, à publicação e lançamento de uma obra, intitulada *Novas perspectivas da diversidade e variação linguística em Mato Grosso*, disponível em:



Fonte: <https://opus.bibliothek.uniaugsburg.de/opus4/frontdoor/index/index/docId/99325>.

ASEL. De que forma tem envolvido essas pesquisas com o ensino?

Profa. Neusa: Com relação ao ensino, destaco a atuação no GEPLIAS (Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguística Aplicada e Sociolinguística). Nesse GT, temos realizado inúmeras formações, inclusive em parceria com o CEFAPRO - Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso, que tem como finalidade a formação continuada dos profissionais da educação básica. O GEPLIAS tem duas linhas de pesquisa: Formação inicial e continuada de docentes das linguagens e linguagem, cultura e ensino. Ademais, vários eventos foram realizados desde a sua constituição em 2015. Grande parte desses eventos podem ser encontrados via canal YouTube:

<https://www.youtube.com/@gepliasgrupodeestudosepesq8510>> do GEPLIAS.



ASEL. O que tem a dizer, ainda, sobre sua produção científica e participação em eventos?

Profa. Neusa: Além de obras publicadas, capítulos de livros e artigos em periódicos, que podem ser verificados em meu Currículo Lattes (<http://lattes.cnpq.br/6576939578371604>), sou coordenadora dos Estudos Linguísticos da Revista Norte@mentos da UNEMAT/Sinop; membro dos Conselhos Editoriais da Revista Acta Semiótica e Lingvistica e da Revista Geadel; e membro do Centro de Estudos e Investigação (CEI). Também destaco as muitas apresentações, como palestrante, em eventos, dentre elas: no VIII Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa (2022), realizado pela Universidade de São Paulo e pelo Instituto Superior de Ciências da Educação - Huíla -Angola; no Qualifica Guarantã– Curso de Formação dos Profissionais de Educação Municipal de Guarantã do Norte (2022), promovido pela Educação Municipal de Guarantã do Norte; no VI CIDS - VI Congresso Internacional de Dialectologia e Sociolinguística (2022), realizado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS; no XIX Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários - Diversidade Cultural (2021), realizado pela Universidade do Estado de Mato Grosso, UNEMAT; Lusofonia brasileira em Praga: do léxico à conversação(2021), realizado pela Universidade Carolina em Praga;Preconceito linguístico - tema de redação para o ENEM (2018), promovido pelo Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT);no Workshop Diversidade e Variedade Linguística no Espaço Amazônico (2017), promovido pela Universidade do Estado de Mato Grosso, UNEMAT, no I Simpósio Alma Linguae: Diversidade e Contatos Linguísticos worldwide (2017), promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

